

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
SECRETARIA EXECUTIVA

**RELATÓRIO DE GESTÃO  
DO EXERCÍCIO DE  
2011**

*Brasília, março de 2012*

# **MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**

## **Secretaria-Executiva**

### **Relatório de Gestão do Exercício de 2011**

O presente relatório de gestão, do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo, elaborado em observância à Instrução Normativa - TCU nº 63/2010, Decisão Normativa - TCU nº 108/2010, Portaria TCU nº 123/2011 e Portaria CGU nº 2.546/2010, descreve as atividades da Secretaria-Executiva (SE-MT), órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado dos Transportes, consolidando não só as informações sobre a gestão da Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAAD) e da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), unidades de sua estrutura, como, também consolida as informações sobre a gestão da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes (SFAT) e da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes (SEGES) e agrega as informações sobre a gestão do Gabinete do Ministro (GM).

## Sumário

### PARTE A – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Identificação .....	4
1.1. Introdução .....	6
2. Informações sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira .....	7
2.1. Responsabilidades Institucionais .....	7
2.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais .....	11
2.3. Programa de Governo .....	49
2.4. Desempenho Orçamentário / Financeiro .....	52
3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos .....	78
4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores .....	79
5. Informações sobre a Composição de Recursos Humanos .....	80
6. Transferências mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação ou Outros Acordos .....	88
7. Declaração Atestando Informações sobre Contratos e Convênios SIASG / SICONV .....	89
8. Informações sobre a Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas .....	92
9. Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno .....	93
10. Informações quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental .....	95
11. Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário .....	97
12. Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação .....	99
13. Informações sobre a Utilização de Cartões de Pagamento .....	100
14. Renúncia Tributária .....	101
15. Informações sobre Deliberações do TCU e OCI .....	102
16. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno .....	142

### PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

17. Declaração do Contador .....	143
OUTRAS INFORMAÇÕES E RELATÓRIO DE GESTÃO DO GM (Agregado)	
18. Outras Informações Relevantes .....	147
19. Relatório de Gestão do Gabinete do Ministro (Agregado) .....	152

# PARTE A – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

## 1) Identificação de Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério dos Transportes		Código SIORG: 002846	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora			
Denominação completa: Secretaria-Executiva			
Denominação abreviada: SE			
Código SIORG: 002846	Código na LOA: 39000	Código SIAFI: 390032	
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(061) 2029-7090	(061) 2029-7080	(061) 2029-7845
Endereço eletrônico: <a href="mailto:secretaria.executiva@transportes.gov.br">secretaria.executiva@transportes.gov.br</a>			
Página da Internet: <a href="http://www.transportes.gov.br">http://www.transportes.gov.br</a>			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco “R”, Edifício Sede, 5º andar, Brasília – DF, CEP: 70044-900			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome	Situação	Código SIORG	
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL/SAAD	Ativa	14309	
Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH/SAAD	Ativa	13034	
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO	Ativa	14165	
Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – SFAT	Ativa	74710	
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES	Ativa	74709	
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Gabinete do Ministro			
Denominação abreviada: GM			
Código SIORG: 002846	Código na LOA: 39000	Código SIAFI: 390035	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(061) 2029-7001	(061) 2029-7002	(061) 2029-7876
Endereço eletrônico: <a href="mailto:gabinete@transportes.gov.br">gabinete@transportes.gov.br</a>			
Página da Internet: <a href="http://www.transportes.gov.br">http://www.transportes.gov.br</a>			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco “R”, Edifício Sede, 6º andar, Brasília – DF, CEP: 70044-900			

<b>Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>	
<b>Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas</b>	
Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, publicada no DOU de 29/05/2003.	
Decreto nº 4.721, de 5 de junho de 2003, publicado no DOU de 06/06/2003.	
Portaria nº 399, de 14 de julho de 2004, publicada no DOU de 15/07/2004.	
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas</b>	
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas</b>	
<b>Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>	
<b>Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
390002/00001	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Setorial
390004/00001	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
390007/00001	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
390056/00001	Subsecretaria de Assuntos Administrativos
390041/00001	Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes
390042/00001	Secretaria de Fomento para Ações de Transportes
<b>Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
00001	Tesouro Nacional
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>	
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>	<b>Código SIAFI da Gestão</b>

## 1.1) Introdução

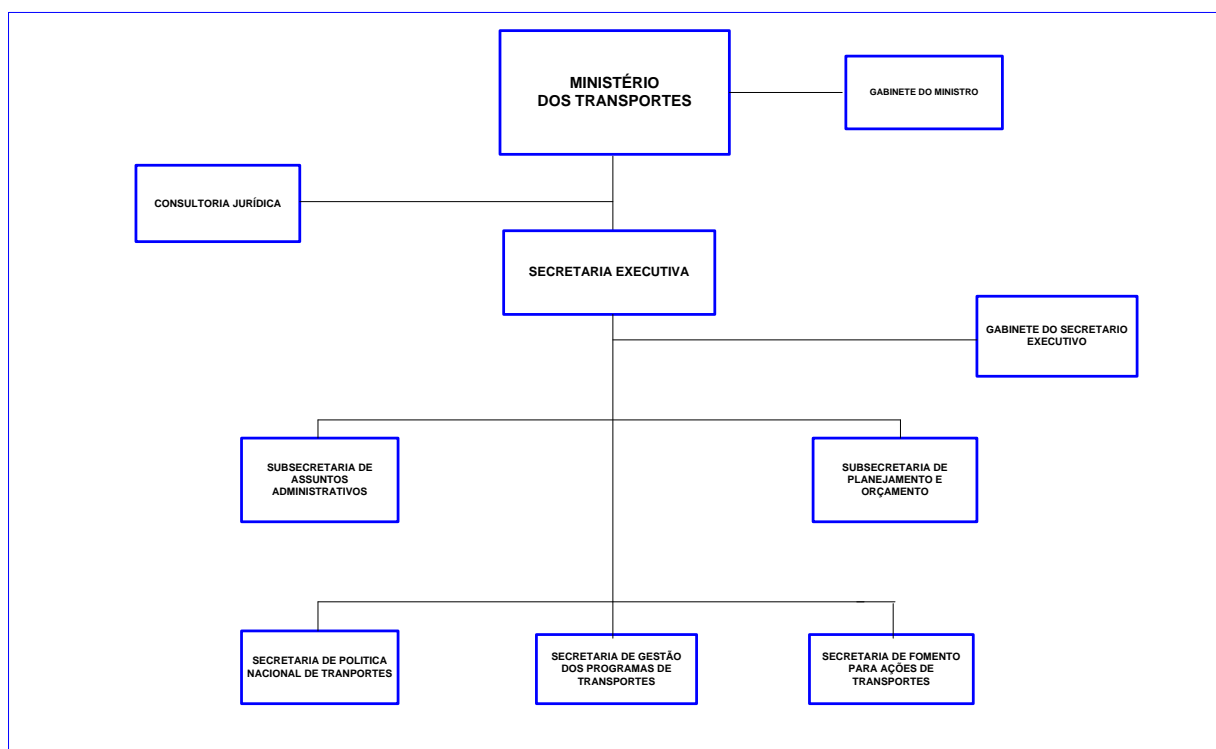
O presente Relatório de Gestão é composto de 18 itens. Abaixo é apresentado quadro que demonstra os itens que foram respondidos, bem como os itens que não se aplicam à natureza da Unidade, devidamente justificados.

Item do Relatório	Situação de Atendimento	Justificativa
Identificação	SIM	
Informações sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira	SIM	
Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	NÃO	Não ocorreu no período
Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	SIM	
Informações sobre a Composição de Recursos Humanos	SIM	
Transferências mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação ou Outros Acordos	NÃO	Não ocorreu no período
Declaração Atestando Informações sobre Contratos e Convênios SIASG / SICONV	SIM	
Informações sobre a Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas	SIM	
Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno	SIM	
Informações quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental	SIM	
Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário	SIM	
Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação	SIM	
Informações sobre a Utilização de Cartões de Pagamento	SIM	
Renúncia Tributária	NÃO	Não ocorreu no período
Informações sobre Deliberações do TCU e OCI	SIM	
Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	NÃO	Não se aplica, tendo em vista que o Ministério dos Transportes não tem em sua estrutura regimental uma Unidade de Controle Interno.
Declaração do Contador	SIM	
Outras Informações Relevantes	SIM	

## 2. Informações sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade

### 2.1. Responsabilidades Institucionais

À Secretaria-Executiva, conforme disposições do Decreto nº 4.721, de 5 de junho de 2003, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério dos Transportes, compete: (i) assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas; (ii) supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de organização e modernização administrativa, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério e das entidades a ele vinculadas; (iii) promover a articulação entre os diferentes órgãos supervisionados pela Secretaria Executiva; (iv) auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério; e (v) supervisionar os órgãos vinculados ao Ministério, tendo a seguinte estrutura:



À Subsecretaria de Assuntos Administrativos compete: (i) planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Organização e Modernização Administrativa, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério; (ii) promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais referidos no inciso I e informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas; (iii) promover e coordenar a elaboração e a consolidação dos planos, programas e atividades da sua área de competência, submetendo-os à decisão superior; (iv) acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades; e (v) realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao Erário.

As competências da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento são: (i) planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e Orçamento, de Administração Financeira e de Contabilidade, no âmbito do Ministério; (ii) promover a articulação com os Órgãos Centrais dos Sistemas Federais referidos no inciso I e informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas; (iii) desenvolver, no âmbito do Ministério, as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil; (iv) acompanhar, por meio de relatórios gerenciais, a execução orçamentária, financeira e contábil, encaminhando relatórios mensais ao seu superior imediato; (v) acompanhar e promover a avaliação de demandas de recursos orçamentários, submetendo-as a aprovação de seu superior imediato; (vi) planejar e controlar as atividades relacionadas com o programa de dispêndios globais, subsidiando os processos de alocação e de gestão de recursos públicos e realimentando as atividades de planejamento e orçamento federais; (vii) supervisionar e acompanhar a análise e a avaliação do comportamento das despesas programadas, propondo medidas necessárias para as eventuais correções das distorções identificadas; e (viii) promover estudos propondo medidas para aperfeiçoar o acompanhamento e a avaliação da execução orçamentária.

Dentre os órgãos específicos singulares temos a Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes cuja competência abrange: (i) coordenar e orientar a implementação de planos, programas e ações destinadas ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Viação, necessários à consecução da Política Nacional dos Transportes; (ii) acompanhar, avaliar e assegurar a qualidade dos programas, projetos, operações especiais e empreendimentos, consolidando o modelo de gerenciamento por resultados e de otimização dos recursos; (iii) estabelecer indicadores econômico-financeiros e de qualidade, objetivando a avaliação dos programas nacionais de transportes; (iv) coordenar sistema de informações gerenciais que permita o acompanhamento do desempenho físico-financeiro e qualitativo dos programas, projetos e ações de transportes; (v) supervisionar atividades institucionais, tecnológicas e de implementação de diretrizes ambientais no setor de transportes; e (vi) interagir com órgãos multisetoriais da Administração Federal, garantindo a uniformização e a integração de procedimentos para a efetiva implementação dos programas, projetos e ações do setor de transportes.

Temos ainda, como órgão específico singular, a Secretaria de Política Nacional de Transportes que elabora um Relatório de Gestão Individualizado e a Secretaria de Fomento para as Ações de Transportes, que integra o presente Relatório, à qual compete: (i) elaborar e supervisionar a implantação das políticas e diretrizes para a captação de recursos; (ii) coordenar, supervisionar e viabilizar a execução das atividades relacionadas com o Sistema Federal de Financiamentos Internacionais no âmbito do Ministério; (iii) promover a articulação com o órgão Central do Sistema Federal de Financiamentos Externos; (iv) planejar e coordenar a efetivação da arrecadação e aplicação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, e das demais receitas do Fundo da Marinha Mercante - FMM; (v) articular-se com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com vistas a estabelecer intercâmbio permanente das informações requeridas ao funcionamento do Sistema de Controle da Arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante; (vi) assistir, técnica e administrativamente, à Comissão Diretora do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM; (vii) planejar, coordenar e supervisionar as aplicações dos recursos do FMM e do Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - FNIT; e (viii) articular com os órgãos federais, estaduais e municipais quanto a utilização do FNIT.

Importante ressaltar que algumas disposições do Decreto nº 4.721, de 2003, foram ultrapassadas pela realidade, oriunda de alterações normativas posteriores e por decisões estratégicas superiores, tornando inviáveis algumas das competências outorgadas a determinadas Secretarias finalísticas e seus Departamentos. Diante de tal realidade, o Ministro de Estado dos Transportes, por meio do Aviso nº 204/MT, datado de 23 de dezembro de 2008, encaminhou ao



Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, projeto de Decreto visando à aprovação de nova estrutura regimental e de novo quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério dos Transportes, documento este avaliado no decorrer do exercício de 2009, porém, sem êxito, no que diz respeito à aprovação por parte do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG.

Com o avanço das discussões, e em virtude da necessidade de adequação às novas orientações do Governo, ditadas pelo Decreto nº 7.429, de 17 de janeiro de 2011, modificado pelo Decreto nº 7.449, de 11 de março de 2011, bem como orientações recebidas em reuniões ministeriais, o Ministério dos Transportes elaborou novo estudo e, pelo Aviso nº 042/2011/GM/MT, de 25 de abril de 2011, encaminhou nova proposta de estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas.

Após a edição da Medida Provisória nº 545, de 29 de setembro de 2011, que transferiu atividades relacionadas ao Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) para a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, houve necessidade de novos estudos relativos à matéria.

Assim, por meio do Aviso nº 165/2011/GM/MT, de 28 de outubro de 2011, nova proposta de estrutura foi submetida à apreciação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e, atualmente, encontra-se sob exame da Casa Civil da Presidência da República.

As distorções existentes entre a realidade fática e o disposto no Decreto nº 4.721, de 2003, deverão ser corrigidas quando da aprovação deste novo Decreto da estrutura regimental. As atuais proposições atendem a necessidade de ampliação da estrutura que se tornou extremamente importante em decorrência, fundamentalmente: (i) do incremento das tarefas do Ministério em razão da execução das obras e serviços do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC; (ii) da operacionalização, atualização permanente e controle do Plano Nacional de Logística e Transportes - PNLT, instituído e operacionalizado pelo Ministério; (iii) do desenvolvimento de uma política economicamente ativa na Marinha Mercante; (iv) do fortalecimento das atividades de outorga, face à política governamental de incrementar a concessão de obras e serviços públicos, em todos os modais; (v) da necessidade premente de implantar um sistema eficaz de gestão estratégico, fortemente apoiado no uso intensivo da tecnologia da informação; e (vi) da necessidade de institucionalizar a matéria relativa a meio-ambiente, cada dia mais relevante na execução das obras deste Ministério.

Os esforços desenvolvidos pelo Ministério dos Transportes desde o ano de 2006 para a retomada do planejamento, mediante a elaboração do PNLT, que evidenciou as graves distorções existentes no processo de planejamento geradas pelas modificações institucionais implementadas em períodos anteriores, com destaque para a fragilização e posterior extinção da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT, que detinha, até então, os quadros técnicos de planejamento de transportes e, principalmente, coletava, produzia e gerenciava os dados e informações necessárias ao planejamento.

A reestruturação proposta nada mais é do que o aprimoramento dos processos internos de informação, de decisão e de execução adaptados às necessidades administrativas, técnicas e operacionais das áreas que exigem maior esforço de mudança para que estejam aptas a se tornarem eficientes. É exemplo disso as alterações que se pretende promover na Secretaria de Política Nacional de Transportes, cujas atribuições serão aumentadas para melhor atender a área estratégica de planejamento e desenvolvimento das políticas de transportes a serem desenvolvidas pelo Ministério e executadas por seus órgãos vinculados.

Ademais, o Ministério dos Transportes, desde 2003, não sofreu qualquer alteração em sua estrutura, estando, de fato, muito aquém de um modelo organizacional moderno e eficiente, capaz de dar resultados positivos no que pertine à política de transportes.

Sem prejuízo de suas atribuições institucionais, a Secretaria-Executiva, como órgão de coordenação máxima das atividades de gestão do Ministério dos Transportes, no ano de 2011 participou, direta e sistematicamente, no encaminhamento, desenvolvimento e articulação setorial e multisetorial de ações relacionadas com as relevantes questões de transportes, como a busca de oportunidades de investimento pelo setor privado, considerando que cada vez mais a iniciativa privada está sendo chamada a suprir ou colaborar com a Administração Pública, desenvolvendo importantes atividades para o desenvolvimento do país; e cooperação inter e intragoverno, identificação de gargalos e proposição de soluções para a melhoria da infraestrutura de transportes, estudos para aperfeiçoamento e ajustes legislativos, cujo extrato significativo segue abaixo.

### ***2.1.1 – Dimensão da Responsabilidade do Setor***

#### a) Rodovias

- Malha Rodoviária: 76.941 km de malha, sendo 63.966 km pavimentados.
- Malha Concedida: 4.764 km.

#### b) Ferrovias

- 31.553 km de ferrovias operados pelo setor privado.

#### c) Portos e Terminais

- Portos Fluviais, Lacustres e Terminais Hidroviários concentrados principalmente na região Amazônica (vinculados ao DNIT, entre eles, destaca-se: Manaus, Porto Velho, Tabatinga, São Raimundo, Coari, Manacapuru, Itacoatiara, São Sebastião do Uatumã, Nhamundá, Urucurituba, Humaitá, Manaquiri)

#### d) Hidrovias

- 41.994 km de vias interiores potencialmente navegáveis.
- Utilizadas para transporte de cargas, aproximadamente: 11.000 km.

### ***2.1.2 - Visão de Governo***

- Compreensão do papel estratégico da infra-estrutura e logística de transportes como base para o desenvolvimento econômico.
- Nova visão gerou crescimento nos investimentos em infra-estrutura voltados à superação de gargalos e à garantia de condições de competitividade e de escoamento da produção nacional.

### ***2.1.3 – Desafios Gerais***

Infraestrutura de Transportes capaz de:

- Atender com eficiência à demanda decorrente do crescimento interno e do comércio exterior.
- Reduzir os níveis de ineficiência:
  - Acidentes
  - Tempos de viagem
  - Custos de transportes
- Estruturar os corredores estratégicos de transportes.
- Estimular a participação dos modais hidroviário e ferroviário, com maior utilização da intermodalidade.
- Escoar adequadamente a produção de grãos sólidos, líquidos e cargas containerizadas.
- Apoiar o desenvolvimento da indústria do turismo.
- Permitir a ligação do Brasil com os países limítrofes, fortalecendo a integração na América do Sul.

#### ***2.1.4 - Desafios Específicos***

##### a) Manutenção dos Níveis de Investimento

- Há necessidade de manutenção e até mesmo de ampliação dos níveis de investimento para garantir a continuidade do processo de expansão e habilitação da logística de transportes.

##### b) Reforço na Estrutura de Gestão

- A elevação no patamar de investimentos não foi acompanhada do aparelhamento dos órgãos de gestão, sobretudo do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes/DNIT, resultando em desempenho operacional carente de ajustes visando a dar capacidade executiva às ações.
- Faz-se mister concluir o processo de qualificação da gestão (bens e pessoas), com o aparelhamento dos órgãos e a realização de contratação por concurso público.

#### ***2.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais***

O Ministério dos Transportes tem obrigações constitucionais federativas, em sua responsabilidade de planejar e organizar uma infraestrutura básica de transportes eficiente e eficaz, capaz de estruturar com justiça e equidade o desenvolvimento social e econômico do País. Tem como premissa básica respeitar a vocação natural das regiões geográficas onde são realizadas as ações, de modo a controlar e compensar os impactos ambientais, favorecer o crescimento econômico e social, promovendo o desenvolvimento sustentável.

As intervenções nos sistemas aquaviário, ferroviário e rodoviário visam promover a articulação das políticas de transportes previstas no Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT. O PNLT é um plano multimodal, de caráter nacional e federativo, que busca o aperfeiçoamento da matriz de transportes e incentiva o uso dos modais de menor custo logístico, sobretudo os que podem apresentar maior rendimento energético e menor impacto ambiental como o aquaviário e o ferroviário.

Na área de infraestrutura rodoviária, tanto na construção de novas rodovias quanto na manutenção das existentes, foram priorizadas condições adequadas de trafegabilidade, proporcionando a redução dos custos de transporte e maior segurança e conforto aos usuários.

Com relação ao modal ferroviário, deu-se ênfase à ampliação da malha ferroviária de bitola larga, bem como a eliminação de pontos críticos decorrentes das interferências com os aglomerados urbanos que limitam as possibilidades de expansão do modal.

No modal hidroviário, foi priorizada a manutenção de hidrovias garantindo uma navegação segura, evitando encalhes e abalroamentos, melhorando o calado e minimizando os riscos ambientais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

O fomento à modernização, renovação e ampliação da frota naval brasileira, além de contribuir para a geração de emprego e renda, com criação de três mil postos de trabalho, é fundamental para o aumento da competitividade sistêmica da economia, por meio da redução de custos logísticos.

Na área de normatização e fiscalização, as agências reguladoras buscaram o fortalecimento da sua capacidade fiscal e regulatória, aprimorando o desenvolvimento de estudos e pesquisas, de forma a fornecer os subsídios técnicos necessários à sua área de atuação.

Merece destaque, em 2011, o início da elaboração do Planejamento Estratégico pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, no ciclo 2011 – 2015 e a continuidade dos programas estruturantes do Planejamento Estratégico da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no ciclo 2009 – 2012.

(\*\*\*) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 2011

Em R\$ milhões

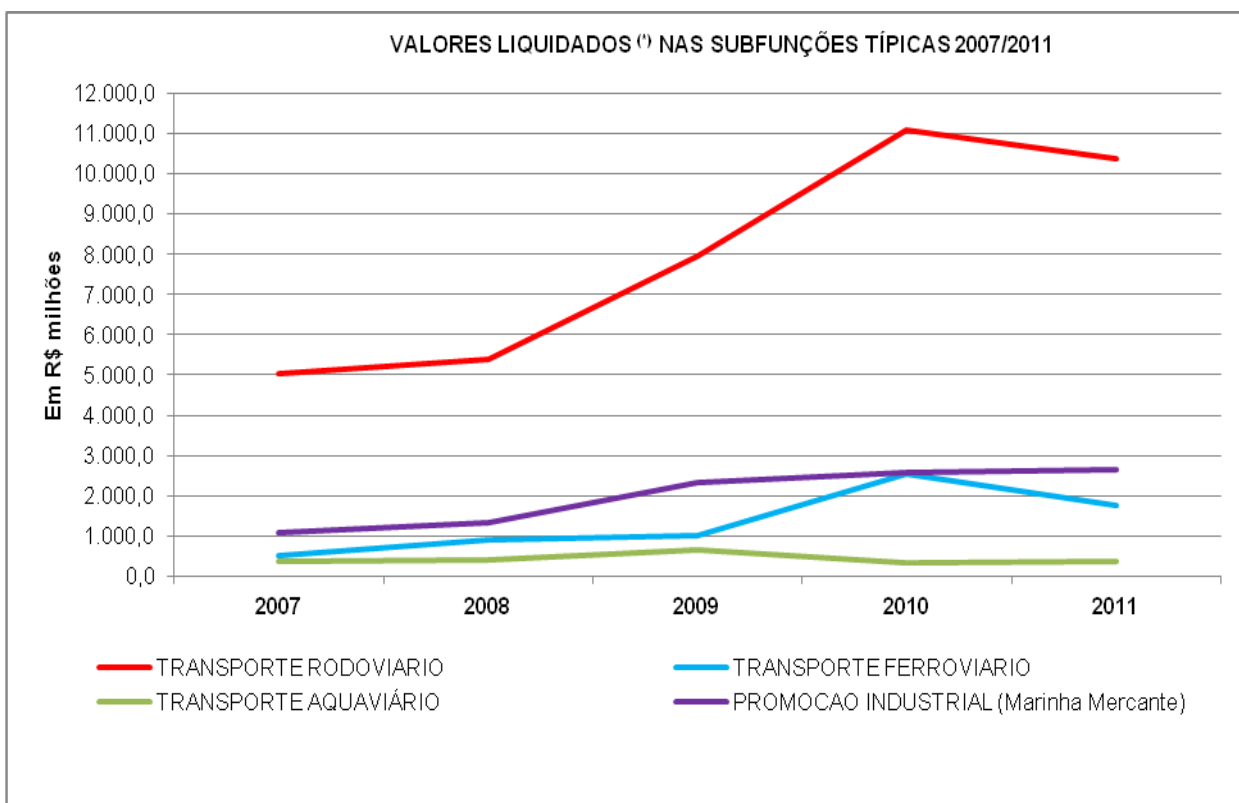
SUBFUNÇÕES	VALORES LIQUIDADOS <sup>(*)</sup> NAS SUBFUNÇÕES 2007/2011					Total
	2007	2008	2009	2010	2011	
Transporte Rodoviário	5.044,8	5.381,1	7.941,2	11.069,1	10.358,5	<b>39.794,6</b>
Transporte Ferroviário	519,2	918,6	998,4	2.544,6	1.770,8	<b>6.751,6</b>
Transporte Aquaviário	364,9	416,6	665,4	347,4	387,1	<b>2.181,4</b>
Promoção Industrial (Marinha Mercante)	1.099,3	1.320,4	2.344,8	2.579,9	2.662,5	<b>10.006,9</b>
Outras Subfunções Típicas (**)	997,3	1.073,5	1.336,2	1.643,0	1.635,9	<b>6.685,9</b>
<b>TOTAL DA FUNÇÃO TRANSPORTE</b>	<b>8.025,5</b>	<b>9.110,3</b>	<b>13.286,0</b>	<b>18.184,0</b>	<b>16.814,8</b>	<b>65.420,4</b>

Fonte: SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – 18/01/2012

(\*) Valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.

(\*\*) Valores referentes às subfunções: Planejamento e Orçamento, Administração Geral, Normatização e Fiscalização, Tecnologia da Informação, Formação de Recursos Humanos, Administração de Concessões, Comunicação Social, Atenção Básica, Alimentação e Nutrição, Proteção e Benefícios ao Trabalhador, Educação Infantil, Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico, Controle Ambiental, Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia, Promoção Industrial, Serviços Financeiros, e outros encargos especiais.

(\*\*\*) Valores referentes a todos os grupos de despesa (Pessoal e Encargos Sociais (Ativos), Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras)



Analisando os dados do gráfico acima, relativamente à subfunção transporte rodoviário, pode-se observar um acréscimo contínuo na execução orçamentária, entre 2007 e 2010. Em 2011, todavia, houve um pequeno decréscimo de 6,4% em relação a 2010, que se pode atribuir à revisão de projetos, buscando alternativas tecnológicas que permitam redução de custos e de prazos de execução.

Com relação à subfunção transporte ferroviário, também se observou um crescimento contínuo no período 2007 – 2009 e um salto significativo de 2009 para 2010, quando foi concluído o Tramo Norte e parte do Tramo Central da Ferrovia Norte-Sul – FNS. Em 2011, entretanto, houve um decréscimo de 30,4% na execução orçamentária, em relação a 2010, que se pode explicar pelo fato dos projetos atualmente em execução estarem em sua fase inicial (Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul e Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOL).

A execução orçamentária na subfunção transporte aquaviário teve um relevante aumento nos anos de 2008 e 2009 em decorrência das obras das eclusas de Tucuruí e construção de terminais hidroviários na região amazônica. Em 2011, houve um acréscimo de 11,4% em relação a 2010, em virtude da priorização da manutenção dos corredores hidroviários.

Relativamente à subfunção promoção industrial (Marinha Mercante), observou-se no período 2007–2011 um crescimento contínuo na execução orçamentária devido ao aumento da demanda para modernização, ampliação e construção de novos estaleiros, bem como a construção de novas embarcações, permitindo a renovação e ampliação da frota naval brasileira.

Como se pode observar, os valores da função transporte demonstram um crescimento consistente no período de 2007 a 2010, estabelecendo um novo patamar de desempenho ministerial.

Em 2011, houve um decréscimo de 7,5% em relação ao ano de 2010, justificado pelo fato de terem ocorrido pagamentos no montante de R\$ 1,2 bilhão relativos a despesas liquidadas e não pagas no exercício de 2010.

Ciente da representatividade do modal rodoviário para a matriz de transportes brasileiro, o Ministério dos Transportes investe de maneira consistente na recuperação e manutenção da malha rodoviária federal, na segurança e conforto dos usuários de infraestrutura de transporte e na expansão e ampliação de capacidade de relevantes corredores de escoamento de produção.

Com o intuito de manter as condições de trafegabilidade, segurança e conforto, foram executados 29.300 km de conservação tradicional, 4.100 km de restauração tradicional, 19.410 km pelo Programa de Contratos de Restauração e Manutenção por Resultados – CREMA (1ª e 2ª Etapas) e 800 km com o Programa Integrado de Revitalização – PIR-IV. Foram também sinalizados 14.668,7 km de rodovias pelo Programa de Sinalização Rodoviária – PROSINAL.

Ainda no campo da segurança viária, foram implantados 126 km de defensas metálicas por meio do Programa de Defensas Metálicas nas Rodovias Federais – PRODEFENSAS, instalados 337 equipamentos (barreiras eletrônicas e radares fixos) por meio do Programa de Controle de Velocidade e 72 postos de pesagem.

Foram aplicados, no ano de 2011, R\$ 4,3 bilhões em manutenção rodoviária, R\$ 8,3 milhões em controle de velocidade e R\$ 82,4 milhões em postos de pesagem.

As ações de adequação e construção de rodovias são estratégicas para o escoamento da produção, a ampliação da fronteira agrícola, a integração nacional e a interligação com os países da América do Sul. Para tanto, foram executados 267,9 km de adequação e 759,1 km de construção rodoviária, com investimento de R\$ 2,5 bilhões e R\$ 5,6 bilhões, respectivamente.

Cabe ainda observar, na visão federativa das ações do Ministério dos Transportes, o apoio financeiro ao Estado de São Paulo nas obras do rodoanel como via de acesso ao porto de Santos.

O Ministério dos Transportes deu continuidade à ampliação da malha ferroviária, por meio da construção, revitalização, recuperação e eliminação de pontos críticos de ferrovias estruturantes. Destacam-se as construções da Ferrovia Norte-Sul – FNS, Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL, Nova Transnordestina, Ferronorte, contornos ferroviários e terminais intermodais, onde se busca proporcionar diminuição do índice de acidentes, redução de custos no transporte de cargas com geração de empregos e promoção do desenvolvimento sustentável.

O Programa Nacional de Segurança Ferroviária – PROSEFER identificou em áreas urbanas os principais pontos críticos da malha, possibilitando o planejamento das futuras ações de melhoria. No total de 14.948 km selecionados, foram detectados 17 pontos críticos nas seguintes regiões: sete no Sudeste, seis no Sul, um no Centro Oeste e três no Nordeste.

Os setores mais beneficiados pela dinamização do transporte ferroviário são os de mineração e agrícola, que passaram a contar com uma opção de transporte de maior eficiência e menor custo para o deslocamento das riquezas produzidas, quer para o mercado interno, quer para a exportação. Uma das modalidades que já se beneficia é o de transporte de cargas gerais, por meio de contêineres, visto que estes novos eixos ferroviários interligam pólos de produção a pólos de consumo e a portos.

Foi investido, no ano de 2011, R\$ 1,8 bilhão nas diversas intervenções afetas ao modal ferroviário.

Cabe ainda observar, na visão federativa das ações do Ministério dos Transportes, o apoio financeiro ao Estado de São Paulo nas obras do Ferroanel como via de acesso ao porto de Santos.

Com relação ao transporte ferroviário de passageiros, destaca-se o início dos estudos dos Projetos de Trens Regionais de Passageiros e Turísticos, os quais buscam reativar o uso das estradas de ferro brasileiras em benefício direto dos cidadãos em várias regiões do País. Os trechos que estão sendo estudados atualmente são: Caxias do Sul a Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul e Londrina a Maringá, no Estado do Paraná.

Quanto ao Transporte Ferroviário de Passageiros em Alta Velocidade – TAV, foi dado prosseguimento às atividades relativas ao TAV Rio de Janeiro – São Paulo – Campinas e a apresentação de nova proposta de implantação do projeto. Para tanto, estão sendo realizados estudos de viabilidade com vistas à formulação de nova modelagem.

O Ministério dos Transportes deu continuidade às Diretrizes da Política Nacional do Transporte Hidroviário, por meio do Programa de Manutenção de Hidrovias, que garantiu a manutenção de mais de 6.000 km de vias navegáveis nos principais rios federais.

Além disso, retomou e concluiu os seguintes projetos importantes: o modelo hidrodinâmico para dragagem no rio Paraguai na região da Ponte Ferroviária Gaspar Dutra, o projeto de derrocamento no rio Tocantins entre Santa Teresinha do Tauí e Bogéia, a atualização da sinalização náutica e das cartas no rio Paraguai entre as cidades de Cáceres e Ladário e a dragagem de pontos específicos do rio São Francisco no Estado da Bahia.

Em apoio ao Estado de São Paulo o Ministério está participando do programa de melhorias e ampliação de capacidade da Hidrovia do Tietê-Paraná.

Durante o exercício de 2011 foi mantida a estratégia de dotar os municípios da região norte de infraestrutura portuária, que permitisse o embarque e desembarque de pessoas e cargas com maior segurança.

Ao término da construção das Eclusas de Tucuruí, foi formalizado convênio com a Eletronorte para realizar obras de compensação social, tais como construção de centros comunitários, escolas, praças, quadras esportivas, unidade de atendimento à saúde, creches, obras de saneamento e pavimentação urbana, propiciando melhorias para população.

A fiscalização eficiente e permanente por parte das Agências contribui para a sustentabilidade econômica, social e ambiental na medida em que garante a qualidade dos serviços de transporte prestado aos usuários, buscando o aperfeiçoamento do marco regulatório, aperfeiçoamento operacional e a melhoria da gestão regulatória.

O Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros – PROPASS BRASIL propõe uma reestruturação do transporte rodoviário interestadual de passageiros de longa distância, do semiurbano e do internacional. Em 2011, foram concluídos os estudos técnicos e econômicos e elaborados os documentos formais relativos ao Plano de Outorga e Projetos Básicos referentes aos serviços com características rodoviárias de longa distância e semiurbanas.

Quanto aos serviços de transporte rodoviário internacional, foram concluídos os estudos técnicos, econômicos e jurídicos que sugerem a outorga pelo regime de autorização.

Foram implementados importantes ajustes no marco regulatório do setor ferroviário de transporte de cargas brasileiro. A Resolução nº 3.694/11, que aprova o Regulamento dos Usuários dos Serviços de Transporte Ferroviários de Cargas – REDUF, constitui-se em instrumento consolidador dos direitos e obrigações dos usuários e concessionárias, estabelecidos pelas Leis 8.987/95 e 10.233/01 e pelos contratos de concessão vigentes.

Já a Resolução nº 3.695/11, que aprova o regulamento das operações de direito de passagem e tráfego mútuo do subsistema ferroviário federal, estabelece as diretrizes técnicas e regulatórias para as operações ferroviárias sob a forma de interoperabilidade, de modo a aumentar a competitividade do setor ferroviário.

Finalmente, a Resolução nº 3.696/11, que aprova o regulamento para pactuar as metas de produção e por trecho e as metas de segurança para as concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de cargas, estabelece instrumento de melhoria do processo de regulação do serviço de transporte ferroviário de cargas, na medida em que permite a otimização do aproveitamento da malha ferroviária.

Foi celebrado termo de cooperação técnica entre a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e a Universidade Federal do Pará – UFPA visando à elaboração de estudo de caracterização da Oferta e da Demanda do Transporte Fluvial de Passageiros na região amazônica. Em 2011 concluiu-se a fase relativa à caracterização da oferta e se iniciou a referente à demanda. Neste termo de compromisso está sendo realizada a análise detalhada da demanda e estudos de custos e receitas das linhas Belém/PA-Manaus/AM e Santarém/PA-Manaus/AM.

A expansão e a modernização da indústria naval foram impulsionadas por incentivos do Governo Federal, por meio do Programa de Financiamento do Fundo da Marinha Mercante - FMM, sob gestão do Ministério dos Transportes, gerando, nos últimos anos, 60 mil empregos diretos, sendo cerca de três mil, em 2011.

As ações de promoção industrial desenvolvidas no âmbito do Ministério dos Transportes são de financiamento à construção e reforma de embarcações e estaleiros.

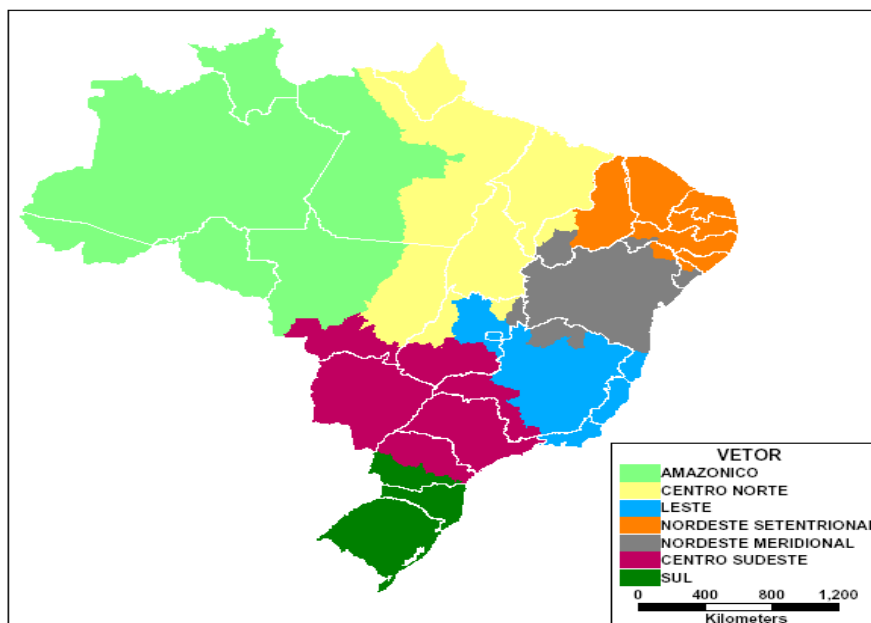
Estes financiamentos objetivam o incremento da participação brasileira na navegação de longo curso e de apoio marítimo e aumento na navegação de cabotagem e interior, com construção de embarcações modernas de casco duplo, além de reduzir a idade média da frota de rebocadores portuários e das embarcações utilizadas no transporte de passageiros na navegação interior de travessia.

Visa-se ainda a modernização, ampliação e construção de estaleiros, incrementando a capacidade e a qualidade de produção naval, reduzindo o custo final do produto, com vistas a atingir o mercado externo, gerando emprego e renda, fomentando o desenvolvimento tecnológico e sustentável desta indústria.

Pela descrição dos programas estruturantes abaixo, caracterizados pelas implementações de diversas intervenções, procura-se demonstrar os principais resultados obtidos pelo Ministério dos Transportes, em 2011, na busca do desenvolvimento da infraestrutura de transportes no País.

Para facilitar a visualização dos Vetores Logísticos, apresenta-se a seguir mapa do Brasil com as delimitações das áreas de abrangência desses sete programas estruturantes.





#### Programa Vetor Logístico Amazônico - 1456

O Vetor Logístico Amazônico é composto pelos estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, oeste do Estado do Pará até o Rio Xingu e noroeste do Mato Grosso, na área de influência da rodovia BR-163 ao norte de Cuiabá. Portanto, agrega parcelas das regiões Norte e noroeste da região Centro-Oeste, seguindo aproximadamente os limites do bioma de mesmo nome. Abrange região de isocustos de transporte rumo aos portos de Manaus e Santarém.

Os objetivos das ações realizadas neste vetor visam eliminar as desigualdades regionais em áreas deprimidas e ampliar o desenvolvimento socioeconômico e a perspectiva de integração inter-regional e de fronteira pela eficiência e efetividade dos fluxos de transporte, considerando as características ambientais específicas da região.

No modal rodoviário, merecem destaque as seguintes obras:

- pavimentação de 99,5 km e conclusão de 5 pontes entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, na BR-364/AC;
- pavimentação de 18,7 km entre Boca do Acre e a Divisa AM/AC, na BR-317/AM;
- pavimentação de 34,5 km e conclusão de 5 pontes entre Rurópolis e Santarém e 182 km e 3 pontes entre Divisa MT/PA e Rurópolis, incluindo acesso a Miritituba, na BR-163/PA;
- pavimentação de 91,7 km entre o Entroncamento BR-364 e Costa Marques, na BR-429/RO;
- pavimentação de 19,1 km entre a Divisa MT/PA e Guarantã do Norte/MT e Travessia Urbana de Guarantã, na BR-163/MT.

No modal hidroviário, destacam-se os seguintes serviços na Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental – AHIMOC:

- desobstrução do canal com retirada de paliteiros e execução dos serviços de remoção de toras e galhadas do rio Madeira, no Terminal Hidroviário de Humaitá/AM;
- manutenção das estações hidrométricas da hidrovia do rio Madeira, entre Porto Velho/RO e Itacoatiara/AM;
- desobstrução da área aquaviária do terminal fluvial de Novo Airão para manutenção do calado operacional do cais flutuante;

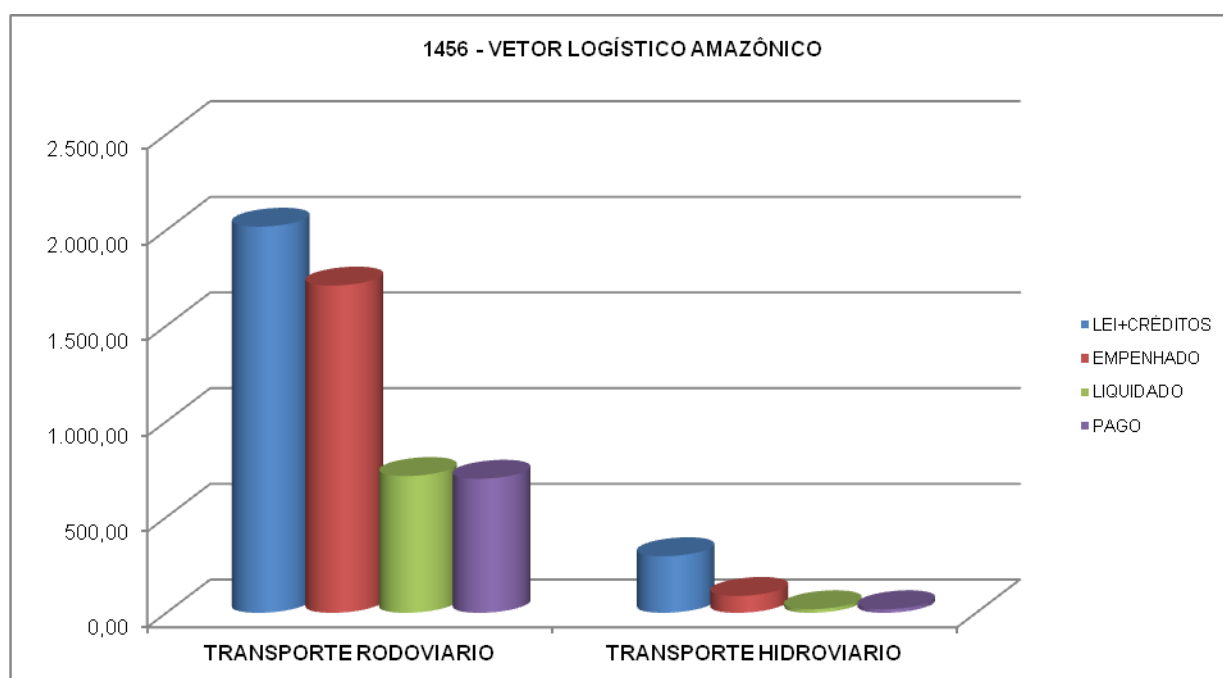
- fiscalização das obras referentes à implantação dos portos nas cidades de: Santa Izabel do Rio Negro, Benjamim Constant, Fonte Boa, Jutai, Nova Olinda do Norte, Tonantins, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença e Lago de Tefé no Estado do Amazonas.

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2011

Em R\$ milhões

PROGRAMA/SUBFUNÇÃO	LOA + CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGOS	% EXECUÇÃO
Transporte Rodoviário	2.018,22	1.710,56	715,09	700,98	35,43%
Transporte Hidroviário	296,15	88,61	19,06	19,06	6,44%
<b>1456 – VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO</b>	<b>2.314,37</b>	<b>1.799,17</b>	<b>734,15</b>	<b>720,04</b>	<b>31,72%</b>

Fonte: SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – 18/01/2012



#### Programa Vetor Logístico Centro-Norte – 1457

O Vetor Logístico Centro-Norte inclui os estados do Amapá, Tocantins e Maranhão e parcelas a leste do Pará e do Mato Grosso, além do noroeste de Goiás.

Possui atividades com base em recursos naturais, abrangendo parte das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Divide-se entre os biomas Amazônico a oeste e Cerrado a leste e se caracteriza como região de isocustos de transporte rumo aos portos de Belém e São Luis.

As ações realizadas neste Vetor buscam reduzir as desigualdades sociais e incrementar o desenvolvimento socioeconômico do local, expandindo o acesso a áreas de fronteira e a integração inter-regional.

Destacam-se no modal rodoviário as seguintes obras:

- pavimentação de 12,0 km entre Ferreira Gomes e Oiapoque, na BR-156/AP;
- conclusão da Ponte Internacional sobre o rio Oiapoque, na BR-156/AP
- pavimentação de 43,8 km entre Ribeirão Cascalheira e a Divisa MT/PA, na BR-158/MT;
- pavimentação de 42,0 km entre Ribeirão Cascalheira e Sorriso, na BR-242/MT;
- conclusão do trecho Divisa MT/PA - Guarantã do Norte, na BR-242/MT.

No modal hidroviário destaca-se, na Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental – AHIMOR, a revitalização da unidade operacional do porto de São Francisco em Barcarena/PA.

Com relação aos serviços realizados pelas Administrações das Hidrovias do Tocantins e Araguaia – AHITAR, destaca-se o levantamento hidrográfico e batimétrico no rio Tocantins.

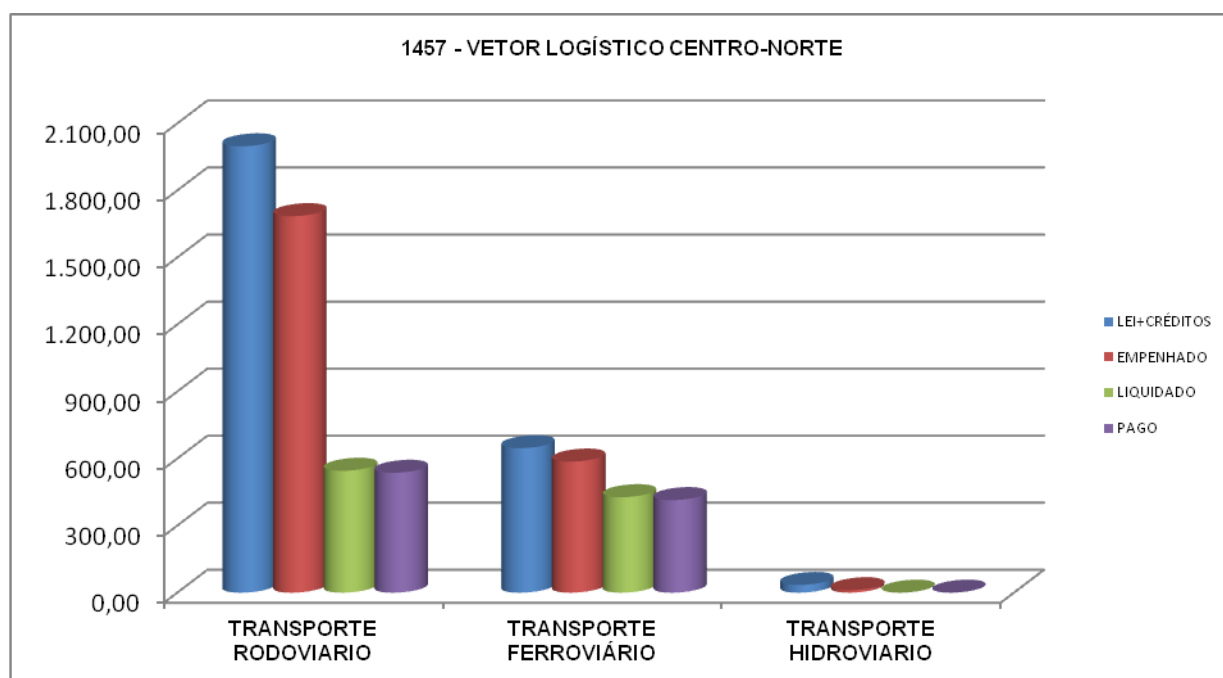
No modal ferroviário, destaca-se a construção de 131 km da Ferrovia Norte-Sul, entre Palmas/TO e Uruaçu/GO.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2011

Em R\$ milhões

PROGRAMA/SUBFUNÇÃO	LOA + CRÉDITOS (a)	EMPENHADO (b)	LIQUIDADO (c)	PAGOS (d)	% EXECUÇÃO E=C/A
Transporte Rodoviário	1.997,88	1.685,23	545,73	536,67	27,32%
Transporte Ferroviário	646,77	586,88	427,50	414,50	66,10%
Transporte Hidroviário	34,76	11,09	0,00	0,00	0,00%
<b>1457 – VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE</b>	<b>2.679,41</b>	<b>2.283,20</b>	<b>973,23</b>	<b>951,17</b>	<b>36,32%</b>

Fonte: SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – 18/01/2012



Programa Vetor Logístico Leste - 1458

O Vetor Logístico Leste abrange uma região de isocustos de transporte rumo aos portos de Vitória, Rio de Janeiro e Itaguaí.

Nesta região são predominantes as atividades de média tecnologia, impulsionadas pela disponibilidade regional de recursos naturais minerais. Contém o bioma Cerrado a oeste e a Mata Atlântica a leste, abrangendo parcelas das regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Este Programa engloba a porção norte do Estado de Goiás, inclusive a BR-070, que delimita espacialmente este Vetor Logístico, mas exclui as rodovias - BR/153 e BR/414, em virtude do caráter longitudinal destas.

Na modalidade de transporte rodoviário merecem destaque as seguintes obras:

- duplicação de 4,0 km do contorno rodoviário de Vitória, na BR-101/ES;
- duplicação de 32,3 km e restauração de 16,5 km da pista antiga entre Uberlândia, Araguari e a Divisa MG/GO, na BR-050/MG;
- pavimentação de 42 km entre Bom Jesus da Penha e Guaxupé, na BR-146/MG;
- conclusão da duplicação entre Betim e Nova Serrana, na BR-262/MG;
- pavimentação de 35,7 km entre Ilicínea e São Sebastião do Paraíso, na BR-265/MG;
- pavimentação de 42,9 km entre o Entroncamento BR-153/MG e o Entroncamento BR-365(A) (Divisa MG/GO), na BR-364/MG;
- duplicação de 58,7 km e restauração de 52,2 km da pista antiga entre Uberlândia e o Entroncamento BR-153 (Trevão), na BR-365/MG;
- execução de 8,9 km de terraplenagem, dois viadutos e cinco passagens inferiores, na BR-493/RJ;
- conclusão do trecho Sobradinho - Divisa DF/GO, na BR-020/DF;
- conclusão do trecho Granja do Torto - Entroncamento DF-051, na BR-450/DF;
- conclusão da travessia urbana de Águas Lindas, na BR-070/GO.

Quanto à modalidade de transporte ferroviário, destacam-se:

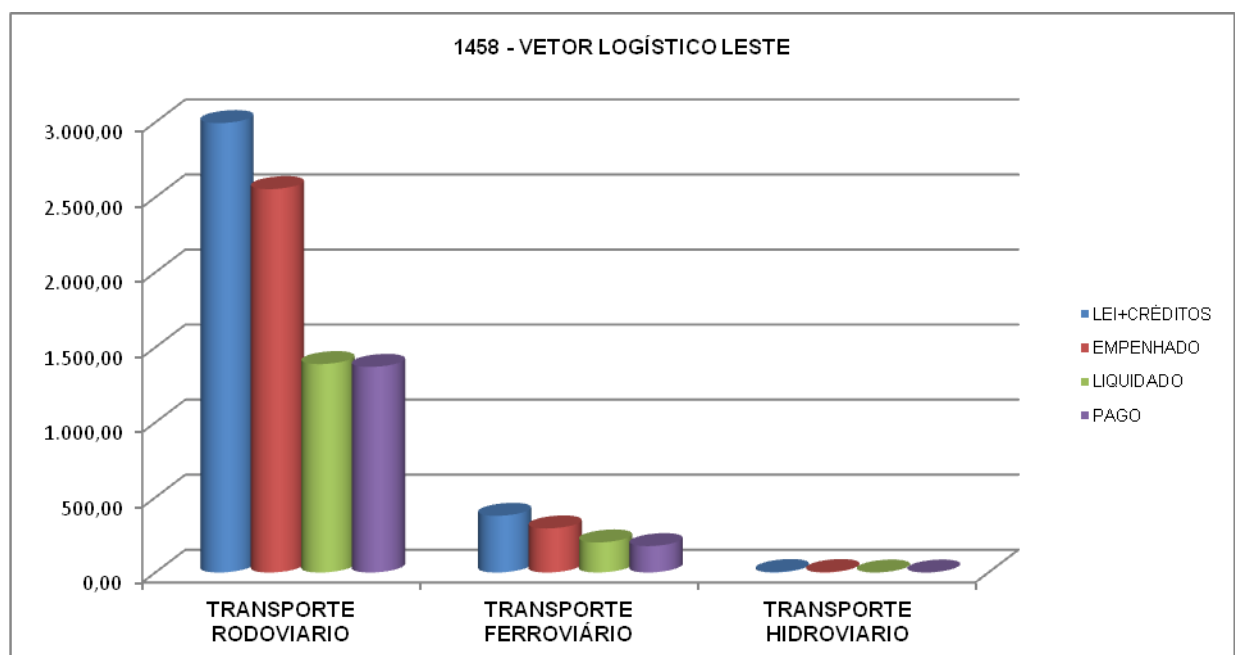
- execução de 26% das obras da adequação de via férrea no município de Barra Mansa/RJ;
- execução de 33,2% de infraestrutura e 10,8% de obras-de-arte especiais entre Santa Vitória e Iturama, na extensão sul da Ferrovia Norte-Sul;
- construção de 71 km da Ferrovia Norte-Sul entre Anápolis e Uruaçu, no Estado de Goiás.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2011

Em R\$ milhões

PROGRAMA/SUBFUNÇÃO	LOA + CRÉDITOS (a)	EMPENHADO (b)	LIQUIDADO (c)	PAGOS (d)	% EXECUÇÃO E=C/A
Transporte Rodoviário	2.994,90	2.554,74	1.388,88	1.370,45	46,37%
Transporte Ferroviário	377,88	293,86	200,43	176,00	53,04%
Transporte Hidroviário	3,40	3,40	0,00	0,00	0,00%
<b>1458 – VETOR LOGÍSTICO LESTE</b>	<b>3.376,18</b>	<b>2.852,00</b>	<b>1.589,31</b>	<b>1.546,45</b>	<b>47,07%</b>

Fonte: SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – 18/01/2012



O Vetor Nordeste Setentrional é composto por parcelas da região Nordeste, com predominância do setor de comércio e de serviços de baixa especialização, além da administração pública. Contém os biomas da Caatinga e Mata Atlântica Litorânea e abrange uma região de isocustos de transporte rumo aos portos de Fortaleza, Pecém, Natal, João Pessoa, Recife, Suape e Maceió. Este Programa tem por objetivo aperfeiçoar os fluxos de transporte nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Na modalidade de transporte rodoviário merecem destaque as seguintes obras:

- duplicação e modernização de 11,1 km entre a Divisa PE/AL e a Divisa AL/SE, na BR-101/AL;
- duplicação de 5,1 km entre a Divisa RN/PB e a Divisa PB/PE, na BR-101/PB;
- duplicação de 16,7 km e execução de duas obras-de-arte especiais entre a Divisa PB/PE e a Divisa PE/AL, na BR-101/PE;
- duplicação e modernização de cinco km e execução de quatro obras-de-arte especiais entre Natal e a Divisa RN/PB, na BR-101/RN.

No transporte ferroviário destacam-se as seguintes obras da Ferrovia Nova Transnordestina:

- execução de 51% da superestrutura e 7% das obras-de-arte especiais entre Missão Velha/CE e Salgueiro/PE;
- execução de 15% da superestrutura, 16% da infraestrutura e 15% das obras-de-arte especiais entre Salgueiro e Trindade, no Estado de Pernambuco;
- execução de 24% da infraestrutura e 20% das obras-de-arte especiais entre Eliseu Martins/PI e Trindade/PE;
- execução de 6% da superestrutura, 30% da infraestrutura e 32% das obras-de-arte especiais entre Salgueiro e Suape, no Estado de Pernambuco;

No modal hidroviário, destacam-se os seguintes serviços na Administração das Hidrovias do Nordeste – AHINOR:

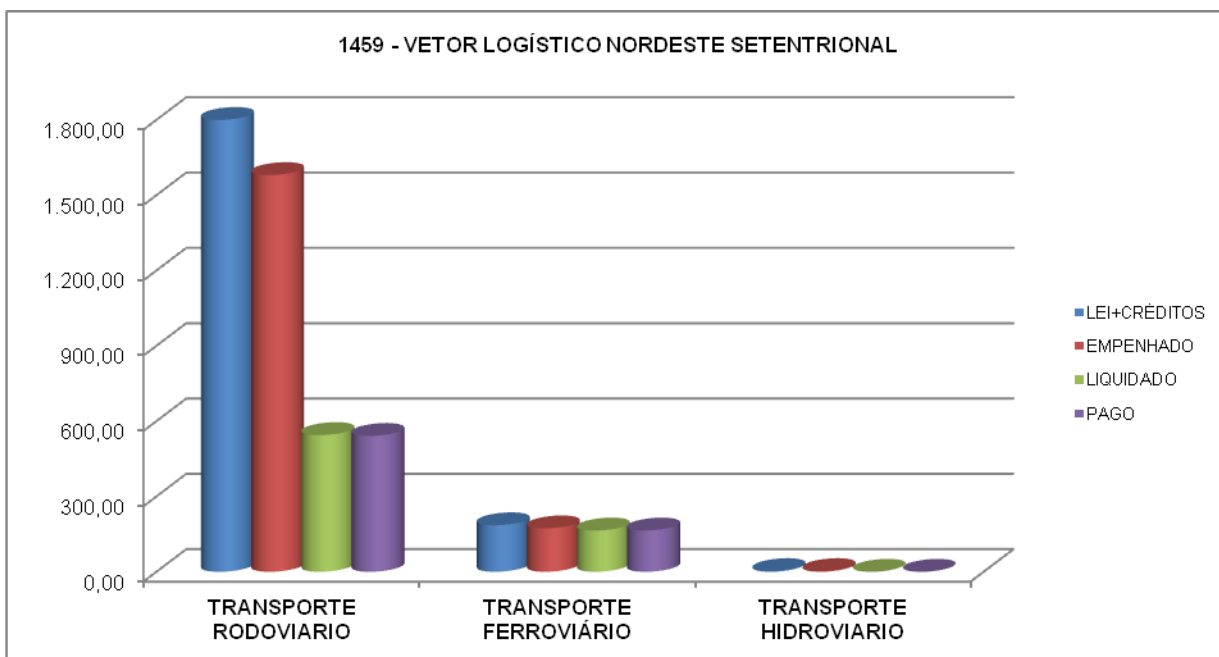
- desobstrução do leito, limpeza e conservação das margens nas hidrovias dos rios Pindaré, Mearim, Grajaú e Parnaíba;
- reparação emergencial do atracadouro hidroviário flutuante do porto Paricatiua;
- manutenção da profundidade do canal do rio Mearim e Pindaré;
- manutenção e melhoramentos para reparação de atracadouros hidroviários flutuantes nos rios Parnaíba, Turiaçu, Pericumã e Cajari;
- implantação de atracadouro hidroviário flutuante no porto da Ilha Grande, em Tutóia/MA.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2011

Em R\$ milhões

PROGRAMA/SUBFUNÇÃO	LOA + CRÉDITOS (a)	EMPENHADO (b)	LIQUIDADO (c)	PAGOS (d)	% EXECUÇÃO E=C/A
Transporte Rodoviário	1.808,11	1.580,52	544,74	541,26	30,13%
Transporte Ferroviário	185,50	173,15	164,60	164,60	88,73%
Transporte Hidroviário	2,92	2,92	0,00	0,00	0,00%
<b>1459 – VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL</b>	<b>1.996,53</b>	<b>1.756,59</b>	<b>709,34</b>	<b>705,86</b>	<b>35,53%</b>

Fonte: SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – 18/01/2012



#### Programa Vetor Logístico Nordeste Meridional – 1460

O Vetor Nordeste Meridional abrange os estados da Bahia e Sergipe, visando ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores, bem como promover a eficiência e efetividade nos fluxos de transporte da região.

Na modalidade de transporte rodoviário merece destaque:

- pavimentação de 66,0 km entre a Divisa SE/BA e a Divisa BA/PI, na BR-235/BA;
- pavimentação de 8,4 km e alargamento de cinco pontes entre Caravelas e o Entroncamento BR-101/BA, na BR-418/BA;
- conclusão do canal do rio das Tripas e execução de 58% dos viadutos V-4, V-5, V-6 e V-7 e 10% dos viadutos V-8, V-9 e V-10, na Via Expressa ao Porto de Salvador, na BR-324/BA;
- duplicação e modernização de 16,0 km de pista nova em pavimento rígido entre a Divisa AL/SE e a Divisa SE/BA, na BR-101/SE.

Com relação ao modal ferroviário, pode-se destacar na Ferrovia de Integração Oeste-Leste a execução de 5,85% de infraestrutura entre Ilhéus e Caetité, no Estado da Bahia.

No modal hidroviário, destacam-se os seguintes serviços na Administração das Hidrovias do São Francisco – AHSFRA:

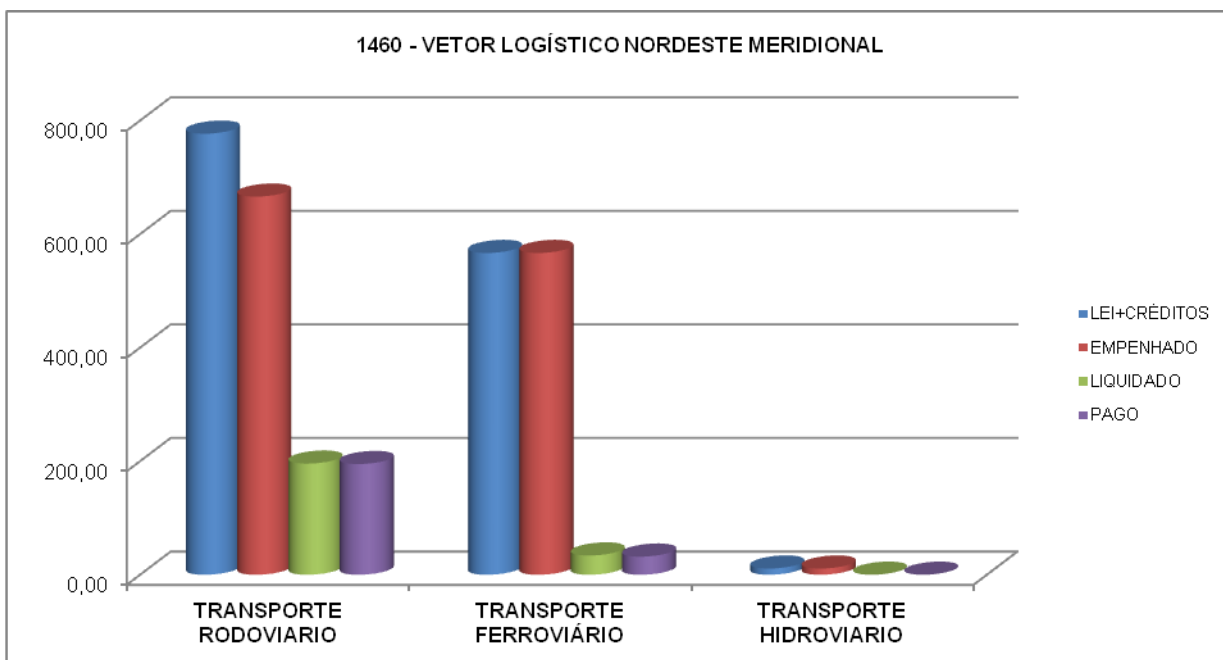
- desassoreamento emergencial do canal de navegação do rio São Francisco, entre Ibotirama e Xique-Xique, no Estado da Bahia;
  - manutenção da sinalização fixa de margem e flutuante do rio São Francisco, entre Pirapora/MG e Juazeiro/BA.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2011

Em R\$ milhões

PROGRAMA/SUBFUNÇÃO	LOA + CRÉDITOS (a)	EMPENHADO (b)	LIQUIDADO (c)	PAGOS (d)	% EXECUÇÃO E=C/A
Transporte Rodoviário	776,89	666,08	195,78	195,00	25,20%
Transporte Ferroviário	566,80	566,80	33,91	31,91	5,98%
Transporte Hidroviário	10,86	10,86	0,00	0,00	0,00%
<b>1460 – VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL</b>	<b>1.354,55</b>	<b>1.243,74</b>	<b>229,69</b>	<b>226,91</b>	<b>16,96%</b>

Fonte: SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – 18/01/2012



#### Programa Vetor Logístico Centro Sudeste – 1461

O Vetor Centro–Sudeste compõe-se de parcelas das regiões Sudeste, Sul e Centro – Oeste, contendo os biomas do Pantanal a oeste, Cerrado Central e Mata Atlântica a leste. Tem como dominantes as atividades de alta e baixa tecnologia (agroindústria), estruturando-se como região de isocustos de transporte rumo aos portos de Santos e Paranaguá.

O Programa engloba a porção sul do Estado de Goiás, excluindo a BR-070, que delimita espacialmente o vetor e incluindo as rodovias BR-153 e BR-414 que têm caráter longitudinal. O Objetivo deste vetor é promover a eficiência nos fluxos de transporte na região dos estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e sudoeste do Estado de Goiás, integrando as rodovias federais com as redes rodoviárias existentes.

Na modalidade de transporte rodoviário merecem destaque as seguintes obras:

- duplicação de 111,4 km entre Goiânia e Jataí, na BR-060/GO;
- pavimentação de 7,3 km e execução de dois viadutos, na travessia urbana de Anápolis, na BR-153/GO;
- execução de 60% da travessia urbana de Professor Jamil e 85% da travessia urbana de Hidrolândia entre Aparecida de Goiânia e Itumbiara, na BR-153/GO;
- pavimentação de 4,6 km do Anel rodoviário de Campo Grande, na BR-262/MS
- construção de 107,2 km entre o Entroncamento BR-163 e a Divisa MS/GO, na BR-359/MS;
- pavimentação de 3,5 km do contorno Oeste de Cascavel, na BR-163/PR;
- pavimentação de 4,2 km do contorno rodoviário de Maringá, na BR-376/PR.

Dentre as ações referentes ao transporte ferroviário, podemos destacar:

- execução de 11% do contorno ferroviário de Araraquara e 45% do Pátio Ferroviário de Tutóia, no Estado de São Paulo;
- execução de 15% de infraestrutura entre Ouro Verde/GO e Estrela d’Oeste/SP, na extensão sul da Ferrovia Norte-Sul.

No modal hidroviário, destacam-se os seguintes serviços na Administração das Hidrovias do Paraguai – AHIPAR:

- reforma e reparos nos equipamentos do parque de dragagem: rebocador Avideo Melo, rebocador Mandim, casa flutuante Portobrás I e balsa do grupo gerador;
- elaboração de projeto de balsa para apoio às operações de dragagem;
- levantamento batimétrico e medição de correntes do rio Paraguai;
- dragagem para manutenção do canal de navegação.

Com relação aos serviços executados na Administração das Hidrovias do Paraná – AHRANA, pode-se citar:

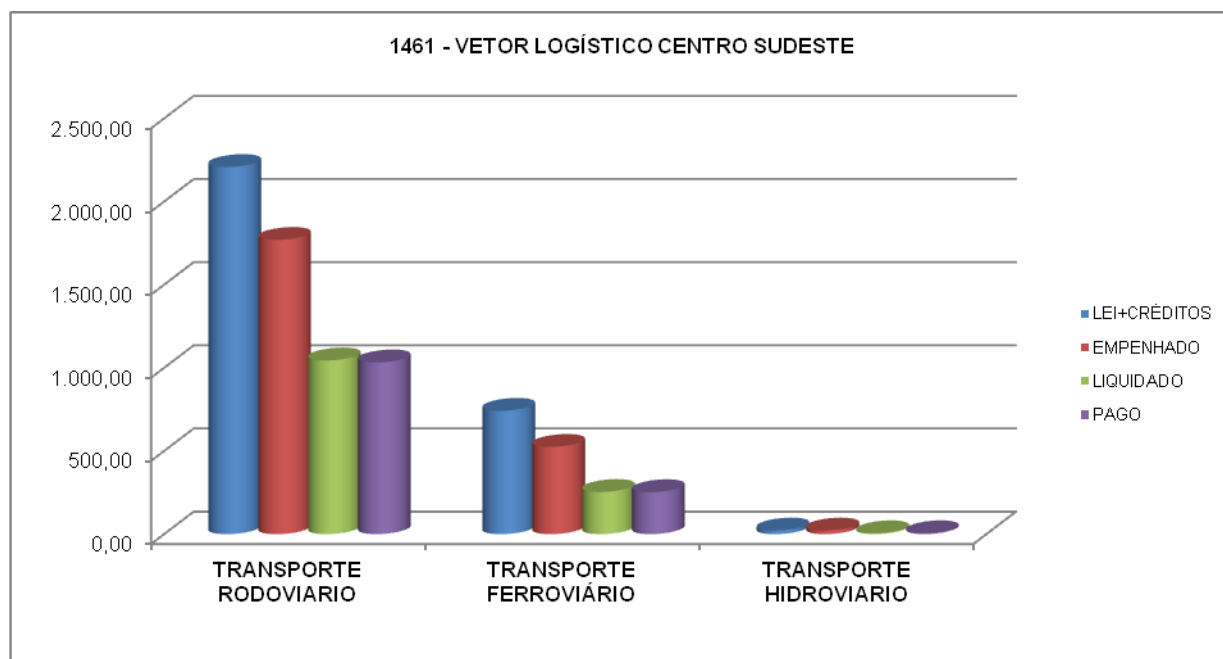
- manutenção da sinalização de toda a via do rio Paraná;
- estudos preliminares de afluentes para a expansão da via;
- manutenção corretiva no reservatório UHE Itaipu, na ponte Ayrton Senna, no reservatório de Porto Primavera a Jupia e manutenção preventiva e corretiva de sinais no reservatório UHE Ilha Solteira/SP.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2011

Em R\$ milhões

PROGRAMA/SUBFUNÇÃO	LOA + CRÉDITOS (a)	EMPENHADO (b)	LIQUIDADO (c)	PAGOS (d)	% EXECUÇÃO E=C/A
Transporte Rodoviário	2.208,10	1.769,47	1.044,93	1.032,94	47,32%
Transporte Ferroviário	741,79	524,80	253,72	252,36	34,20%
Transporte Hidroviário	22,12	22,12	5,44	5,44	24,59%
<b>1461 – VETOR LOGÍSTICO CENTRO SUDESTE</b>	<b>2.972,01</b>	<b>2.316,39</b>	<b>1.304,09</b>	<b>1.290,74</b>	<b>43,88%</b>

Fonte: SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – 18/01/2012



#### Programa Vetor Logístico Sul – 1462

O Vetor Logístico Sul é composto por todos os estados da região Sul do País. Nele predominam os biomas da Mata Atlântica e Pampas, que propiciam diversidade na tipologia das atividades produtivas locais. Na região encontram-se distribuídas atividades que vão desde a exploração de recursos naturais e agrícolas às de maior valor agregado e de cunho tecnológico. A proximidade da região Sul com o restante do continente sul-americano justifica seu potencial integrador internacional. O Vetor Sul possui projetos que se destinam a reforçar e consolidar o processo de integração da infraestrutura de transportes na América do Sul, permitindo a realização de trocas comerciais, intercâmbio cultural e social entre o Brasil e seus vizinhos.

Na modalidade de transporte rodoviário merecem destaque as seguintes obras:



- conclusão da duplicação entre a Divisa SC/RS e Osório, na BR-101/RS;
- conclusão do complexo viário de Canoas, da ponte sobre o rio Gravataí e do viaduto do Rincão e execução de 84% do viaduto Unisinos, na BR-116/RS;
- execução de 69,9% da superestrutura do viaduto sobre a BR-116/RS, 81,6% da mesoestrutura do viaduto sobre a BR-448/RS, 31,3% de infraestrutura da ponte sobre o Arroio Sapucaia, 92,7% da superestrutura do viaduto sobre a BR-386/RS, 77,6% da infraestrutura da ponte sobre a Vala do dique Mathias Velho, 18,3% do viaduto sobre a ferrovia ALL, 86,5% da superestrutura do viaduto sobre a BR-488/RS no acesso a Canoas e 76,6% do viaduto de acesso à BR-290/RS, na BR-448/RS;
- duplicação de 18,8 km entre Palhoça e a Divisa SC/RS, na BR-101/SC.

No modal ferroviário foi executado 40% de terraplenagem e concluídos três viadutos no contorno de São Francisco do Sul/SC.

No modal hidroviário, destacam-se os seguintes serviços na Administração das Hidrovias do Sul – AHSUL:

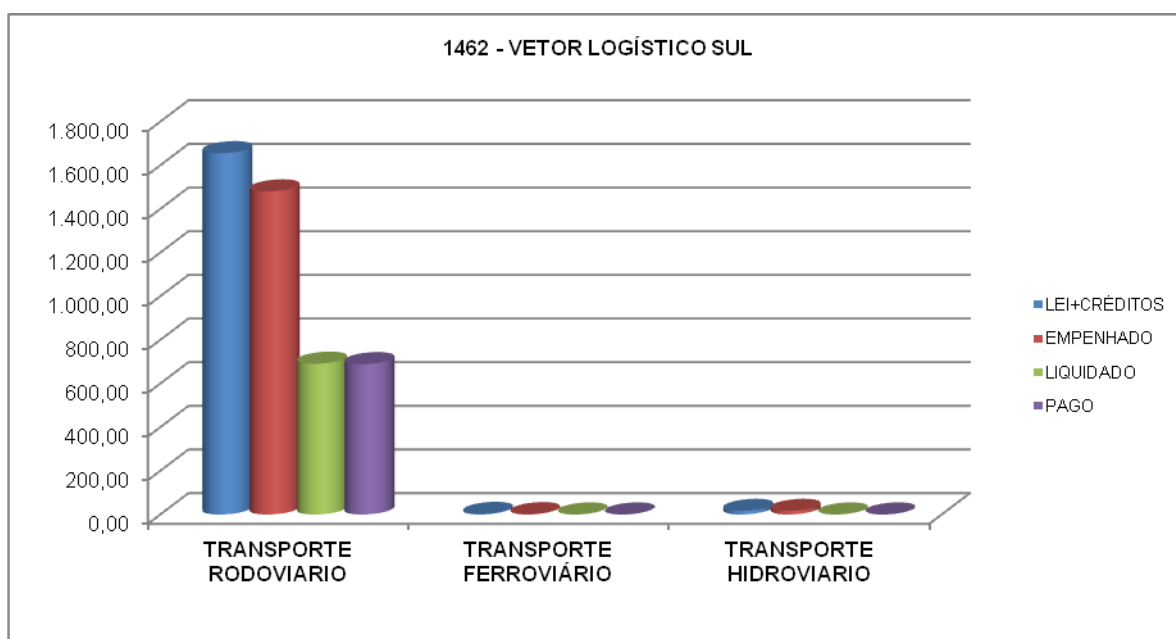
- dragagens ao longo do rio Taquari;
- manutenção do balizamento das hidrovias;
- manutenção e operação de quatro barragens eclusadas (três no Jacui e uma no Taquari).

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2011

Em R\$ milhões

PROGRAMA/SUBFUNÇÃO	LOA + CRÉDITOS (a)	EMPENHADO (b)	LIQUIDADO (c)	PAGOS (d)	% EXECUÇÃO E=C/A
Transporte Rodoviário	1.655,52	1.480,32	690,87	688,56	41,73%
Transporte Ferroviário	2,50	1,15	0,00	0,00	0,00%
Transporte Hidroviário	16,60	16,60	0,00	0,00	0,00%
<b>1462 – VETOR LOGÍSTICO SUL</b>	<b>1.674,62</b>	<b>1.498,07</b>	<b>690,87</b>	<b>688,56</b>	<b>41,26%</b>

Fonte: SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – 18/01/2012



#### Programa Qualidade dos Serviços de Transporte – 1463

Objetiva garantir a qualidade e a modicidade de tarifas e preços na exploração da infraestrutura e na prestação de serviços de transportes.

As ações do Programa são de fiscalização, regulação e normatização, sendo executadas, principalmente no âmbito das agências reguladoras: Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

No ano de 2011 foram fiscalizados 419.609 veículos do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros – TRIIP, o que corresponde a um aumento na ordem de 5,8% do resultado obtido no ano de 2010. Do total de fiscalizações do TRIIP em 2011, 384.947 referem-se a veículos fiscalizados em terminais rodoviários de embarque e desembarque de passageiros. Nos comandos em rodovias foram fiscalizados 27.510 veículos no ano de 2011. Diante da reformulação do modelo de fiscalização técnico-operacional e da manualização de procedimentos, foram fiscalizados, em 2011, 82 veículos nas garagens das empresas prestadoras de serviço. Por fim, outros 7.070 veículos foram fiscalizados em atendimento a ordens de serviço. Ressalta-se, ainda, que houve a lavratura de 30.049 autos de infração do TRIIP em 2011, o número supera em 18,06% o quantitativo de autos lavrados na modalidade durante 2010 (25.452 autos lavrados).

Foram transportados cerca de 96 milhões de passageiros, por transporte regular, em aproximadamente 2.641 serviços, operados por 259 empresas. A frota cadastrada na ANTT disponível para atendimento é de 16.850 ônibus. Quanto ao transporte fretado de passageiros, foram transportados cerca de 10 milhões de passageiros, em 22.858 ônibus habilitados, pertencentes a 3.542 empresas credenciadas junto à ANTT. Foram autorizadas 297 mil viagens fretadas, nesse período. Com relação ao transporte ferroviário de passageiros, em 2011, foram transportados cerca de 1,3 milhão de passageiros pelas linhas regulares das estradas de ferro Vitória – Minas e Carajás e 1 milhão de passageiros pelos trens turísticos e comemorativos operados em todo o país por 13 empresas autorizadas.

Em 2011 foram realizadas 14.430.962 fiscalizações no segmento Transporte Rodoviário de Cargas, aumento de 15,04% em relação ao ano anterior. Do total de fiscalizações realizadas em 2011, 14.250.104 referem-se à modalidade Excesso de Peso, tendo sido realizadas 14.235.814 fiscalizações em balanças rodoviárias e 14.290 fiscalizações por verificação de peso em documento fiscal. Com relação a 2010, houve acréscimo na ordem de 15,41% no total de fiscalizações do excesso de peso. Ainda em 2011 foram fiscalizados 107.903 veículos quanto à regularidade no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC, decréscimo de 11,8% com relação ao total observado no ano de 2010. No que diz respeito ao Vale Pedágio Obrigatório, foram fiscalizados 28.443 veículos no ano de 2011. Outros 44.512 veículos foram fiscalizados (em 2011) quando da prestação de Transporte Rodoviário Internacional de Cargas, número 6,79% maior do que o total observado no ano passado. Deve ser dito ainda que no ano de 2011 foram lavrados 142.602 autos relativos a infrações no Transporte Rodoviário de Cargas.

Quanto ao transporte rodoviário internacional de cargas, em 2011 foram concedidas 174 habilitações a empresas brasileiras e 162 habilitações a empresas estrangeiras.

No que tange à parte de Fiscalização de Concessões de Rodovias, foram realizadas diversas atividades em cumprimento ao Plano Anual de Fiscalização. Em 2011, a ANTT realizou 1.112 ações de fiscalização nas rodovias federais concedidas.

São administradas hoje, diretamente pela ANTT, conforme detalhado no quadro a seguir, 14 concessões que, juntas, totalizam 4.763,8 km. Essas concessionárias aplicaram em 2011 aproximadamente R\$ 2,85 bilhões em Investimento e cerca de R\$ 1,18 bilhão em Custos Operacionais.

CONCESSIONÁRIAS	RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO (km)
NOVADUTRA	BR-116/RJ/SP	Rio de Janeiro - São Paulo	402,0
PONTE	BR-101/RJ	Ponte Rio / Niterói	13,2
CONCER	BR-040/MG/RJ	Rio de Janeiro - Juiz de Fora	179,9
CRT	BR-116/RJ	Rio de Janeiro – Teresópolis – Além Paraíba	142,5

CONCESSIONÁRIAS	RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO (km)
CONCEPA	BR-290/RS	Osório - Porto Alegre	121,0
ECOSUL	BR-116/293/392/RS	Pólo de Pelotas	623,8
AUTOPISTA PLANALTO SUL	BR-116/PR/SC	Curitiba – Divisa SC/RS	412,7
AUTOPISTA LITORAL SUL	BR-116/PR - BR-376/PR - BR 101/SC	Curitiba – Florianópolis	382,3
AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT	BR-116/SP/PR	São Paulo – Curitiba (Régis Bittencourt)	401,6
AUTOPISTA FERNÃO DIAS	BR-381/MG/SP	Belo Horizonte – São Paulo (Fernão Dias)	562,1
AUTOPISTA FLUMINENSE	BR-101/RJ	Ponte Rio-Niterói – Divisa RJ/ES	320,1
TRANSBRASILIANA	BR-153/SP	Divisa MG/SP – Divisa SP/PR	321,6
RODOVIA DO AÇO	BR-393/RJ	Div. MG/RJ - Entr.BR-116 (Dutra)	200,4
VIABAHIA	BR – 116/324 BA	BR – 116 – Feira de Santana BR – 324 – Salvador – Feira BR – 526 / BR – 324 / BA – 528 BA – 528 / BA – 526 / Aratu	680,6
<b>TOTAL</b>			<b>4.763,8</b>

Em relação às concessões atualmente existentes, destacamos que foi aprovado em abril de 2011 a nova Metodologia de Recomposição do Equilíbrio-Econômico Financeiro, a qual utilizará Fluxo de Caixa Marginal, que visa trazer o cenário econômico atual para os contratos de concessão firmados na década de 90, garantindo assim maior justiça tarifária.

Em 2011 foram realizadas 730 ações de fiscalização de prestação dos serviços de transportes aquaviários de apoio marítimo e de apoio portuário e de exploração da infraestrutura aquaviária e portuária, que resultaram na celebração de 72 Termos de Ajuste de Conduta – TAC com as empresas do setor regulado.

Adicionalmente, em 2011 foram realizados trabalhos educativos, campanhas e ações de combate à operação sem autorização na navegação interior e, como consequência, houve um acréscimo de 7% de regularidade nos transportes em relação a 2010.

Com relação ao planejamento hidroviário, merecem destaque as preparações do Plano Hidroviário Estratégico – PHE e do Plano Nacional de Integração Hidroviária – PNIH. O PHE visa consolidar um banco de dados com informações e indicadores próprios ao transporte hidroviário, de forma a permitir que os instrumentos de planejamento sejam continuamente atualizados e incorporados ao Plano Nacional de Logística e Transportes – PNL. Os estudos preliminares do PHE foram objeto de licitação em 2011, com apoio financeiro do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento –

BIRD. Já o PNIH, em elaboração, tem como objetivo analisar potenciais cenários de utilização das hidrovias nacionais e servir de base para a confecção do Plano Geral de Outorgas – PGO.

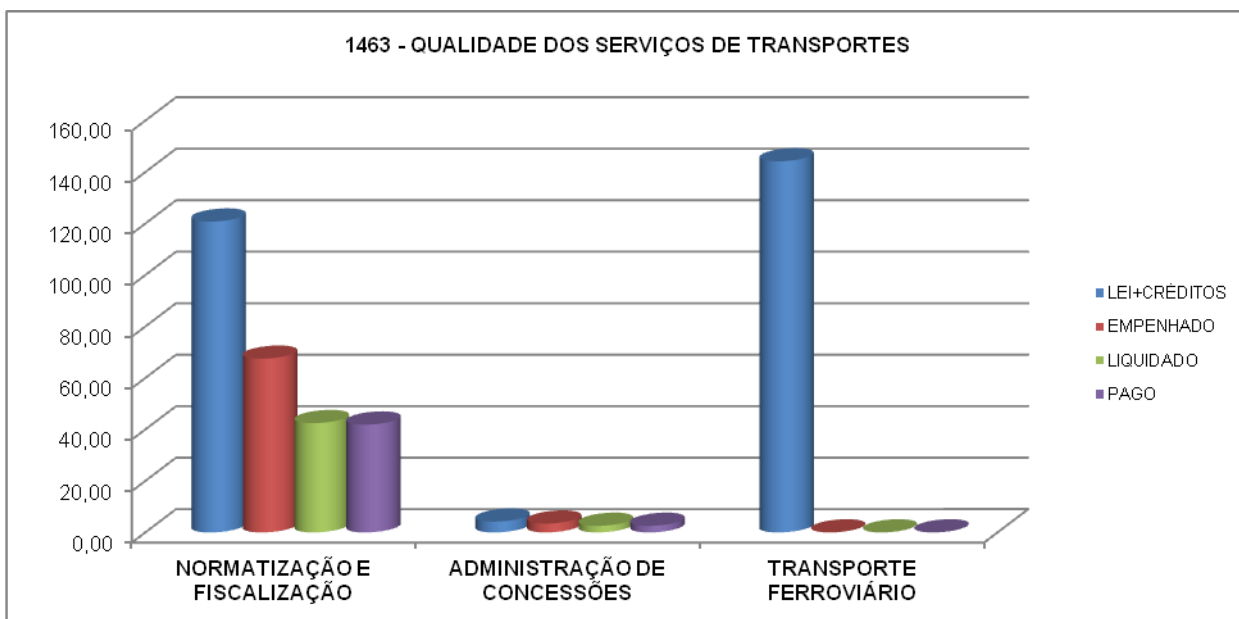
No que se refere à subfunção 783 – Transporte Ferroviário, vale esclarecer que os recursos constantes da Lei Orçamentária de 2011 destinaram-se à implantação do Trem de Alta Velocidade – TAV, cujo processo de licitação não foi concluído no presente exercício.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2011

Em R\$ milhões

PROGRAMA/SUBFUNÇÃO	LOA + CRÉDITOS (a)	EMPENHADO (b)	LIQUIDADO (c)	PAGOS (d)	% EXECUÇÃO E=C/A
Normatização e Fiscalização	120,78	67,50	42,47	41,89	35,16%
Administração de Concessões	4,20	3,43	2,56	2,56	60,95%
Transporte Ferroviário	144,20	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>1463 – QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE</b>	<b>269,18</b>	<b>70,93</b>	<b>45,03</b>	<b>44,45</b>	<b>16,73%</b>

Fonte: SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – 18/01/2012



#### Programa Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval - 8768

Objetiva renovar e expandir a frota brasileira de embarcações construídas no País para o transporte marítimo e de navegação interior.

Em 2011, foram entregues 57 embarcações e estão em construção 77, conforme detalhado a seguir:

- embarcações entregues: Amazonas (10), Bahia (1), Ceará (2), Pará (11), Rio de Janeiro (11), Santa Catarina (12), São Paulo (9), Sergipe (1), totalizando US\$ 923,3 milhões;
- embarcações em construção: Amazonas (1), Ceará (8), Pará (8), Pernambuco (7), Rio de Janeiro (32), Santa Catarina (14), São Paulo (6) e Sergipe (1), totalizando US\$ 3,2 bilhões.

Foi contratada também, no exercício, a execução de 205 embarcações, ainda não iniciadas, cujos recursos totalizam US\$ 5,5 bilhões, nos seguintes estados: Amazonas (2), Pará (24), Pernambuco (23), Rio de Janeiro (33), Santa Catarina (13) e São Paulo (110).

Em 2011 foram aplicados R\$ 194 milhões para a construção ou ampliação de estaleiros.

Foi concluída a modernização do estaleiro STX, no Estado do Rio de Janeiro e Navship, em Santa Catarina. Estão em andamento a ampliação do estaleiro Atlântico Sul, em Pernambuco, a modernização do Ebin e a construção do São Miguel, no Rio de Janeiro, a construção do ERG2 (ex-WTorres), no Rio Grande do Sul e a construção do Wilson Sons, em São Paulo.

O Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante priorizou, em 2011, investimento no valor de US\$ 14,6 bilhões para projetos de 23 estaleiros e 556 embarcações.

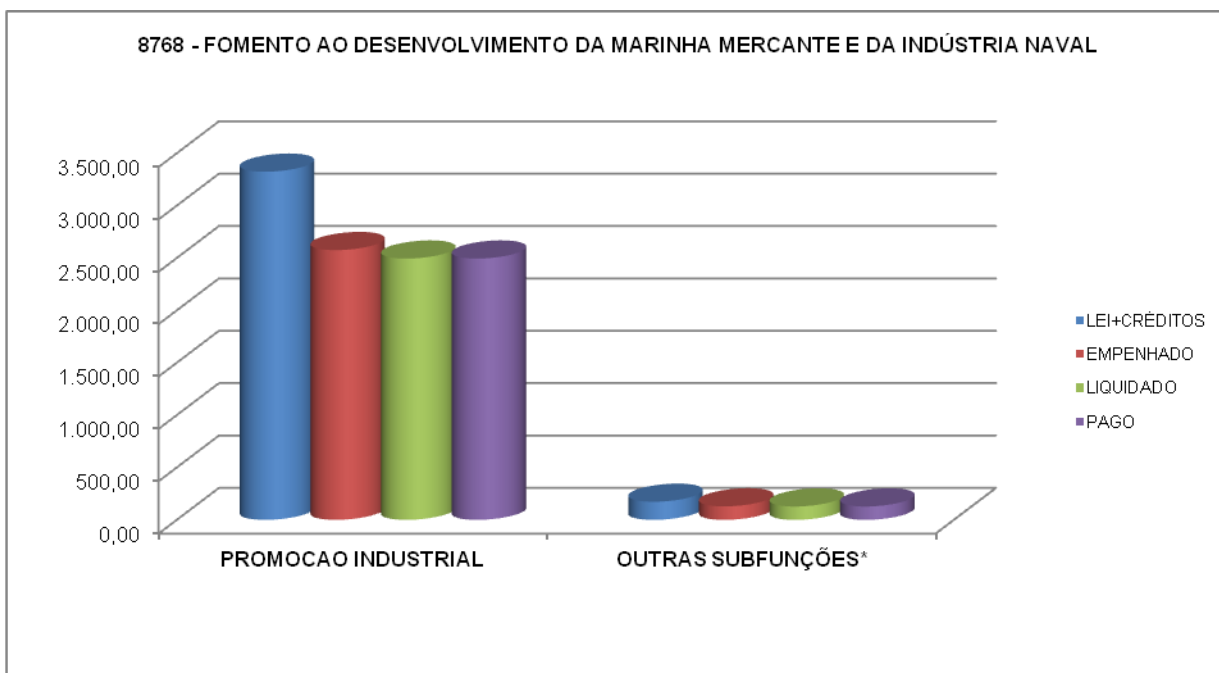
#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2011

Em R\$ milhões

PROGRAMA/SUBFUNÇÃO	LOA + CRÉDITOS (a)	EMPENHADO (b)	LIQUIDADO (c)	PAGOS (d)	% EXECUÇÃO E=C/A
Promoção Industrial	3.324,06	2.575,57	2.494,92	2.494,92	75,06%
Outras Subfunções*	172,64	128,78	127,71	127,71	73,97%
<b>8768 – FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL</b>	<b>3.496,70</b>	<b>2.704,35</b>	<b>2.622,63</b>	<b>2.622,63</b>	<b>75,00%</b>

Fonte: SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – 18/01/2012

(\*) Transporte Hidroviário, Administração Geral, Formação de Recursos Humanos e Serviços Financeiros.



## Desenvolvimento Sustentável

O Ministério dos Transportes tem como referência, para orientação e evolução de sua política ambiental, os preceitos de desenvolvimento sustentável, contribuindo para que as gerações futuras possam desfrutar da base de recursos naturais disponível em nosso País.

A Política Ambiental do Ministério dos Transportes, publicada em 2002, é fundamentada nos princípios da viabilidade dos seus empreendimentos, do respeito às necessidades de preservação e da sustentabilidade ambiental, definidas em diretrizes que servem de orientação para gestão ambiental.

A gestão participativa e continuada permite a aplicação desta Política Ambiental, com a evolução do intercâmbio de idéias, experiências e informações com os órgãos de meio ambiente, os demais setores de promoção do desenvolvimento e a sociedade em geral.

Uma das principais preocupações deste Ministério é implementar um transporte ambientalmente sustentável, em níveis local, regional e nacional, que não coloque em risco a saúde pública ou ecossistemas e que atenda às necessidades de mobilidade de forma consistente.

Como exemplo de ações para a promoção da sustentabilidade ambiental no âmbito do Ministério, pode-se destacar:

- BR-101/Sul - duplicação entre Palhoça/SC e Osório/RS: Execução de Programa Socioambiental de Paisagismo que engloba projeto de paisagismo que minimiza os impactos ambientais gerados pela obra, recuperando as paisagens anteriormente degradadas por ações antrópicas e aplicando uma forma inovadora de sinalização de trânsito com o uso da própria vegetação como sinalização viva. O programa também busca promover a recomposição das formações vegetais na faixa de domínio, destacar as Áreas de Preservação Permanente, além de fazer combinações de espécies vegetais plantadas ao longo da rodovia com características diferentes, o que quebra a monotonia, e torna a viagem mais segura e agradável. Destaca-se ainda os plantios ao longo do canteiro central, com a implantação de barreira antiofuscante, o que permite uma maior segurança aos usuários;

- BR-163/MT/PA – pavimentação entre Cuiabá/MT e Santarém/PA: Foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável na Área de Influência da rodovia. Trata-se, sobretudo, de um plano estratégico de desenvolvimento regional, referenciado no Plano Amazônia Sustentável - PAS, que estabelece novos paradigmas para o desenvolvimento da

Amazônia Brasileira, sendo também um plano operacional, referenciado à implementação de ações e políticas governamentais em toda a região;

- BR-364/AC – pavimentação entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul: Foi feita uma avaliação da situação atual do desmatamento e da biodiversidade, modelagem e cenários de dinâmica do uso da terra na Amazônia Sul-Occidental, capacitação em gestão ambiental (planejamento regional, modelos e manejo de recursos naturais) e criação de planos de desenvolvimento sustentável ao longo das estradas com conexão aos portos do Oceano Pacífico;
- BR-101/Nordeste – duplicação entre Natal/RN e Palmares/PE: As atividades implementadas envolvem o controle da poluição e da degradação ambiental na construção e recuperação de áreas degradadas pelas obras, mitigação de impactos à fauna e à flora, educação ambiental e prevenção e atendimento de acidentes com cargas perigosas;
- Ferrovia Norte-Sul - Tramo Norte: reflorestamento de todo o trecho com variedade de mais de 25 espécies de mudas nativas do bioma cerrado, recuperação ambiental das jazidas, revestimento vegetal de taludes através de hidrossemeaduras e proteção de nascentes;
- Elaboração da versão preliminar do Plano Setorial de Transporte e da Mobilidade Urbana para Mitigação das Mudanças Climáticas – PSTM, em conjunto com o Ministério das Cidades, visando o atendimento da Lei 12.187, de 29/12/2009, e do Decreto 7.390, de 09/12/2010, e que tem por objetivo promover o abatimento das emissões de gases de efeito estufa no setor transportes, por meio de iniciativas relacionadas à mudança modal no transporte de cargas e ao aumento do uso de sistemas eficientes de transporte de passageiros decorrentes dos grandes investimentos públicos em infraestrutura, contribuindo para a consecução dos compromissos assumidos voluntariamente pelo Brasil;
- Adesão ao Programa “Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P”, criado pelo Ministério do Meio Ambiente e que propõe a parceria com outros Órgãos da Administração com o objetivo geral de sensibilizar os gestores públicos e colaboradores para as questões ambientais, estimulando-os a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras.

Relativamente à sustentabilidade econômica, que implica na gestão eficiente dos recursos em geral e se caracteriza pela regularidade de fluxos de investimentos públicos e privados, avaliando a eficiência por processos macrossociais, o Ministério prioriza:

- obras que fazem parte do PAC, pela continuidade da execução orçamentária e financeira e pelo permanente monitoramento, que permite eficiência na utilização dos recursos;
- Plano Nacional de Integração Hidroviária – PNIH: apresentado o primeiro relatório preliminar relativo à hidrovia Araguaia-Tocantins, identificando as produções econômicas relevantes na região, os fluxos (origem/destino) atuais dos produtos, o potencial e os fluxos futuros de produção, a rede de transportes atual e futura e os investimentos e custos operacionais envolvidos na implementação do referido potencial. O relatório traz também resultados de simulações com cenários alternativos, bem como a avaliação econômica de cada um deles. As principais *commodities* beneficiadas pelo incremento do transporte hidroviário no Araguaia-Tocantins são o minério de ferro, soja, ferro-gusa, produtos siderúrgicos e, futuramente, manganês, produtos de exportação florestal e animais vivos.

Com relação à sustentabilidade social, que tem como referência a melhoria da qualidade de vida da população, são promovidas ações visando à adoção de políticas distributivas e/ou redistributivas, além de propiciar e/ou melhorar os acessos ao atendimento nas áreas de saúde, educação e habitação.

Dentre as ações implementadas no âmbito do Ministério, destacam-se:

- concessão do Passe Livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual, nos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário;

- Projeto de Trens Regionais, que retoma o uso das estradas de ferro brasileiras em benefício direto de seus cidadãos, com a reimplantação dos trens de passageiros e turísticos, em várias regiões do País;
- realização de obras de compensação social, tais como: construção de centros comunitários, escolas, praças, quadras esportivas, unidade de atendimento à saúde, creches, obras de saneamento e pavimentação urbana, propiciando melhorias para população atingida pela construção das Eclusas de Tucuruí;
- adequação de via férrea no município de Barra Mansa/RJ no intuito de minimizar os conflitos urbanos entre a ferrovia e o trânsito de pedestres e veículos;
- BR-448/RS – construção entre Sapucaia e Porto Alegre: destaca-se o reassentamento populacional, que consiste nas atividades realizadas com o objetivo de desocupação da área para a implantação da rodovia, realocando as famílias residentes ao longo do traçado, fornecendo melhores moradias, acesso a infraestrutura básica (saúde, educação etc), manutenção dos laços de parentesco e vizinhança, além da manutenção dos meios para sobrevivência e dos vínculos de trabalho.

Destaca-se agora, as principais atuações das unidades vinculadas diretamente à Secretaria-Executiva, quais sejam: a Subsecretaria de Assuntos Administrativos e a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.

- **A Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD** tem por finalidade planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Organização e Modernização Administrativa, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério dos Transportes.

A SAAD tem a seguinte estrutura:

- **A Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL** que tem por missão regimental planejar, coordenar e controlar as atividades relativas à aquisição de bens, e contratação de serviços, administração de material e patrimônio, administração e manutenção predial, obras e serviços de engenharia, transporte, telecomunicações, comunicação administrativa e serviços de apoio operacional no âmbito do Ministério dos Transportes.

A CGRL, no transcorrer de suas atividades, procurou manter o planejamento inicial, considerando a proposta orçamentária para atender despesas de caráter de apoio administrativo apresentada para o exercício de 2011. No lugar de uma proposição orçamentária de R\$ 60.930.216,00, a unidade foi contemplada com recursos na ordem de R\$ 44.909.000,00. Vale ressaltar que neste valor não está incluída a importância de R\$ 10.000.000,00, direcionada à execução de despesas de publicidade de utilidade pública, cuja gerência está a cargo da ASCOM – Assessoria de Comunicação Social/MT. De posse de tais recursos, a unidade focou a sua atuação nas atividades julgadas mais importantes, em consenso com as orientações do Subsecretário de Assuntos Administrativos.

O ponto de maior relevância, dentre as prioridades estabelecidas, continuou direcionado nas obras de substituição de toda a rede elétrica do Edifício Anexo, uma vez que a então existente não permitia a instalação de qualquer novo equipamento com consumo elétrico, culminado, inclusive, como obstáculo para realização de novas tarefas ou mesmo o desempenho de atividade por outros servidores, senão aqueles já locados naquela área. A obra encontra-se devidamente concluída conforme planejamento estabelecido.

Também foram consideradas como ações prioritárias as trocas de divisórias, forros, pisos e móveis em áreas em uso do Ministério, tanto no edifício sede quanto edifício anexo, ações

devidamente concluídas que vieram dar um maior conforto aos seus usuários e uma melhor apresentação para os frequentadores.

A compra de mais estações de serviços de informática foi adotada, realizando assim a completa renovação da rede de computadores do órgão, ação iniciada em 2010 e completada no exercício em foco.

Mesmo assim não se descuidou dos serviços de natureza contínua, que foram executados de forma normal, não apresentando, durante o exercício, qualquer problema nos processos de segurança, limpeza e conservação dos bens e instalações a serviço do Ministério.

Quanto às demais ações, previamente planejadas e que não puderam ser realizadas, dentro das possibilidades, serão contempladas durante o exercício de 2012.

- **A Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH** tem por finalidade coordenar e acompanhar no âmbito do Ministério, a política e as ações de recursos humanos, compreendendo as atividades de administração e pagamento de pessoal, de desenvolvimento de recursos humanos, em consonância com a legislação vigente; coordenar e acompanhar a execução da política de assistência médico-social no âmbito do Ministério; e coordenar e acompanhar a política e as ações das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPA, no âmbito do Ministério.

A CGRH, por ser órgão de atividades meio, interage de forma subsidiária nas políticas públicas governamentais de geração de empregos e de assistência à saúde da população.

Para cumprir sua missão de suprir a força de trabalho necessária à estrutura do Ministério, formula propostas tanto de concursos públicos, com treinamentos de aperfeiçoamento após a admissão do pessoal, quanto de terceirização de mão de obra com a mesma finalidade, em casos emergenciais inevitáveis.

Destaca-se, também, a manutenção de plano de saúde oferecido aos servidores e seus dependentes, evitando assim uma demanda maior ao Sistema Único de Saúde - SUS, já saturado.

O Balanço das ações gestadas e desenvolvidas na CGRH, no Exercício 2011, consolida com teoria e números uma rotina não inédita da complexa estrutura que se molda, há muito, no serviço público e, por reflexo, neste Ministério.

A rigor, exercício por exercício, ressalvadas as medidas de mudanças no trato e na condução de alguns assuntos, emanadas do Poder Executivo, por Leis, Decretos e Orientações Disciplinares do Órgão Central do SIPEC, as atividades atinentes a recursos humanos têm caráter repetitivo, todas condicionadas a normas específicas, dentre estas e em especial a Lei nº 8.112/90, e suas alterações.

Durante o exercício de 2011, assumimos o desafio de buscar o envolvimento de todos os profissionais da CGRH, que não envidaram esforços para que as tarefas fossem desenvolvidas a contento, investindo na especialização e no treinamento. Com isso foi possível, por exemplo, aprimorar a equipe de concessão de pensões viabilizando maior celeridade nos processos.

Por fim salientamos algumas medidas institucionais que poderiam potencializar o nível de eficiência da CGRH: i) adequação da estrutura regimental, que já foi proposta, visto que apesar de todos os esforços envidados, a estrutura atual não comporta os recursos necessários para a execução das atividades de competências desta Coordenação-Geral; ii) o preenchimento de postos de trabalho com novos servidores, que depende de autorização de nomeações



adicionais pelo Ministério do Planejamento e iii) a disponibilização de novos equipamentos de informática, o que vem sendo atendido ao longo do tempo de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeira.

- ***A Coordenação-Geral de Modernização e Informática - CGMI***, que tem por finalidade planejar, coordenar, controlar e supervisionar os planos, programas e projetos relativos à organização, reforma e modernização administrativa, recursos de informação e de informática, no âmbito do Ministério, em consonância com as diretrizes do Órgão Central do Sistema.

No exercício de 2011 foram elaborados o Plano de Metas e Investimentos 2012 (PMI-TI 2012) e os planos de elaboração e manutenção do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), ambos, a serem implementados no Ministério dos Transportes. Tanto o PMI-TI 2012 como os planos para o PDTI foram apresentados e aprovados em reunião ordinária do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI).

O CGTI publicou no Boletim de Serviço do Ministério a Resolução nº 18/2011, de 15/12/2011 que aprovou o PMI-TI 2012. Na mesma reunião que ensejou a citada Resolução foram aprovados também planos de elaboração e manutenção do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

Como consequência das citadas aprovações, a CGMI promoveu diversas reuniões nas Unidades do Ministério para buscar entendimentos e esclarecer todas as dúvidas referentes o processo.

Como forma de evoluir o processo de Planejamento e Controle da TI, a CGMI vem realizando uma revisão do processo de controle e acompanhamento dos pleitos e ações no âmbito do MT (SPATIC).

Com a incorporação aos quadros do Ministério dos Transportes de 6 (seis) Analistas de TI oriundos de concurso realizado pelo Ministério do Planejamento e da concessão da GSISP para 8 (oito) funcionários, mediante concurso específico a CGMI conseguiu avançar muito, no entanto, devido a grande demanda de serviços, hoje esse quadro esta defasado, e para tanto ofício ao ministério do Planejamento com esta necessidade.

#### *Coordenação-Geral de Modernização e Informática*

- » Elaborou para aprovação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) do Ministério o Plano de Metas e Investimentos em TI para o ano de 2012 que contempla a priorização de alocação orçamentária e de necessidades mediante objetivos, metas e ações definidas junto as Unidades do Ministério;
- » Elaborou para aprovação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) do Ministério os planos de elaboração e manutenção do PDTI 2012-2013;
- » Participou de todas as reuniões e trabalhos desenvolvidos no Comitê Executivo de Informação e Informática dos Transportes (CETIIT) e no Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI);
- » Participou de todas as reuniões do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) promovidas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), Órgão Central do SISP;
- » Inseriu todos os servidores lotados na CGMI e detentores de gratificação GSISP nos trabalhos de planejamento e controle das ações de TI;
- » Promoveu a multiplicação para os servidores alocados na CGMI dos cursos constantes do Programa de Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia da Informação (DGTI) realizados pela SLTI-ENAP;

- » Viabilizou a capacitação de servidores alocados na CGMI nas técnicas para aplicação da métrica de pontos de função dos projetos de manutenções de sistemas.
- » Promoveu estudos para a construção de modelo de execução dos serviços voltados à manutenção e ao desenvolvimento de sistemas informatizados no âmbito do Ministério dos Transportes, tendo como planejamento tudo aquilo que fora inserido no SPATIC e aprovado pelo CGTI.

#### Coordenação de Informática

##### » **Gestão dos contratos**

#### NOVOS:

Empresa: Microlog Informática e Tecnologia Ltda

Contrato: 22/2011

Objeto: Aquisição de 06 equipamentos servidores com tecnologia X86 para compor o parque computacional do Ministério dos Transportes, com configuração capaz de operar sistemas integrados de banco de dados, servidor de arquivos, correio eletrônico dentre outros.

Empresa: Microlog Informática e Tecnologia Ltda

Contrato: 29/2011

Objeto: Serviço de manutenção, suporte e atualização das licenças de uso do Software VMWare (virtualização de servidores). Esta ferramenta gerencia todos os servidores virtuais do MT, proporcionando alta disponibilidade com gestão dos recursos dos equipamentos.

#### RENOVADOS

Empresa: Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)

Contrato: 01/2008

Objeto: Infovia - Link de Acesso a Internet e conexões com 24 Mbps e conexões com o DEFMM, DNIT e serviços.

Empresa: PSN Tecnologia Ltda.

Contrato: 02/2008

Objeto: Serviços de manutenção, atualização e suporte de Anti-virus McAfee.

Empresa: ACECO

Contrato: 04/2007

Objeto: Serviços de manutenção preventiva programada e corretiva na sala-cofre.

Empresa: IOS

Contrato: 39/2009

Objeto 1: Serviços manutenção e administração de ativos de redes e banco de dados

Contrato: 40/2009

Objeto 2: Serviços de suporte ao usuário.

Contrato: 38/2009

Objeto 3: Serviços de manutenção de sistemas de informações.

Empresa: VERNET

Contrato: 07/2009

Objeto: Serviços de manutenção de switch core Foundry FastIron SuperX

Empresa: SIMPRESS

Contrato: 37/2008

Objeto: Serviço de impressão corporativa com manutenção, reposição de peças, software de gerenciamento e técnico residente.

##### » **Gestão dos serviços de rede**

#### Plataforma Linux/Unix

- Elaborou projeto e implementado servidor de armazenamento de logs dos principais servidores da rede do MT;

- Implementado o balanceamento de carga entre os firewall's externos por meio do recurso fault tolerance da ferramenta VMware, ativando assim, um sistema de alta disponibilidade;
- Realizado planejamento e migração do servidor de aplicação SunOne para a plataforma Tomcat;
- Documentado e configurado o procedimento de realização do Snapshot do Banco de Dados Oracle de produção;
- Realizado projeto e implementado o serviço DNSSec nos servidores DNS externos;
- Criado ambiente de teste de Framework JBoss Seam para atender demanda da área de Desenvolvimento de Sistemas;
- Realizada a autenticação de usuários da rede wireless visitante, possibilitando a identificação do usuário que realiza acessos à Internet dessa rede;
- Implantado servidor de sistema de prevenção de intrusão na rede por meio da ferramenta de software livre Snort;
- Implementado o serviço de Proxy Reverso, aumentando o nível de segurança nos acessos externos às aplicações disponíveis na Internet;
- Migração do Weblogic da máquina SUN para uma máquina Intel;
- Instalado o software Mantis para atender demanda da equipe de Desenvolvimento.

#### Plataforma Microsoft

- Elaborado e executado o projeto de implementação do serviço de correio eletrônico Exchange Server para a versão 2007;
- Documentada as políticas do Active Directory;
- Implementado o Desktop Firewall da McAfee em todas as estações do MT;
- Realizada a migração dos servidores Windows da versão 2003 para a versão 2008;

#### Plataforma Windows 2003

- Criado script para automação de instalação do Microsoft Office 2007 nas estações de trabalho da rede do MT;
- Implantação de política de logon único, permitindo que os usuários não utilizem duas estações de trabalho ao mesmo tempo;
- Implantação de política permitindo ao usuário não fazer logon fora de seu ambiente de trabalho;
- Instalação e configuração de 06 (seis) novos servidores no ambiente de sala cofre;
- Realizado o bloqueio de jogos nas estações de trabalho com Windows XP;
- Migração do Netbackup para a versão 7.1.

#### Infra-estrutura de Rede

- Documentado todos os procedimentos relacionados à infraestrutura de rede, equipamentos e sistemas operacionais;
- Elaborado e testado o projeto de implementação da tecnologia 802.1x na rede LAN do MT;
- Documentada a infraestrutura de redes de 2011;
- Planejado o isolamento físico e lógico dos ambientes de desenvolvimento, teste, homologação e laboratório;
- Elaborado projeto de aquisição de switches para atender aumento de quantitativo de estações de trabalho na rede MT.
- Implantação do protocolo SSH em todos os switches da rede, em substituição ao protocolo Telnet;
- Configuração de videoconferência na sala de situação para atender às demandas de negócio do MT;
- Realizado levantamento da situação das salas dos racks.

#### Banco de Dados

- Realizada a migração do servidor Oracle da versão 10g para a versão 11g;
- Realizada a migração do banco de dados de produção da máquina Sun para Intel (Oracle 10g);

- Alterado o gerenciamento das Tablespaces;
- Implementação de política de restrição de acesso (trigger) aos bancos de dados de desenvolvimento, homologação e produção.

» **Manutenção dos Sistemas de Informações**

- Sistema de Modelos de Documentos e Mala Direta (SICAP)
- Sistema de Gestão do PAC (SIGPAC)
- Sistema de Gestão do Gabinete do Ministro (SISGAB)
- Sistema de Pleitos da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação
- Sistema de Acompanhamento de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância (SICPAD)
- Sistema de Programação Financeira (SPF)
- PORTAL INTERNET
- Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SIGEF)
- Módulo de Gestão Funcional
- Módulo de Auxílio Funeral e de Reversão de Crédito
- Módulo de Plano de Saúde
- Módulo de Recadastramento
- Módulo Carga de Dados
- Sistema de Acompanhamento de Processos e Documentos (SICAP)
- Sistema de Consulta a Processos de Empresas (SICAP)
- Consignatárias e Representantes legais do sistema Mercante
- Sistema de Gestão da Assessoria Especial de Controle Interno (SAECI)
- Sistema Orçamentário (SIORC)
- Sistema de Programação Financeira (SPF)
- Sistema Passe Livre (SPL)
- Sistema Gestão de Conteúdo do Portal Internet (SGI)

» **Suporte ao Usuário**

- Configurado (formatado e criado imagem) 550 (quinhentos e cinquenta) estações de trabalho.
- Instalado 10 (dez) telas de projeção.
- Instalado 10 (dez) projetores multimídia, marca EPSON.
- Abertura de chamado pela Central de Helpdesk
- Atendimento de 15790 (até 21/11/2011 às 14h40min) chamados técnicos.
- Acompanhamento dos pedidos oriundos da CGRL, para substituição de micros.
- Executado manutenção preventiva nos microcomputadores do parque computacional do Ministério dos Transportes.
- Abertura e acompanhamento de chamados abertos na Empresa HP para manutenção dos micros que estão em garantia.
- Abertura e acompanhamento de chamados abertos na Empresa Lenovo para manutenção dos notebook's que estão em garantia.
- Instalação de 550 (quinhentos e cinquenta) estações de trabalho.
- Remanejamento de micros.
- Envio de memorando ao patrimônio para recolhimento e baixa dos micros obsoletos do parque do Ministério dos Transportes.
- Cadastramento de usuários no Sistema SICAP.
- Acompanhamento dos chamados de criação de Logins e configuração dos perfis dos usuários.
- Atendimento as unidades do Ministério dos Transportes que estão no prédio do DNIT (Passe Livre e Grupo Executivo) que utilizam a estrutura de rede do MT.
- Instalado e configurado Token para acesso ao Sistema de Diárias e Passagens.
- Instalado e configurado Token para acesso ao Sistema SIDOF.
- Auxílio ao usuário em relação a problemas de informática.
- Elaboração do relatório mensal de atividades da área.

- Atualizado Sistema Operacional nos microcomputadores e notebook.
- Realizado a atualização do Anti-Vírus McAfee nos microcomputadores e notebook.
- Feito a configuração das impressoras Ricoh.

#### Coordenação de Informação

- » Atendimento às solicitações relativas às ações de manutenção evolutiva do módulo Sistema Gestor de Intranet – SGI do Ministério;
- » Execução de procedimentos relativos à migração da Intranet, de ASP para JAVA, nos módulos da intranet classificados como emergenciais para o ano de 2011;
- » Migração do Fale com o Ministério para o novo Portal e transferência da gestão do canal para a ASCON;
- » Iniciada a avaliação de soluções alternativas ao Sistema Sophia Biblioteca Avançada, soluções livres, solução disponível no Portal do Software Público e soluções disponíveis em Órgãos da APF, com objetivo de modernizar os controles atuais da Biblioteca do Ministério;
- » Solicitada proposta de reativação do Sistema Sophia Biblioteca Avançada;
- » Continuidade dos serviços de separação, classificação e organização do acervo da Biblioteca do Ministério;
- » Microfilmagem de documentos, em conformidade com as demandas de áreas do MT enviadas ao Serviço de Microfilmagem;
- » Iniciado estudo para implementar procedimentos de segurança no acervo de microfilmagem armazenado no Serviço de Microfilmagem do Ministério;
- » Iniciado estudo para adoção de ações de segurança, voltadas à manutenção e garantia da vida útil dos microfimes produzidos no Ministério;
- » Iniciado levantamento para contratação de empresa especializada para realizar limpeza e revitalização de microfimes;
- » Implantação da Política de Segurança da Informação no âmbito do Ministério;
- » Implantação do novo modelo para a homepage do Ministério com objetivo de atender a necessidades emergenciais;
- » Iniciada a elaboração da Biblioteca Virtual com conteúdos coletados em sites e portais da internet.

#### Coordenação de Modernização

- » Consolidou e acompanhou proposta de projeto de Decreto para nova estrutura regimental do Ministério dos Transportes (MT); de estrutura nova estrutura, regimento interno do MT;
  - » Elaborou proposta de nova estrutura regimental para a unidade de gestão da TI contemplada na proposta de projeto de decreto para a nova estrutura regimental do Ministério;
  - » Elaborou Normas de Serviços para as unidades organizacionais do MT;
  - » Manteve atualizado o Portal Internet e demais instrumentos com as informações sobre a estrutura organizacional e regimental do MT;
  - » Atualizou as normas do Manual de Serviço “A Quem Pedir”;
  - » Manteve atualizada a sinalização das áreas setoriais do MT;
  - » Participou em comissão de processos administrativos e sindicâncias;
  - » Realizou pesquisa e levantamentos em outros órgãos, para buscar possíveis inovações na área de sinalizações visando sua implementação no MT;
- **A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO**, Unidade Gestora 390002, atua como Órgão Setorial de Orçamento, Planejamento e Programação Financeira, e tem por finalidade estabelecer a ligação entre as Unidades da Administração Direta e Indireta do Ministério dos Transportes com as Secretarias de Orçamento Federal - SOF, de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI, e o Departamento de Coordenação e

Controle das Empresas Estatais - DEST do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, e também com a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda – STN/MF.

No exercício de 2011, a SPO descentralizou para as Unidades Gestoras deste Ministério (Administração Direta), conforme abaixo indicadas, créditos destinados ao atendimento de gastos com Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos:

- » 390004/00001 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos;
- » 390007/00001 – Coordenação-Geral de Recursos Humanos;
- » 390015/00001 – Inventariança da Extinta Rede Ferroviária Federal S/A;
- » 390056/00001 – Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAAD.

No tocante às atribuições regimentais, a SPO desempenha, por meio de suas Coordenações-Gerais, as seguintes atribuições:

Coordenação-Geral de Orçamento – CGORC – planeja, coordena e supervisiona as atividades relativas ao processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, envolvendo os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e de Investimento, acompanhamento da execução orçamentária objetivando, inclusive, a reprogramação do orçamento, à luz das diretrizes orçamentárias e do Plano Plurianual.

Dentre as metas estabelecidas, ressaltam-se aquelas referentes à orientação e acompanhamento do orçamento a partir da análise e consolidação das propostas orçamentárias de suas unidades vinculadas até a efetiva aprovação da Lei Orçamentária Anual.

Posteriormente, a CGORC tem como objetivo acompanhar a execução e proceder à avaliação dos resultados, atendendo às reivindicações das unidades no tocante aos ajustes orçamentários junto à Secretaria de Orçamento Federal - SOF/MP e ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, visando concretizar as solicitações por meio de créditos adicionais e outras alterações orçamentárias.

Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade – CGFC – coordena as funções de programação financeira de desembolso, realizando a descentralização de recursos via repasse e sub-repasse em favor das diversas Unidades Gestoras que compõem a Administração Direta e Indireta deste Ministério, além da sua atuação como setorial contábil do Órgão Superior, atendendo as demandas das unidades inerentes ao registro da execução orçamentária e financeira no SIAFI.

No que se refere à programação financeira, a CGFC tem como meta estabelecer o cronograma anual de desembolso para os diversos Órgãos que compõem esta Pasta; avaliar, consolidar e atender aos pedidos de recursos formulados pelas entidades, condicionada às cotas mensais estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF.

Atua também como Setorial do Sistema de Contabilidade Federal, exercendo as atribuições previstas no art. 7º do Decreto 6.976, de 07/10/2009.

A Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação – CGAA – coordena e acompanha o processo de elaboração do Plano Plurianual - PPA, suas revisões e avaliações anuais, por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan. Elaborou a Mensagem Presidencial e a Prestação de Contas da Presidência da República – PCPR, em conjunto com representantes das Secretarias e das Unidades Vinculadas a Pasta. Apoia o Secretário-Executivo, por meio da Unidade de Monitoramento e Avaliação – UMA, monitorando a atualização dos dados do SIGplan e orientando os coordenadores de ação nas suas dificuldades, visando garantir a atuação integrada do Órgão para alcance dos objetivos setoriais.

Emite relatórios de acompanhamento dos investimentos a cargo do Ministério dos Transportes ao longo dos anos, série histórica.

Avaliação do processo de cadastramento das ações na fase qualitativa do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, verificando as inconsistências porventura existentes, para fins de elaboração da proposta orçamentária anual.

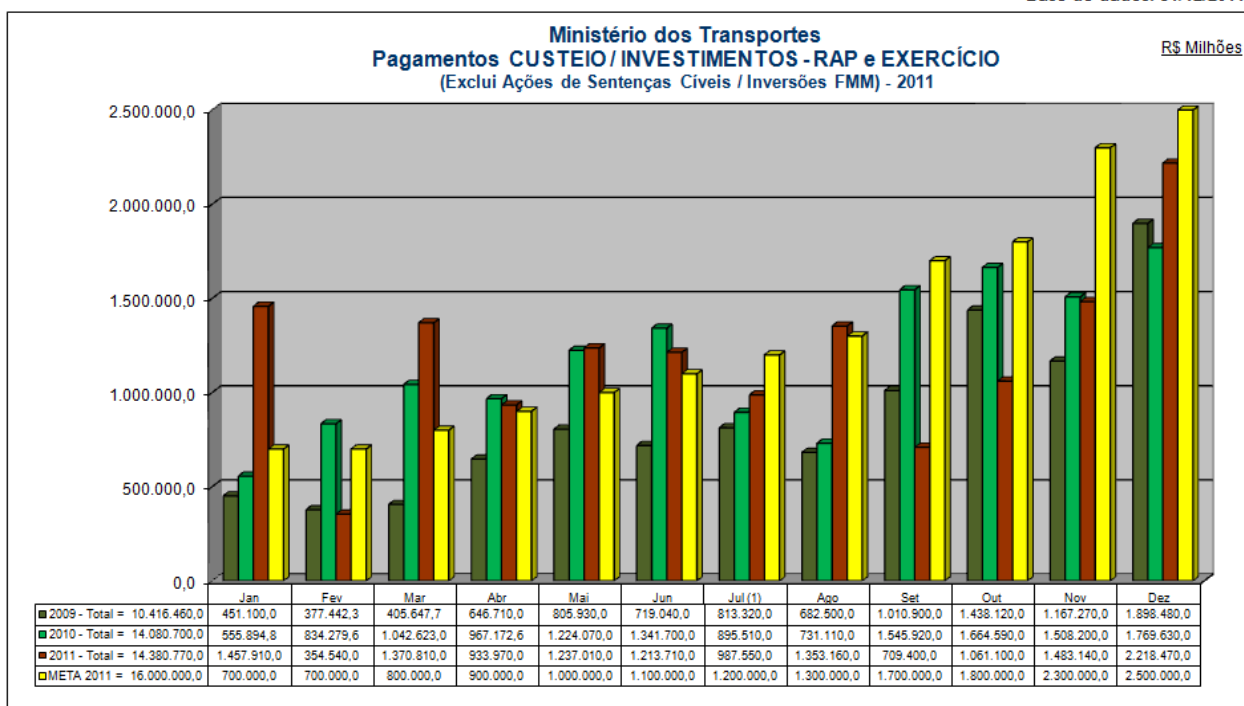
A SPO planeja, coordena e supervisiona a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e Orçamento, de Administração Financeira e de Contabilidade no âmbito do Ministério e de suas unidades supervisionadas.

No exercício de 2011, foram apresentadas diversas informações gerenciais que permitiram tomadas de decisões para a definição de prioridades e implementação das políticas públicas do Governo para o Setor transportes.

Destaca-se os resultados alcançados por meio do Fórum de Desempenho do Ministério dos Transportes, criado pela Portaria nº 352, de 29 de dezembro de 2011, DOU de 30/12/2011, do qual a SPO faz parte, onde o foco foi direcionado para melhoria dos gastos públicos. Do planejamento efetuado foram estabelecidas metas de desempenho para as Unidades responsáveis pela aplicação dos recursos consignados no Orçamento Geral da União. Foram analisadas as despesas inscritas em restos a pagar, onde foram cancelados R\$ 956,6 milhões e a busca de melhoria na gestão dos processos que envolvem a redução dos prazos entre a realização das obras/serviços, atestação das despesas e o efetivo pagamento.

No que se refere ao cumprimento da meta de desempenho da execução financeira anual estabelecida para o ano de 2011 no valor de R\$ 16,0 bilhões, foram pagos R\$ 14,4 bilhões, o que representa 89,9% da meta fixada.

Base de dados: 31/12/2011



MOVIMENTO LÍQUIDO					MOVIMENTO ACUMULADO				
	R\$ mil					R\$ mil			
	2009	2010	2011	META		2009	2010	2011	META
Jan	451.100,0	555.894,8	1.457.910,0	700.000,0	Jan	451.100,0	555.894,8	1.457.910,0	700.000,0
Fev	377.442,3	834.279,6	354.540,0	700.000,0	Fev	828.542,3	1.390.174,4	1.812.450,0	1.400.000,0
Mar	405.647,7	1.042.623,0	1.370.810,0	800.000,0	Mar	1.234.190,0	2.432.797,4	3.183.260,0	2.200.000,0
Abr	646.710,0	967.172,6	933.970,0	900.000,0	Abr	1.880.900,0	3.399.970,0	4.117.230,0	3.100.000,0
Mai	805.930,0	1.224.070,0	1.237.010,0	1.000.000,0	Mai	2.686.830,0	4.624.040,0	5.354.240,0	4.100.000,0
Jun	719.040,0	1.341.700,0	1.213.710,0	1.100.000,0	Jun	3.405.870,0	5.965.740,0	6.567.950,0	5.200.000,0
Jul (1)	813.320,0	895.510,0	987.550,0	1.200.000,0	Jul	4.219.190,0	6.861.250,0	7.555.500,0	6.400.000,0
Ago	682.500,0	731.110,0	1.353.160,0	1.300.000,0	Ago	4.901.690,0	7.592.360,0	8.908.660,0	7.700.000,0
Set	1.010.900,0	1.545.920,0	709.400,0	1.700.000,0	Set	5.912.590,0	9.138.280,0	9.618.060,0	9.400.000,0
Out	1.438.120,0	1.664.590,0	1.061.100,0	1.800.000,0	Out	7.350.710,0	10.802.870,0	10.679.160,0	11.200.000,0
Nov	1.167.270,0	1.508.200,0	1.483.140,0	2.300.000,0	Nov	8.517.980,0	12.311.070,0	12.162.300,0	13.500.000,0
Dez	1.898.480,0	1.769.630,0	2.218.470,0	2.500.000,0	Dez	10.416.460,0	14.080.700,0	14.380.770,0	16.000.000,0
<b>TOTAL</b>	<b>10.416.460,0</b>	<b>14.080.700,0</b>	<b>14.380.770,0</b>	<b>16.000.000,0</b>					

Obs: (1) No mês de julho, no período de 27 a 31, foram suspensos os pagamentos no DNIT por falta de diretores para assinar as ordens bancárias. Por esse fato, deixaram de ser pagos R\$ 300 milhões que contribuíram para o não atingimento da meta de julho/2011.

No quesito elaboração da proposta orçamentária anual, foram observados todos os objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, bem como as disposições contidas na Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2011.

Com relação aos limites orçamentários e financeiros destinados às dotações de Custeio, Capital e Inversões Financeiras, foram observados os referenciais definidos por meio do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011 e alterações posteriores.

No tocante às atribuições do Decreto nº 6.976, de 07/10/2009, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal, a Coordenação de Contabilidade, da Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade desta Subsecretaria, procedeu à elaboração sistemática de relatórios com informações e orientações a respeito das análises realizadas nas contas contábeis das Unidades Gestoras subordinadas ao Órgão Superior – Ministério dos Transportes. Esses relatórios foram encaminhados pelo titular da SPO aos responsáveis por aquelas Unidades, com vistas às regularizações das restrições contábeis durante o exercício, evitando, dessa forma, incompatibilidades nos Balanços dos Órgãos e, conseqüentemente, no Balanço Geral da União.

Quanto à capacitação de Servidores durante o ano de 2011, os técnicos da SPO realizaram os seguintes treinamentos:

- VIII Semana de Administração Orçamentária Financeira e de Contratações Públicas do Governo Federal  
Realizado pela Escola de Administração Fazendária ESAF e pela Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP - em Brasília/DF, no período de 21 a 25 de março de 2011 – com 40 horas/aulas.  
Participantes: 3 técnicos da Coordenação de Contabilidade e 1 técnico da Coordenação de Finanças.
- 94º Curso sobre Siafi Operacional – Sistema Integrado de Administração Financeira  
Realizado pela Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP, no período de 28 de novembro a 9 de dezembro de 2011 – com 48 horas/aulas.  
Participantes: 4 técnicos da Coordenação de Contabilidade e 1 técnico da Coordenação de Finanças.
- Redação Oficial  
Realizado pela Karitas Cursos – nas instalações do Ministério dos Transportes – em Brasília-DF, no período de 9 a 18 de maio de 2011 – com 32 horas/aulas.



Participantes: 1 técnico da Coordenação de Finanças.

- Lei nº 8.112/90  
Ministrado pelo professor Paulo Diniz – nas instalações do anexo prédio do Ministério dos Transportes – em Brasília-DF, no período de 29 de agosto a 2 de setembro de 2011 – com 20 horas/aulas.  
Participantes: 2 técnicos da Coordenação de Finanças.
- Os Desafios do Líder e seu Papel como Gestor na Administração Pública  
Realizado pelo Instituto Nacional de Capacitação – INC, nas instalações do anexo prédio do Ministério dos Transportes – em Brasília-DF, no período de 18 de agosto a 12 de setembro de 2011 – com 40 horas/aulas.  
Participantes: 2 técnicos da Coordenação de Finanças.
- Curso Básico e Intermediário de Excel  
Realizado pela HyTEC Informática – em Brasília-DF, no período de 29 de novembro a 15 de dezembro de 2011 – com 24 horas/aulas.  
Participantes: 6 técnicos da Coordenação de Contabilidade e 1 técnico da Coordenação de Finanças.
- A Nova Contabilidade Pública Brasileira e a Perspectiva de Implantação do Sistema de Custos no Setor Público  
Realizado pela ONE CURSOS – em Brasília-DF, no período de 13 a 15 de abril de 2011 – com 21 horas/aulas.  
Participantes: 1 técnico da Coordenação de Finanças.
- II Seminário de Prestação de Contas do Governo Federal  
Realizado pela Escola de Administração Fazendária - em Brasília-DF, no dia 15 de setembro de 2011 – com 8 horas/aulas.  
Participantes: 1 técnico da Coordenação de Contabilidade e 1 técnico da Coordenação de Finanças.
- Workshop “Gestão do Tempo”  
Realizado por DALE CARNEGIE TRAINING DE BRASÍLIA – em Brasília-DF, no dia 27 de outubro de 2011 – com 3 horas e 30 minutos.  
Participantes: 1 técnico da Coordenação de Contabilidade e 1 técnico da Coordenação de Finanças.
- Atualização em Legislação de Pessoal, Lei nº 6.112/90.  
Ministrado pelo professor Paulo Diniz – nas instalações do anexo prédio do Ministério dos Transportes – em Brasília-DF, no período de 15 a 19 de agosto de 2011 – com 20 horas/aulas.  
Participantes: 1 técnico da Coordenação de Finanças.
- Curso de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/93) e suas Alterações  
Realizado pela Karitas Cursos – nas instalações do anexo prédio do Ministério dos Transportes – em Brasília-DF, no período de 21 a 25 de novembro de 2011 – com 20 horas/aulas.  
Participantes: 5 técnicos da Coordenação de Contabilidade e 1 técnico da Coordenação de Finanças.
- 82º Curso sobre SIAFI Operacional  
Realizado pela Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP - em Brasília/DF, no período de 28 de fevereiro a 18 de março de 2011 – com 48 horas/aulas.

Participantes: 2 técnicos da Coordenação de Contabilidade e 2 técnicos da Coordenação de Finanças.

- Redação Oficial e estruturação de textos  
Realizado pela Escola de Excelência - em Brasília/DF, nos períodos de 27 de abril a 6 de maio e 19 a 30 de maio de 2011 - totalizando 64 horas/aulas.  
Participantes: 3 técnicos da Coordenação de Contabilidade.
- Tomada de Contas Especial  
Realizado pela Controladoria Geral da União- CGU, em Brasília/DF, no período de 9 de maio a 11 de maio de 2011 – com 12 horas/aulas.  
Participantes: 2 técnicos da Coordenação de Contabilidade.
- Treinamento de Formação para membros de comissões - PAD  
Realizado pela Escola de Administração Fazendária - ESAF, em Brasília/DF, no período de 6 de junho a 10 de junho de 2011 – com 27 horas/aulas.  
Participantes: 1 técnico da Coordenação de Contabilidade.
- Contabilidade Pública  
Realizado pela Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP, em Brasília/DF, no período de 12 a 16 de setembro de 2011 – com 40 horas/aulas.  
Participantes: 1 técnico da Coordenação de Contabilidade e 1 técnico da Coordenação de Finanças.
- Gestão e Prestação de Contas de Convênios/Portal de Convênios  
Realizado pela Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP, em Brasília/DF, no período de 12 a 23 de setembro de 2011 – com 40 horas/aulas.  
Participantes: 1 técnico da Coordenação de Contabilidade.
- Curso de Capacitação e Aperfeiçoamento: O Ordenador de Despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal  
Realizado pela Elo – Consultoria Empresarial e Produção de Eventos, em Brasília/DF, no período de 06 a 7 de outubro de 2011 – com 16 horas/aulas.  
Participantes: 1 técnico da Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade.
- II Seminário do Sistema de Custo do Governo Federal – Análise e Avaliação das Informações de Custos.  
Realizado pela Escola de Administração Fazendária - ESAF, em Brasília/DF, no período de 24 a 25 de outubro de 2011 – com 16 horas/aulas.  
Participantes: 2 técnicos da Coordenação de Contabilidade.
- Curso do Novo CPR  
Realizado pela Escola de Administração Fazendária - ESAF, em Brasília/DF, nos períodos de 24 a 25 de outubro de 2011 e de 26 a 27 de outubro de 2011 – totalizando 32 horas/aulas.  
Participantes: 5 técnicos da Coordenação de Contabilidade e 1 técnico da Coordenação de Finanças.

Com o objetivo de transmitir orientações relativas ao encerramento do exercício e proferir palestra a respeito de Restos a Pagar, Despesas de Exercícios Anteriores, processo de inscrição do diferido em 2012 e ministrar o treinamento do novo CPR, a CGFC/SPO enviou 6 (seis) técnicos ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura – DNIT em Brasília-DF, no período de 28 a 30/11/2011, para o encontro anual das Superintendências Regionais do Departamento Nacional de Infra-Estrutura – DNIT.

A CGFC para disseminar, no âmbito deste Órgão, as instruções e os procedimentos de execução orçamentária, financeira e contábil, a serem adotados para encerramento do exercício financeiro de 2011 e a conseqüente abertura do exercício de 2012, convocou para reunião em Brasília-DF, no dia 6 de dezembro de 2011, técnicos da ANTT, ANTAQ, DEFMM, VALEC, RFFSA-Inventariança, CGRH, CGRL, SAAD e DNIT-Sede.

Com apoio dos técnicos desta Subsecretaria, foram realizadas diversas adaptações no sistema e banco de dados desenvolvido pela Coordenação – Geral de Modernização e Informática da SAAD/MT, com vistas à obtenção de informações da execução orçamentária e financeira do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, alimentado via extrator de dados do SIAFI, proporcionou um estudo de reestruturação do Sistema de Programação Financeira – SPF, implantado parcialmente.

A gestão orçamentária para o exercício de 2011, no que se refere a Outras Despesas Correntes (Custeio) /Capital/Inversões, inclusive contrapartida e ingresso de recursos, ficou condicionada aos limites para movimentação e empenho atribuídos pelo Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, e alterações posteriores, acrescentando os créditos extraordinários e o PAC, os quais foram distribuídos às Unidades deste Ministério, representando o equivalente a 80 % do orçamento aprovado pela Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, DOU de 10/2/2011, e seus créditos adicionais.

No que se refere ao limite para pagamento, concedido pelo citado Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, Publicado no DOU edição Extra de 1º/3/2011, e alterações posteriores, foram destinados à programação financeira das entidades vinculadas a este Órgão, por meio de cotas mensais, 58 % do limite para movimentação de empenho mais Restos a Pagar, sendo importante esclarecer que os recursos direcionados às sentenças judiciais, pessoal e encargos, inversões financeiras do Fundo da Marinha Mercante e destaques recebidos foram excepcionalizados pelo mencionado Decreto.

#### COMPARATIVO DA DOTAÇÃO AUTORIZADA E LIMITES CONCEDIDOS PARA OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL

Milhões							
"DEMAIS AÇÕES" E "PAC"	LEI + CRÉDITOS	LIMITE PARA EMPENHO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS	LIMITE DE PAGAMENTO	PAGAMENTOS EFETIVADOS	%	
[A]	[B]	[C]	[D]	[E]	[F]	[G] = E/(C + D)	[H] = (C/B)
<b>CUSTEIO/INVESTIMENTOS</b>	<b>18.739,7</b>	<b>14.966,3</b>	<b>10.833,7</b>	<b>14.940,9</b>	<b>14.380,8</b>	<b>58%</b>	<b>80%</b>

Fontes próprias e tesouro

Obs: Não está incluso Sentenças Cíveis Inversões Financeiras do FMM

[A] - Despesas sujeitas aos limites de empenho e pagamento do Decreto nº 7.445 de 1º/3/2011; DOU de 1º/3/2011, acrescidos dos Créditos Extraordinários.

[C] - Composição do Limite para Empenho (Disponibilizado) R\$ 14.966,3

- Demais Ações R\$ 1.097,1
- PAC R\$ 13.789,2
- Créditos Extraordinários R\$ 80,0

[E] - Composição do Limite de Pagamento de R\$ 14.940,9

- Demais Ações R\$ 1.071,7
- PAC R\$ 13.789,2
- Créditos Extraordinários R\$ 80,0

[F] - Pagamento do Orçamento de 2011 e Restos a Pagar

Vale acrescentar que não surgiu na Unidade qualquer fato que indicasse a necessidade de instauração de sindicância, processo administrativo ou diligência do Tribunal de Contas da União.

Destaca-se agora, as principais atuações dos órgãos específicos singulares, cujas contas estão consolidadas no Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva, quais sejam: a Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes e a Secretaria de Fomento para Ações de Transportes.

➤ **A Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – SEGES** no ano de 2011 teve seu plano estratégico realizado por meio da atuação em duas esferas distintas, quais sejam:

i) PAC Transportes: articulação permanente com os órgãos da Administração Federal envolvidos no Programa, tais como: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

ii) Demais ações institucionais: estabelecimento de eixos de articulação e integração com as diferentes áreas voltadas para o desenvolvimento das ações programadas, destacando-se o acompanhamento da partilha dos recursos da CIDE com os Estados e o Distrito Federal, a implementação do “Projeto Indicadores” e as ações de supervisão da Delegação de Controle/Comissão Mista Brasil-Argentina – DELCON/COMAB.

O plano de ação da unidade foi estabelecido visando operacionalizar a implementação das responsabilidades institucionais que competem à SEGES, destacando-se a seguir a principais atividades executadas.

➤ **Monitoramento das ações do programa de aceleração do crescimento – PAC**

A estrutura de gestão existente coordena e monitora a implementação do PAC – Transportes, atualizando as informações sobre o andamento das ações, analisando os aspectos físicos, financeiros, ambientais e institucionais, auxiliando os executores na antecipação e eliminação de restrições, criando as bases para a elaboração dos relatórios trimestrais e participando das Salas de Situação temáticas coordenadas pela Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – SEPAC, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pela Casa Civil da Presidência da República.

A coleta de dados e o monitoramento de 239 ações de estudos, projetos e obras referentes à construção, adequação e duplicação de rodovias, construção de ferrovias e contornos ferroviários, implantação de hidrovias e construção de terminais hidrovieiros na Região Amazônica são tarefas executadas com apoio dos Núcleos Regionais de Planejamento, Monitoramento, Acompanhamento e Controle – NPAC.

➤ **Acompanhamento dos programas de trabalho da CIDE dos Estados e do Distrito Federal**

A estratégia implementada no exercício envolveu:

- Verificação do cumprimento dos Programas de Trabalho relativos ao exercício de 2010 com base nos relatórios demonstrativos da execução orçamentária e financeira encaminhados pelos Estados e pelo Distrito Federal, totalizando 1.060 ações, onde foram aplicados R\$ 1.256 milhões.

- Recebimento das alterações aos Programas de Trabalho, solicitadas pelos Estados e pelo Distrito Federal no decorrer do exercício, verificação da aderência dos documentos ao

estabelecido na Portaria GM nº 228/2007 e publicação das alterações dos Programas de Trabalho no Diário Oficial da União. Em 2011 foram publicadas 22 alterações de Programas de Trabalho de 16 Unidades da Federação, englobando 343 ações.

- Recebimento dos Programas de Trabalho encaminhados pelos Estados e pelo Distrito Federal para 2012, verificação da aderência dos documentos ao estabelecido na Portaria GM nº 228/2007 e publicação dos Programas no Diário Oficial da União, totalizando 384 ações.

➤ . Gestão e acompanhamento das ações em execução do PAC

Para otimizar o acompanhamento das obras em execução do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, foi realizada a coleta e atualização das informações, obedecendo a padrões definidos que envolvem a identificação do empreendimento, a caracterização física, o mapa de localização, as restrições e providências, o status (ritmo e percentual de execução), as fotografias, a execução orçamentária e financeira e o diagrama unifilar. Estas informações são utilizadas na elaboração de relatórios sobre obras em execução, encaminhados ao Comitê Técnico de Informações e ao Grupo Gestor do PAC, servindo também como subsídio para a elaboração dos balanços do PAC – Transportes, que são produzidos pela Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – SEPAC, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Em 2011 foram produzidos quatro relatórios trimestrais. Foram acompanhadas 65 obras em rodovias, oito em ferrovias e 16 em hidrovias.

➤ Implementação do projeto dos indicadores

Os resultados apontados, pelos trabalhos realizados até o final do exercício de 2011, não foram validados pelos especialistas do Ministério dos Transportes. Dessa forma, foi instituído Grupo de Trabalho, por meio da Portaria nº 389, de 15 de dezembro de 2011, da Secretaria-Executiva, para elaboração dos citados indicadores.

Esse Grupo de Trabalho dispõe do prazo de 06 (seis) meses, a partir da data de publicação da Portaria, para apresentar os indicadores a serem utilizados pelo Ministério dos Transportes.

➤ Apoio a atividades relacionadas a temas ambientais

Para apoiar as atividades relacionadas a temas ambientais foram desenvolvidas as seguintes ações:

- atividades de sensibilização para implantação da Agenda A3P no âmbito do Ministério;
- acompanhamento de processos de licenciamento ambiental em ferrovias e hidrovias;
- participação no Grupo de Trabalho de Dragagem, criado pela Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.
- participação em reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH.

➤ Interação com órgãos multissetoriais da administração federal

A interação com órgãos multissetoriais da Administração Federal foi realizada por meio das seguintes atividades:

- Participação em 21 Salas de Situação coordenadas pela Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – SEPAC/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, relativas a empreendimentos do PAC em rodovias, ferrovias e hidrovias.

- Coordenação de oito reuniões do Grupo de Trabalho instituído por meio da Portaria nº 201, de 6 de agosto de 2010, do Ministro de Estado dos Transportes, para integrar as ações, planos, programas e empreendimentos do setor transportes relacionados com a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

- Realização de apresentações sobre a pavimentação da rodovia BR-230/PA, em comunidades lindeiras àquela rodovia, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS do Xingu, criado pelo Decreto nº 7.340, de 21 de outubro de 2010.

- Supervisão do contrato internacional de concessão – Infraestrutura de transportes rodoviário

A SEGES participa de Grupo de Trabalho instituído por meio da Portaria Ministerial nº 62, de 8 de abril de 2011. Este grupo é responsável por analisar a prestação de contas mensal e anual da DELCON, estabelecer os procedimentos a adotar para a transferência de recursos àquela Delegação, responsabilizar-se pela liberação de recursos financeiros objeto do Plano de Trabalho do exercício e submeter os atos normativos editados tanto pela DELCON quanto pela COMAB à área jurídica do Ministério, com vistas a verificar se o teor destes atende os preceitos legais, nacionais e internacionais cabíveis. A Delegação de Controle – DELCON e a Comissão Mista Brasil-Argentina – COMAB são organismos internacionais criados pelo Acordo de 22 de agosto de 1989 e seu protocolo adicional, de 6 de julho de 1990, celebrados entre o Brasil e a Argentina.

- **A Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – SFAT** subdivide-se em duas grandes unidades, o Departamento do Fundo da Marinha Mercante (DEFMM) e o Departamento do Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes (DEFIT). Uma vez que, para o exercício de 2011, o DEFMM apresentará novamente o Relatório de Gestão individualizado, este documento não se aprofundará no detalhamento das atividades daquela unidade, limitando-se a tecer comentários a respeito dela unicamente no que lhe concerne dentro das atribuições da Secretaria de Fomento.

A SFAT tem por objetivo primordial fomentar as ações de transportes, o que se dá por meio da captação de recursos, tanto externos como de fontes internas, e aplicação dos mesmos via concessão de financiamentos para o setor. Tal orientação serve a um objetivo ainda maior, que é elevar a qualidade dos transportes no Brasil, seja por meio do impulso à indústria naval, atribuição exercida por intermédio do DEFMM, seja por meio do apoio às ações para melhoria da infraestrutura de transportes como um todo, esse a cargo do DEFIT.

Em linhas gerais, o ano de 2011 foi marcado por uma nova proposta de gestão para a SFAT: o Departamento do Fundo da Marinha Mercante teve sua sede transferida da cidade do Rio de Janeiro para Brasília, por meio da Portaria MT nº 302 de 31/10/2011, como forma de aproximá-lo do lócus da tomada de decisões sobre as diretrizes das políticas de fomento, sanando a dificuldade, relatada no Relatório de Gestão de 2010, do distanciamento físico entre o Gabinete da SFAT e o DEFMM.

Em 29 de setembro de 2011, foi publicada a Medida Provisória nº 545, convertida na Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012, que transfere para a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) a administração das atividades relativas à cobrança, fiscalização, arrecadação, rateio, restituição e concessão de incentivos do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha

Mercante. Como esta só tem eficácia, a partir da data de publicação do ato do Poder Executivo que a regulamentar, a SFAT já se coordenou com a RFB para redigir uma primeira versão da necessária minuta de decreto, cujos pontos específicos estão em discussão. Além disso, ocorreram visitas da equipe da RFB às instalações do DEFMM no Rio de Janeiro para troca de informações sobre os procedimentos atualmente em vigor.

Quanto à questão do vácuo operacional enfrentado pelo DEFIT, foi enviada proposta de Decreto de Estrutura do Ministério dos Transportes ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão substituindo o Departamento do Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes (DEFIT) pelo Departamento de Concessões (DECON), tema sobre o qual a Secretaria já vem atuando, em conjunto com as agências reguladoras, analisando e propondo melhorias nas modelagens de concessão do setor. Reforçou, também, a área de captação a fim de aperfeiçoar as atividades de prospecção e desenvolvimento de fontes de financiamento, principalmente, as não orçamentárias, para o setor de transportes.

O fomento à modernização, renovação e ampliação da frota naval brasileira, além de contribuir para a geração de emprego e renda - o número de postos de trabalho nos estaleiros cresceu em mais de 3 mil vagas relativamente a 2010 -, é fundamental para o aumento da competitividade sistêmica da economia, por meio da redução de custos logísticos propiciada pelo desenvolvimento do modal aquaviário.

A carteira do Fundo da Marinha Mercante (FMM) é atualmente composta de 289 projetos contratados com os agentes financeiros, alcançando o montante de US\$ 9,1 bilhões. Desse total, 82 projetos estão em construção com valor correspondente a US\$ 3,5 bilhões, 77 embarcações (construção) e 5 estaleiros (construção, modernização e ampliação). Estes estão localizados em quatro diferentes unidades da Federação, a saber: São Miguel e Aliança no Rio de Janeiro; Atlântico Sul em Pernambuco; Wilson Sons em São Paulo; e ERG2 no Rio Grande do Sul. Os 207 projetos restantes aguardam a entrada em eficácia dos seus respectivos contratos – 2 estaleiros e 205 embarcações – representando um investimento total de US\$ 5,6 bilhões.

No decorrer de 2011 foram entregues 57 embarcações que utilizaram US\$ 923,3 milhões de recursos do FMM. Importante ressaltar também que o Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, no exercício de 2011, priorizou a obtenção de financiamento com a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante de investimentos no valor total de US\$ 14,6 bilhões, relativos a 579 projetos, distribuídos entre 23 estaleiros e 556 embarcações.

Além disso, durante o exercício de 2011, no âmbito do Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF I, II e PROMEF hidrovias), foi concluída a construção de uma embarcação e iniciada outras 3, além da contratação de mais 108 projetos, que aguardam apenas o início da entrada em eficácia dos seus respectivos contratos.

Dentre as atividades desenvolvidas pelos técnicos e dirigentes do DEFIT, destacam-se aquelas relacionadas à interação com o Departamento de Outorgas – DEOUT, vinculado à Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT, para efetivação da transferência do tema “concessões” para a SFAT:

- a) acompanhamento dos processos das concessões da BR-101 no trecho entre a divisa ES/RJ e Entroncamento com BA-698 (Acesso a Mucuri), da BR-040 no trecho entre Juiz de Fora e Brasília (entroncamento com BR-251) e da BR-116, no trecho entre a divisa RJ/MG (Além Paraíba) e a divisa MG/BA (Divisa Alegre);
- b) monitoramento das concessões rodoviárias existentes, em especial quanto aos projetos de novos investimentos acrescidos ao PER;
- c) participação nas discussões e definições sobre as novas resoluções da ANTT que versam sobre o Regulamento das Operações de Direito de Passagem e Tráfego Mútuo, sobre o

- Regulamento dos Usuários dos Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas e sobre o Regulamento para pactuar as metas de produção por trecho e metas de segurança;
- d) participação nas definições sobre a modelagem econômica e sobre o modelo de concessão do Trem de Alta Velocidade – TAV entre Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas;
  - e) avaliação do Plano de Outorgas referente aos serviços de transporte rodoviário interestadual semiurbanos de passageiros;
  - f) avaliação e aprovação do Plano de Outorgas do serviço de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros;
  - g) monitoramento dos convênios de delegação de rodovias para os Estados do Rio Grande do Sul e Paraná, e prorrogação da validade dos convênios com o RS;
  - h) acompanhamento dos projetos de investimentos futuros em infraestrutura de transportes incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e PAC II – visando o cumprimento do cronograma e a adequação dos modelos de exploração adotados;
  - i) avaliação e aprovação da habilitação dos projetos candidatos ao benefício do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI

Na Coordenação-Geral de Captação de Recursos deve-se destacar, entre as várias atividades desenvolvidas no exercício de 2011, as seguintes:

- a) acompanhamento da execução do Programa de Redução de Custos Logísticos – PREMEF (*SWAp transportes*), objeto de Contrato de Empréstimo no valor de US\$ 501,25 milhões, firmado entre a União e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Foi realizada licitação para contratação de empresa que irá desenvolver os estudos referentes ao Plano Hidroviário Estratégico – PHE, restando apenas ser concluída a formalização do contrato;
- b) acompanhamento, junto ao DNIT, do desenvolvimento do PREMEF, particularmente no tocante às atividades de assistência técnica a serem executadas com os recursos da operação de crédito externo. Aberto processo licitatório para contratação empresa para atualização do HDM-4;
- c) início das negociações, junto aos órgãos beneficiários e demais entidades envolvidas no processo (SEAIN, SOF e STN), para a prorrogação, até maio de 2013, do prazo de desembolso do PREMEF, conforme solicitado pela Secretaria de Política Nacional de Transportes sob a justificativa de que o referido desembolso perdure pelo prazo de realização dos estudos referentes ao Plano Hidroviário Estratégico – PHE;
- d) contatos preliminares para a contratação junto ao BIRD, de financiamento no valor estimado de US\$ 100,0 milhões, para atividades de Assistência Técnica;
- e) conclusão de negociação de Acordo de Empréstimo entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinado ao “Programa de Apoio ao Fortalecimento Institucional da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT”, no valor de US\$ 83,5 milhões, o qual inclui, dentre seus objetivos, o fortalecimento institucional da Agência para monitorar parâmetros da gestão socioambiental para concessão de projetos ferroviários, e em particular, os estudos que permitam obter a licença ambiental do Trem de Alta Velocidade – TAV;
- f) participação nas reuniões do Grupo de Apoio Permanente – GAP e do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, como representantes do Ministério dos Transportes;
- g) realização de estudo e proposta de minuta de Portaria Ministerial visando a regulamentação do Decreto nº 7.603/2011, que trata da emissão de debêntures incentivadas para financiamento de Projetos na Infraestrutura de Transportes.



Nesse contexto, promoveu a interlocução com agentes financeiros (BB, BNDES, CEF), para troca de informações que garantam a efetividade deste instrumento de política de incentivos;

- h) elaboração de estudo sobre a demanda de trilhos no Brasil; e
- i) participação nas discussões com o BIRD para a estratégia de parceria entre o Brasil e o BIRD para o período de 2012/2015 e análise dos resultados da estratégia adotada no período de 2008/2011.

## 2.3. Programas de Governo

### 2.3.1. Execução dos Programas de Governo

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

#### QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA		0750				
Denominação						
Tipo do Programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais				
Objetivo Geral		Promover os órgãos da União Administrativa para implementação e gestão de dois programas finalísticos				
Objetivos Específicos						
Gerente						
Público Alvo		Governo				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
44.909.000,00	44.909.000,00	38.390.486,60	38.390.486,60	9.763.248,71	28.627.237,89	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto ....						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto ....						

Fonte: SIAFI operacional

Por se tratar de atividades meio do Ministério, não se tem como quantificar metas ou índices buscados.

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

#### QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	0750

<b>Denominação</b>	Apoio Administrativo					
<b>Tipo do Programa</b>	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
<b>Objetivo Geral</b>						
<b>Objetivos Específicos</b>	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos					
<b>Gerente</b>						
<b>Público Alvo</b>	Governo					
<b>Informações orçamentárias e financeiras do Programa</b>					<b>Em R\$ 1,00</b>	
<b>Dotação</b>		<b>Despesa Empenhada</b>	<b>Despesa Liquidada</b>	<b>Restos a Pagar não processados</b>	<b>Valores Pagos</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>					
58.133.554.946	57.552.976.931	55.736.728.079	54.439.799.333	1.296.928.746	54.287.537.490	
<b>Informações sobre os resultados alcançados</b>						
<b>Ordem</b>	<b>Indicador (Unidade medida)</b>	<b>Referência</b>			<b>Índice previsto no exercício</b>	<b>Índice atingido no exercício</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice inicial</b>	<b>Índice final</b>		
1						
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan

<b>Identificação do Programa de Governo</b>						
<b>Código no PPA</b>	0225					
<b>Denominação</b>	Gestão da Política dos Transportes					
<b>Tipo do Programa</b>	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
<b>Objetivo Geral</b>	Integrar os modais de transportes no território brasileiro					
<b>Objetivos Específicos</b>	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de transportes					
<b>Gerente</b>	Marcelo Perrupato e Silva					
<b>Público Alvo</b>	Governo					
<b>Informações orçamentárias e financeiras do Programa</b>					<b>Em R\$ 1,00</b>	
<b>Dotação</b>		<b>Despesa Empenhada</b>	<b>Despesa Liquidada</b>	<b>Restos a Pagar não processados</b>	<b>Valores Pagos</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>					
1.254.956.000	962.652.797	368.736.007	162.811.592	205.924.415	155.616.979	
<b>Informações sobre os resultados alcançados</b>						
<b>Ordem</b>	<b>Indicador (Unidade medida)</b>	<b>Referência</b>			<b>Índice previsto no exercício</b>	<b>Índice atingido no exercício</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice inicial</b>	<b>Índice final</b>		
2						
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan

<b>Identificação do Programa de Governo</b>					
<b>Código no PPA</b>	0089				
<b>Denominação</b>	Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
<b>Tipo do Programa</b>	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais				
<b>Objetivo Geral</b>					
<b>Objetivos Específicos</b>	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes				
<b>Gerente</b>					
<b>Público Alvo</b>	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas				
<b>Informações orçamentárias e financeiras do Programa</b>					<b>Em R\$</b>

						1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
74.016.209.087	76.214.364.758	76.063.617.834	75.881.386.062	182.231.772	75.786.977.113	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União (Porcentagem)		0,0	0,0	0,0	
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre a despesa líquida com inativos e pensionistas e a receita corrente líquida da União, onde despesa líquida = despesa com aposentadorias e pensões deduzido o valor total da contribuição para o plano de seguridade social						
Análise do Resultado Alcançado						
Índice não apurado em 2011 no âmbito do MT, por se tratar de informações da União						

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan

No que diz respeito à **SPO**, temos a informar:

A SPO atua como Órgão Setorial de programação orçamentária e financeira, e os recursos alocados na Lei Orçamentária Anual – LOA relativos à Administração Direta são descentralizados às Unidades Gestoras. No entanto, a gestão dos programas e ações ficam a cargo das Unidades Administrativas responsáveis.

No que diz respeito à **SEGES**, temos a informar:

O quadro “Demonstrativo da Execução por Programa de Governo” deve ser preenchido pelas UJs que têm a responsabilidade de gerir os programas Gestão da Política dos Transportes e Qualidade dos Serviços de Transporte. Em ambos os casos a gerência é da Secretaria de Política Nacional dos Transportes.

No que diz respeito à **SFAT**, temos a informar:

A Secretaria possui ações em dois Programas de Governo: o de código 6058 – Formulação de Políticas de Transportes, cuja ação não contou com descentralização orçamentária no ano de 2011 e o de código 8768 – Fomento Ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval, o qual será detalhado nos quadros apropriados no Relatório de Gestão do Departamento do Fundo da Marinha Mercante, o qual, por determinação, será elaborado em separado.

### 2.3.2. Execução Física das Ações Realizadas

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

Por se tratar de atividades meio do Ministério, não se tem como quantificar metas ou índices buscados.

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada
--------	-----------	----------	------	--------------	------------	-------------------	---------------	----------------	----------------------

									em 2012
26	122	0750	2000*	A	-	-	-	-	-
26	301	0750	20CW	A		Unidade	1.720	0	
26	301	0750	2004	A		Unidade	24.030	26.035	
26	365	0750	2010	A		Unidade	137	76	
26	306	0750	2012	A		Unidade	1.720	1.857	
26	331	0750	2011	A		Unidade	1.674	1.448	
26	122	0750	09HB*	OP	-	-	-	-	-
26	128	0225	4572	A		Unidade	790	599	
26	272	0089	0181*	OP	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan

\*Não há previsão de execução física na LOA

No que diz respeito à **SEGES**, temos a informar:

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
26	121	0225	8673	A	4	Unidade*	1	0	0
26	125	1463	2907	A	4	Unidade**	1	1	1

Fonte: SIAFI

\*Estudo realizado

\*\* Concessionária fiscalizada

## 2.4. Desempenho Orçamentário /Financeiro

### 2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Coordenação Geral de Recursos Logísticos	39101	390004

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	39.101	390007

No que diz respeito à **SPO**, temos a informar:

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Administração Direta	39101	390002

No que diz respeito à **SEGES**, temos a informar:

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério dos Transportes	39101	390041

No que diz respeito à **SFAT**, temos a informar:

Esse item (e todos os seus subitens), tal qual ocorreu no Relatório de Gestão 2009, não se aplica à SFAT, pois todas as gestões orçamentário-financeiras do único Programa constante do PPA 2008-2011 no âmbito desta Secretaria são feitas pelo Departamento do Fundo da Marinha Mercante, que produz relatório individualizado no corrente ano.

#### 2.4.2. Programação de Despesas Correntes

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO						60.930.216,	69.073.477,
	PLOA						44.468.000,	48.105.338,
	LOA						44.468.000,	37.125.000,
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total						44.468.000,	37.125.000,	

Fonte: SIAFI operacional – Consultorc

Em que pese não serem programas relacionados com a suas obrigações regimentais, a CGRL, sob a gerência das diversas áreas afetas, executou os programas de trabalho relativos aos quadros A.2.4.1 e A.2.4.2 a seguir.

QUADRO A.2.4.1 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO						25.000.000,	19.250.000,
	PLOA						10.000.000,	10.000.000,
	LOA						10.000.000,	10.000.000,
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								

<b>Total</b>					<b>10.000.000,</b>	10.000.000,
--------------	--	--	--	--	--------------------	-------------

Fonte: SIAFI operacional – Consultorc

QUADRO A.2.4.2 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO						18.627.041,	
	PLOA						9.327.000,	
	LOA						9.327.000,	
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos					9.300.000,	
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
<b>Total</b>							<b>18.627.041,</b>	

Fonte: SIAFI operacional – Consultorc

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

EM R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		2.411.938.327	2.333.780.133			51.587.170	121.699.997
	PLOA		2.273.045.890	2.174.870.107			34.081.761	38.388.247
	LOA		2.273.045.890	2.174.870.107			34.081.761	38.388.247
CRÉDITOS	Suplementares		527.600.000	300.470.000			13.990.000	
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados		3.000.000	1.000.000			309.600		
Outras Operações								
<b>Total</b>		2.797.645.890	2.474.340.107			47.762.161	38.388.247	

Fonte: Fonte: Serviço de Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal - SEOF/MT

No que diz respeito à **SPO**, temos a informar:

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

EM R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes							
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes			
		Exercícios		Exercícios		Exercícios			
		2011	2010	2011	2010	2011	2010		
LOA	Dotação proposta pela UO		2.411.938.327	2.333.780.133			283.498.115	298.149.878	
	PLOA		2.279.671.558	2.174.870.107			235.878.058	149.049.685	
	LOA		2.279.671.558	2.174.870.107			228.064.669	149.049.685	
ED	II	Suplementares		527.600.000	300.470.000			30.860.711	19.713.720

Especiais	Abertos	300.000					9.300.000
	Reabertos					9.300.000	
Extraordinários	Abertos						
	Reabertos						
Créditos Cancelados		9.625.668	1.000.000			1.166.922	11.066.800
Outras Operações							
Total		2.797.945.890	2.474.340.107	-	-	267.058.458	166.996.605

Fonte: SIAFI

No que diz respeito à **SEGES**, temos a informar:

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	x	x	x	x	10.250.000	7.513.648	
	PLOA	x	x	x	x	8.128.049	5.547.724	
	LOA	x	x			8.128.049	5.547.724	
CRÉDITOS	Suplementares	x	x	x	x	x	x	
	Especiais	Abertos	x	x	x	x	x	x
		Reabertos	x	x	x	x	x	x
	Extraordinários	Abertos	x	x	x	x	x	x
		Reabertos	x	x	x	x	x	x
Créditos Cancelados	x	x	x	x	857.332	- 1.200.000		
Outras Operações		x	x	x	x	x	x	
Total		x	x	x	x	7.270.727	4.347.724	

Fonte: SIAFI

2.4.3. Programação de Despesas de Capital

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	12.880.000,	3.400.000,				
	PLOA	441.000,	3.600.000,				
	LOA	441.000,	1.080.000,				
CRÉDITOS	Suplementares		1.100.000,				
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total		441.000,	2.180.000,				

Fonte: SIAFI operacional - Consultorc

No que diz respeito à **SPO**, temos a informar:

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

EM R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	614.000.000,00	320.450.000,00				
	PLOA	442.620.000,00	513.679.000,00	135.000.000,00			
	LOA	556.136.280,00	429.103.700,00	94.500.000,00			
CRÉDITOS	Suplementares			28.700.000,00			
	Especiais	Abertos			5.000.000,00		
		Reabertos			5.000.000,00		
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos		700.000,00			
	Créditos Cancelados		29.627.750,00	167.127.670,00	23.750.000,00		
Outras Operações							
<b>Total</b>		<b>526.508.530,00</b>	<b>291.376.030,00</b>	<b>75.750.000,00</b>	<b>5.000.000,00</b>	-	-

Fonte: SIAFI

## 2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	51.431.490,	63.073.477,	12.880.000,	3.400.000,		
	PLOA	44.468.000,	48.105.338,	441.000,	3.600.000,		
	LOA	44.468.000,	39.305.000,	441.000,	1.080.000,		
CRÉDITOS	Suplementares			1.100.100,		1.100.000,	
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações			2.866.800,				
<b>Total</b>		<b>44.468.000,</b>	<b>36.438.200,</b>	<b>441.000,</b>	<b>2.180.000,</b>		

Fonte: SIAFI operacional - Consultorc



Em que pese não serem programas relacionados com a suas obrigações regimentais, a CGRL, sob a gerência das diversas áreas afetas, executou os programas de trabalho relativos aos quadros A.2.6.1 e A.2.6.2 a seguir.

QUADRO A.2.6.1 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		25.000.000,				
	PLOA		10.000.000,				
	LOA		10.000.000,				
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
<b>Total</b>		10.000.000,					

Fonte: SIAFI operacional – Consultorc - Programa de Publicidade

QUADRO A.2.6.2 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		18.627.041,				
	PLOA		9.327.000,				
	LOA		9.327.000,				
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos	9.300.000,				
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
<b>Total</b>		18.627.041					

Fonte: SIAFI operacional – Consultorc – ressarcimento (CODESP)

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EM R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		2.463.525.497	2.455.480.130			
	PLOA		2.307.127.651	2.213.258.354			
	LOA		2.307.127.651	2.213.258.354			
CRÉDITOS	Suplementares		541.590.000	300.470.000			
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					

	<b>Extraordinários</b>	Abertos					
		Reabertos					
<b>Créditos Cancelados</b>			3.309.600	1.000.000			
<b>Outras Operações</b>							
<b>Total</b>			2.845.408.051	2.512.728.354			

Fonte: Serviço de Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal - SEOF/MT

No que diz respeito à **SPO**, temos a informar:

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EM R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	2.695.436.442,00	2.631.930.011,00	614.000.000,00	320.450.000,00			
	PLOA	2.515.549.616,00	2.323.919.792,00	577.620.000,00	513.679.000,00			
	LOA	2.507.736.227,00	2.323.919.792,00	650.636.280,00	429.103.700,00	7.813.389,00		
CRÉDITOS	Suplementares	558.460.711,00	320.183.720,00	-	28.700.000,00			
	Especiais	Abertos	300.000,00	9.300.000,00		5.000.000,00		
		Reabertos	9.300.000,00		5.000.000,00			
	Extra-ordinários	Abertos						
		Reabertos				700.000,00		
	Créditos Cancelados	10.792.590,00	12.066.800,00	53.377.750,00	167.127.670,00	2.813.389,00		
Outras Operações								
<b>Total</b>		3.065.004.348,00	2.641.336.712,00	602.258.530,00	296.376.030,00	5.000.000,00	-	

Fonte: SIAFI

### Análise Crítica

As dotações aprovadas, considerando as descentralizações efetuadas para o Grupo Executivo do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER e para a Inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S.A - RFFSA, bem como os limites orçamentários disponibilizados, permitiram que a Administração Direta do Ministério dos Transportes atendessem a suas necessidades orçamentárias no decorrer do exercício.

As alterações orçamentárias ocorridas tiveram a finalidade de atender, principalmente, despesas obrigatórias com pessoal e encargos sociais e benefícios. No tocante aos gastos com pessoal e encargos sociais de ativos, cabe destacar a contratação de concursados e a reintegração de servidores da extinta RFFSA. Com relação ao pagamento de inativos, foram efetuadas atualizações de pensões que representam, anualmente, um volume considerável de dispêndios. Já os benefícios ao servidor público, cabe ressaltar a obtenção de recursos adicionais (suplementação) para complementar a dotação destinada a atender os gastos com assistência médica e odontológica, devido ao grande volume de adesões de pensionistas que, anteriormente, faziam pouco uso do benefício. As demais alterações tiveram o intuito de reforçar dotações constantes da Lei Orçamentária Anual que se mostraram insuficientes para atender plenamente gastos no decorrer do exercício, citando os gastos com publicidade de utilidade pública, (campanhas educativas), atender contratos para a realização de estudos no âmbito da ação orçamentária de Formulação de Políticas de Transportes. Cabe acrescentar a reabertura de crédito especial ao orçamento da Administração Direta, destinado à participação mínima no

capital da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade – ETAV, de forma a viabilizar a sua criação, bem como a reabertura de crédito especial em favor da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, que somado a dotação alocada no orçamento aprovado no exercício de 2011, permitiu a quitação do passivo junto àquela Companhia, por conta de despesas realizadas nos portos de Laguna/SC e Estrela/RS. Pode-se mencionar ainda o remanejamento e parte dos recursos alocados para o Apoio à Implantação do Trem de Alta Velocidade – TAV (Rio de Janeiro – São Paulo – Campinas), uma vez que a licitação para o empreendimento não havia sido realizada. Por último, os recursos destinados a promover exames periódicos não foram utilizados na ação específica para essa finalidade no exercício, os quais foram remanejados de forma a otimizar os recursos orçados na LOA.

Na oportunidade, vale esclarecer que foram incorporados no SIAFI, juntamente com os recursos da Unidade – 39.101, a dotação integrante do orçamento da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade -ETAV, uma vez que a Empresa não foi implantada em 2011.

#### 2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA Em R\$  
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	390002	2000			44.468.000,
	Recebidos	390002	4641			10.000.000,
	Recebidos	390002	00DX			18.627.041,
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	393002	4641			2.000.000,
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	390002	2000	441.000,00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA EM R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	390002		2.796.095.890	-	47.794.161
			4572			541.000
			09HB	16.142.595		
			2012			6.974.715
	Recebidos	390007	2011			4.066.310
			2010			156.180
			2000	127.766.561		
			2000			3.032.000
			181	2.652.186.734		

			2004			33.023.956
<b>Movimentação Externa</b>	<b>Concedidos</b>	390007	4572			7.000
	<b>Recebidos</b>	420008	4572			7.000
	<b>Concedidos</b>	277001	2000			145.096
	<b>Recebidos</b>	390007	2000			145.096
<b>Natureza da Movimentação de Crédito</b>		<b>UG concedente ou recebedora</b>	<b>Classificação da ação</b>	<b>Despesas de Capital</b>		
				<b>4 – Investimentos</b>	<b>5 – Inversões Financeiras</b>	<b>6 – Amortização da Dívida</b>
<b>Movimentação Interna</b>	<b>Concedidos</b>					
	<b>Recebidos</b>					
<b>Movimentação Externa</b>	<b>Concedidos</b>					
	<b>Recebidos</b>					

Fonte: Serviço de Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal - SEOF/MT

No que diz respeito à **SPO**, temos a informar:

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

EM R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes			
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
<b>Movimentação Interna</b>	<b>Concedidos</b>	390002					
	<b>Recebidos</b>	RFFSA					
		390015	009S				5.650.000,00
		390015	09IX				17.668.000,00
		390015	0181		850.000,00		
		390015	0022		40.175,58		
		SPNT					
		390004	6058				12.318.566,00
		390004	6391				73.930,00
		390004	7528				33.333,00
		390004	7730				16.667,00
		SEGES					
		390004	8673				1.770.000,00
		390004	2907				2.343.425,00
		CGRL					
		390004	2000				44.468.000,00
		390004	4641				10.000.000,00
390004	713				50.965,00		
390004	00DX				18.627.041,00		
CGRH							
390007	4572				541.000,00		

		390007	09HB	16.142.595,00		
		390007	2012			6.974.715,00
		390007	2011			4.066.310,00
		390007	2010			156.180,00
		390007	2000	127.766.561,00		
		390007	2000			3.032.000,00
		390007	0181	2.652.186.734,00		
		390007	2004			33.023.956,00
<b>Movimentação Externa</b>	<b>Concedidos</b>					
	<b>Recebidos</b>					
<b>Natureza da Movimentação de Crédito</b>		<b>UG concedente ou recebedora</b>	<b>Classificação da ação</b>	<b>Despesas de Capital</b>		
				<b>4 – Investimentos</b>	<b>5 – Inversões Financeiras</b>	<b>6 – Amortização da Dívida</b>
<b>Movimentação Interna</b>	<b>Concedidos</b>	390002				
	<b>Recebidos</b>	RFFSA				
		390015	09IX	71.000,00		
		CGRL				
		390004	2000	441.000,00		
<b>Movimentação Externa</b>	<b>Concedidos</b>	390002				
	<b>Recebidos</b>	DNIT				
		393003	12JP	371.875.000,00		

Fonte: SIAFI

No que diz respeito à **SEGES**, temos a informar:

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA Em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
<b>Movimentação Interna</b>	<b>Concedidos</b>	x	x	x	x	x
	<b>Recebidos</b>	390041	26.121.0225.8673	x	x	1.402.080,44
	<b>Recebidos</b>	390041	26.125.1463.2907	x	x	0,0
<b>Movimentação Externa</b>	<b>Concedidos</b>	x	x	x	x	x
	<b>Recebidos</b>	x	x	x	x	x
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
<b>Movimentação Interna</b>	<b>Concedidos</b>	x	x	x	x	x
	<b>Recebidos</b>	x	x	x	x	x
<b>Movimentação Externa</b>	<b>Concedidos</b>	x	x	x	x	x
	<b>Recebidos</b>	x	x	x	x	x

Fonte: SIAFI

## Análise Crítica

O orçamento aprovado para a Administração Direta do Ministério dos Transportes, unidade – 39.101, é lançado no SIAFI na UG 390002 – Setorial Orçamentária.

Os recursos são transferidos para as unidades executoras vinculadas à Administração Direta que pertencem à Unidade Orçamentária 39.101

Movimentação Externa – No exercício de 2011, a dotação alocada na ação destinada ao Apoio à Construção do Rodoanel do Estado de São Paulo, constou do orçamento da Administração Direta, sendo, portanto, necessária a descentralização para o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, UG 393003, por meio de destaque, conforme Portaria/MT nº 231, de 9 de setembro de 2011.

Movimentação Interna – Recursos transferidos por meio de provisão para as Unidades da Administração Direta pertencentes à mesma gestão.

### **2.4.4. Execução Orçamentária da Despesa**

#### **2.4.4.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ**

##### *1.1.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação*

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ Em R\$  
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Modalidade de Licitação</b>	<b>48.702.031,47</b>		-	-
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	11.666,67	-	3.913,19
Concorrência	15.710.225,29	6.500.543,90	4.706.331,00	5.923.460,86
Pregão	32.991.806,18	31.754.486,98	24.773.562,73	23.722.307,38
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
<b>Contratações Diretas</b>	<b>4.687.082,50</b>			
Dispensa	3.751.074,69	1.865.296,15	2.682.410,55	1.471.982,21
Inexigibilidade	936.007,81	3.053.013,83	484.845,04	2.048.440,26
<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>51.656,67</b>			
Suprimento de Fundos	51.656,67	50.801,88	49.956,55	50.801,88
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>355.492,99</b>			
Pagamento em Folha				
Diárias	355.492,99	921.190,67	355.492,99	921.190,67
<b>Outros</b>	<b>20.688.292,66</b>	<b>3.253.202,85</b>	<b>20.318.216,66</b>	<b>1.925.879,37</b>

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ EM R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Modalidade de Licitação</b>				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				

Registro de Preços				
<b>Contratações Diretas</b>	503.537	198.164	39.361	26.328
Dispensa	341.360	164.927	3.494	5.490
Inexigibilidade	162.177	33.238	35.867	20.838
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos				
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha				
Diárias				
<b>Outros</b>				

Fonte: Divisão de Treinamento e Capacitação de Recursos Humanos - DITC/MT

No que diz respeito à **SEGES**, temos a informar:

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS  
ORIGINÁRIOS DA UJ

Em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Modalidade de Licitação</b>				
Convite	x	x	x	x
Tomada de Preços	x	x	x	x
Concorrência	x	x	x	x
Pregão	0,00	1.968.813,00	0,00	1.968.813,00
Concurso	x	x	x	x
Consulta	x	x	x	x
Registro de Preços	x	x	x	x
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	x	x	x	x
Inexigibilidade	x	x	x	x
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	x	x	x	x
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha	x	x	x	x
Diárias	x	x	x	x
<b>Outros</b>				

Fonte: SIAFI

### 1.1.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS  
CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>								
Diárias	355.492	1.046.001	355.492	1.046.001	-	-	355.492	1.046.001
Material de Consumo	1.043.765	827.942	1.043.765	827.942	84.382	171.089	959.383	656.852
Passagens	606.656	1.420.238	606.656	1.420.238	63.193	436.743	543.462	983.494
Diárias a Colaboradores	1.725	6.268	1.725	6.268	-	-	1.725	6.268
Locação de Mão de Obras Pessoa Física	23.995.019	11.866.076	23.995.019	11.866.076	4.950.329	1.476.305	19.044.690	10.389.771
Ser. Consultoria P.E R Técnica	-	-	-	-	-	-	-	-
Deposito Compulsório	-	1.556	-	1.556	-	-	-	1.556
Serv. Pessoa Jurídica	11.163.218	19.780.612	11.163.218	19.780.612	4.367.513	6.092.047	6.795.704	19.780.612
Obrigações	22.688			49.275	12.718			9.270

Tributárias e Contributivas		49.275	22.688			40.004	9.970	
Despe. Exerc. Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	291.582	303.899	291.582	303.899	22.614	18.934	268.967	303.899
Outros serv. de Terceiros	469.718	535.746	469.718	535.746	232.562	173.844	235.902	361.901
Outros Ind. E Restituições	18.327.041	-	18.327.041	-	-	-	18.327.041	-
Publicidade	12.000.000	4.775.000	12.000.000	4.775.000	7.293669	573.620	4.706.331	4.201.380

Fonte:

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

EM R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	<b>2.910.573.825</b>	<b>2.577.000.380</b>	<b>2.786.562.517</b>	<b>2.469.545.237</b>	<b>8.665.039</b>	<b>12.257.107</b>	<b>2.786.403.615</b>	<b>2.469.545.237</b>
Pensões	1.747.155.477	1.562.862.300	1.745.652.908	1.562.349.377	1.502.569		1.745.652.908	1.562.349.377
Aposentadorias e Reformas	896.542.542	767.346.985	891.477.116	766.052.996	5.065.426	3.339.306	891.477.116	766.052.996
Venc V. Fixas - Pessoal Civil	115.346.270	103.875.263	114.752.803	103.784.548		2.987.575	114.752.803	103.784.548
Despesa de Exerc. Anteriores						1.827.155		
Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	115.346.270	103.875.263			624.026			
Demais elementos do grupo	36.183.267	39.040.570	34.679.690	37.358.316	1.473.018	4.103.071	34.520.788	37.358.316
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	<b>47.652.795</b>	<b>45.602.616</b>	<b>45.873.974</b>	<b>44.579.613</b>	<b>1.784.765</b>	<b>14.655.539</b>	<b>45.873.974</b>	<b>44.579.613</b>
Indenizações e Restituições	32.184.424	22.500.000	32.184.424	21.646.265			32.184.424	21.646.265
Auxílio Alimentação	6.974.715	10.164.091	6.773.343	10.125.748	201.372	381.099	6.773.343	10.125.748
Auxílio Transportes	4.066.310	6.246.385	3.991.708	6.217.802		416.319	3.991.708	6.217.802
Outros Serviços Terceiros-PF					1.000.536			
Outros Serviços Terceiros-PJ					427.447	13.392.486		
Demais elementos do grupo	4.427.346	6.692.140	2.924.499	6.589.798	155.410	465.635	2.924.499	6.589.798
<b>Totais</b>	<b>2.958.226.620</b>	<b>2.622.602.996</b>	<b>2.832.436.491</b>	<b>2.514.124.850</b>	<b>10.449.804</b>	<b>26.912.646</b>	<b>2.832.277.589</b>	<b>2.514.124.850</b>

Fonte: Serviço de Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal - SEOF/MT

No que diz respeito à **SEGES**, temos a informar:

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de								



despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>								
1º elemento de despesa: 339039	0,00	477.288,00	0,0	477.288,00	0,00	-	0,00	477.288,00
2º elemento de despesa: 3380 41	1.402.080,44	1.547.724,00	1.402.080,44	1.547.7	-	-	1.402.080,44	1.160.793,00
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

### 1.1.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>4 – Investimentos</b>								
Material Permanente	440.618,	1.906.558	440.618,	1.906.558	29.935,03	368.164,99	410.683,06	1.538.393,01

Fonte:

### 2.4.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

### 2.4.4.3. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Licitação</b>				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência	2.000.000	1.000.000		998.005,79
Pregão				
Concurso				
Consulta				
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa				
Inexigibilidade				
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos				

<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha				
Diárias				
<b>Outras</b>				

Fonte:

#### 2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos recebidos por Movimentação

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>								
Outros Serviços de Terceiros -PJ	27.339.227	27.176.647	14.353.982	20.384.202	5.424.192	15.405.396	14.353.982	20.384.202
Locação de Mão de Obra	23.995.020	11.866.077	19.044.690	9.679.646	1.391.422	1.477.190	19.044.690	9.679.646
Indenizações e Restituições	18.917.360	-	18.896.009	-	18.614	-	18.896.009	-
Transferências Cons. Públicos	-	1.547.727	-	1.160.793	-	-	-	1.160.793
Demais elementos do grupo	3.435.141	3.655.181	3.274.483	2.979.316	44.758	185.052	3.274.483	2.979.316

Fonte:

#### 2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos recebidos por Movimentação

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>4 - Investimentos</b>								
Equip. e Material Permanente	440.618	2.483.384	410.683	1.864.019	361.157	1.689.230	410.683	1.864.019
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>5 - Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6 - Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

## 2.4.7 Indicadores Institucionais

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

A CGRL não trabalha com indicadores em função de suas atribuições serem exclusivamente de apoio às atividades finalísticas do Ministério.

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

Na administração de suas atividades, no exercício de 2011, a CGRH conseguiu os seguintes indicadores de desempenho:

<b>1 - PÚBLICO ADMINISTRADO</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
ADMINISTRAÇÃO DE CADASTRO DE APOSENTADOS	19.257	18.789	17.228
ADMINISTRAÇÃO DE CADASTRO DE PENSIONISTAS	66.258	65.787	64.961

<b>2 - APOSENTADORIAS</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
CONCESSÕES	041	026	024
SALÁRIO-FAMÍLIA (INCLUSÃO DE DEPENDENTES)	316	359	108
SALÁRIO-FAMÍLIA (EXCLUSÃO DE DEPENDENTES)	020	166	011
CONCESSÕES DE ANUËNIOS-APOSENTADOS	014	020	011
CONCESSÃO DE ABONO PROVISÓRIO	043	027	022
DILIGÊNCIAS MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO	002	005	-
DILIGÊNCIAS TCU E SFC/PR	165	020	037
QUALIFICAÇÃO FUNCIONAL DE EX-SERVIDORES	2.252	1.170	2.079
ALTERAÇÕES DE ENDEREÇO	1.037	210	105
ELABORAÇÃO DE PCC (Planilha com o salário do servidor como se vivo estivesse)	5.590	2.380	3.065

<b>3 - PENSÕES</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
INCLUSÕES	-	-	1.961
CONCESSÕES	1626	1.662	2.271
ATUALIZAÇÕES	142	226	334
INDEFERIMENTOS	529	462	663
REVISÃO DA EC 41/2003	-	-	1.081
DILIGÊNCIAS MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO	025	013	-
DILIGÊNCIAS MINISTÉRIO TCU E SFC/PR	043	035	037

<b>4 - PROCESSOS TRABALHADOS</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
PETIÇÕES JUDICIAIS	4.304	3.736	1925
ADMINISTRATIVOS	18.605	5.977	1024

<b>5 - CENTRAL DE RELACIONAMENTO</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
(A) ATENDIMENTO TELEFÔNICO	26.272	48.883	51.573
(B) ASSUNTOS SOLUCIONADOS PELA CENTRAL TELEFÔNICA	25.568	40.188	42.671
(C) ASSUNTOS DIRECIONADOS AOS TÉCNICOS DE ÁREA	704	8.464	8.911
(D) ASSUNTOS PENDENTES, AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO	170	363	469

<b>ESTATÍSTICA MENSAL – 2011</b>													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
A	5038	5656	5625	4661	4457	3892	3958	4355	5012	4303	4032	584	51.573
B	4758	5242	4738	3353	3480	3051	3124	3292	4203	3603	3379	448	42.671
C	280	414	887	1308	977	986	834	1063	809	700	653	-	8.911
D	0	0	24	29	0	0	73	25	11	27	144	136	469

<b>6 - RECADASTRAMENTO</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
(A) CARTAS E FORMULÁRIOS EXPEDIDOS	47.086	76.297	37.198

(B) CARTAS E FORMULÁRIOS REITERADOS	14.025	24.322	11.021
(C) CARTAS E FORMULÁRIOS NÃO ATENDIDOS (PARA SUSPENSÃO DE PAGAMENTO)	-----	25.583	-

**ESTATÍSTICA MENSAL - 2011**

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
A	6361	5634	6306	5921	6489	6487	-	-	-	-	-	-	<b>37.198</b>
B	3155	2451	5415	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>11.021</b>
C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

**OBSERVAÇÃO:**

Nos meses de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2011 não foi gerada a emissão e segunda emissão das cartas e formulários de recadastramento, devido a migração para contrato de serviços postais já existente no órgão, aquisição de material e falhas no sistema SREAP.

<b>ESFORÇOS ENVIDADOS (APOSENTADOS E PENSIONISTAS)</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
CORRESPONDÊNCIAS EMITIDAS	6.996	10.053	10.936
CORRESPONDÊNCIAS – CARTAS	4.659	6.538	8.765
CORRESPONDÊNCIAS – OFÍCIOS	984	2.123	980
CORRESPONDÊNCIAS – MEMORANDOS	159	361	411
CORRESPONDÊNCIAS – FAX	938	526	352
CORRESPONDÊNCIAS – E-MAIL	256	202	140
EMIÇÃO DE CERTIDÕES E DECLARAÇÕES DIVERSAS	120	303	288
MATÉRIA PUBLICADA EM BOLETIM DE PESSOAL (PORTARIAS DE INDEFERIMENTO, ATUALIZAÇÃO, ANUÊNIO E ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA)	684	1.213	1.271
MATÉRIA PUBLICADA EM DOU (PORTARIAS DE CONCESSÃO DE PENSÃO/APOSENTADORIA E RETIFICAÇÕES)	2.964	2.114	3.378
PROCESSOS HOMOLOGADOS PELA SFC/PR (COM PARECER PELA LEGALIDADE)	765	978	258

**OBSERVAÇÃO:**

Foram enviados aproximadamente 250 (duzentos e cinquenta) processos de pensão para a Auditoria da CGU, mas foram analisados apenas 47, motivo este pelo qual apenas 44 (quarenta e quatro) processos obtiveram parecer pela legalidade.

**Observações:**

- De 01 de janeiro a 26 de dezembro de 2011 o equivalente a 233.187 (duzentos e trinta e três mil cento e oitenta e sete) documentos, dos 346.939 (trezentos e quarenta e seis mil novecentos e trinta e nove) encaminhados à Coordenação-Geral de Recursos Humanos, foram atendidos pela COAP;
- Aumento do corpo de trabalho da Equipe de Revisão de Procedimentos Administrativos da DICOP de 2 (dois) funcionários terceirizados para 4 (quatro) funcionários terceirizados, 1 (um) servidor de carreira e 3 (três) estagiários, o que possibilitou maior agilidade no reexame de concessões de pensão em que fora detectada a falta de amparo legal para manutenção de seus respectivos benefícios, com a devida concessão do direito à ampla defesa e ao contraditório; e
- O aumento do corpo de trabalho da Equipe de Revisão de Procedimentos Administrativos da DICOP permitiu que, de março a dezembro de 2011, fossem parametrizadas com base na EC 41/2003 o equivalente a 1.081 (mil e oitenta e um) pensões, gerando uma economia mensal ao Ministério dos Transportes de R\$ 159.190,57 (cento e cinquenta e nove mil cento e noventa reais e cinquenta e sete centavos).

➤ **OUTRAS ATIVIDADES EM ACOMPANHAMENTO POR PARTE DESTA CGRH**

1 - Acompanhamento da implantação e execução das atividades dos Núcleos de Recursos Humanos do Ministério dos Transportes instalados em 14 unidades da federação, vinculados diretamente à Coordenação Geral de Recursos Humanos, destinados ao atendimento da clientela

de aposentados e pensionistas deste Ministério, conforme Portarias Ministeriais de nºs 092/2004/GM e 422/2004/GM, conforme relatório específico que segue em anexo;

2 - Acompanhamento dos trabalhos da Coordenação-Geral de Modernização e Informática no que se refere à integração dos SISTEMAS DE RECURSOS HUMANOS (SIGEF), destinados a subsidiar as atividades desta coordenação relativa a execução das atividades relativos aos aposentados e pensionistas deste Ministério; e

3 - Acompanhamento dos trabalhos da Coordenação-Geral de Modernização e Informática no que se refere ao SISTEMA DE RECADASTRMENTO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS - SREAP, no que se refere à emissão dos relatórios de cadastrados, passíveis de suspensão e passíveis de exclusão de pagamento, que apresentaram falhas ao longo dos exercícios de 2009, 2010 e 2011, tornando temerárias as informações geradas pelo referido sistema;

4 - Outro fator a ser considerado é que, por intermédio dos Núcleos de Recursos Humanos, uma grande demanda anteriormente direcionada para esta Coordenação estão sendo solucionada por meio das referidas unidades, com um atendimento de 109.401 (cento e nove mil e quatrocentos e um) usuários, em média, apesar da carência de recursos humanos, materiais e tecnológicos.

ATENDIMENTOS EFETUADOS NOS NÚCLEOS NOS EXERCÍCIOS DE 2009, 2010 E 2011			
NÚCLEO	2009	2010	2011
NRH – 01 (Manaus – AM)	2.493	2.513	1.074
NRH – 02 (Belém – PA)	2.113	1.626	1.031
NRH – 03 (Fortaleza – CE)	1.5489	14.284	9.887
NRH - 04 (Recife – PE)	2.3980	19.513	17.445
NRH – 05 (Salvador - BA)	7.895	8.653	6.433
NRH – 06 (Belo Horizonte – MG)	2.5480	22.230	29.203
NRH – 07 (Rio de Janeiro – RJ)	1.9563	21.933	20.458
NRH – 08 (São Paulo – SP)	6.986	5.846	3.280
NRH – 09 (Curitiba – PR)	1.2569	9.337	5.320
NRH – 10 (Porto Alegre – RS)	4.215	3.813	2.905
NRH – 11 (Cuiabá – MT)	1.123	1.629	936
NRH – 12 (Goiânia – GO)	2.315	3.615	2.109
NRH – 13 (Florianópolis – SC)	7.568	8.696	5.430
NRH – 14 (Rio Grande do Norte– RN)	5.287	4.931	3.890
<b>TOTAL</b>	<b>1.37.076</b>	<b>12.9.086</b>	<b>109.401</b>

HISTÓRICO DE PROCESSOS JUDICIAIS	TOTAL
Proc. encaminhados à CONJUR despachos elaborados pela DITEC	134

Proc. encaminhados à CONJUR despachos elaborados pelas unidades da CGRH	36
Total de processos encaminhados à CONJUR:	170
Processos encaminhados para as Áreas da CGRH	5.781
Processos encaminhados a outros órgãos	75
Processos virtuais instruídos via E-PROC	365
Processos encaminhados ao ARQUIVO GERAL	1.742
Memorandos de Cobrança de Processos Judiciais dirigidos às áreas da CGRH	509
Memorandos Expedidos pela Chefe da DITEC (Diversos)	13
Documentos autuados pela DITEC ( Recebidos por Fax e E-mail)	2.392
Documentos Recebidos	5.566
OFÍCIOS expedidos	206
FAC-SIMILES expedidos	184
Ofícios expedidos para instrução de Mandado de Segurança	9
E-MAILS enviados	304

No que diz respeito à **SEGES**, temos a informar:

A Secretaria dispõe de 14 indicadores de uso interno, visando medir o desempenho operacional da Unidade na realização de suas atribuições. Os indicadores estão associados a três atividades desempenhadas pela Secretaria, quais sejam: monitoramento das ações do PAC (sete indicadores), elaboração e aperfeiçoamento de indicadores (um indicador) e acompanhamento dos programas de trabalho da CIDE (seis indicadores). A seguir são apresentados os resultados alcançados em 2011.

#### ➤ ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PAC

Como parte do processo de gestão dos empreendimentos do PAC que se encontram em execução, foram produzidos quatro relatórios apresentando as principais informações sobre a realização física, orçamentária e financeira, envolvendo a adequação e construção de rodovias e a construção de ferrovias. Os relatórios produzidos foram:

- 1º Relatório: atualizado até o primeiro trimestre/2011, apresentando um total de 68 obras, sendo 61 em rodovias e sete em ferrovias.
- 2º Relatório: atualizado até o segundo trimestre/2011, apresentando um total de 71 obras, sendo 63 em rodovias e oito em ferrovias.
- 3º Relatório: atualizado até o terceiro trimestre/2011 apresentando um total de 93 obras, sendo 69 em rodovias, oito em ferrovias e 16 em hidrovias.
- 4º Relatório: atualizado até o quarto trimestre/2011, apresentando um total de 89 obras, sendo 65 em rodovias, e oito em ferrovias e 16 em hidrovias. Foram concluídas quatro obras em rodovias no período.

Os relatórios acima contêm um número menor de ações que os relatórios elaborados para subsidiar os Balanços do PAC porque apresentam apenas ações em execução, excluindo os empreendimentos que se encontram em “ação preparatória” ou em fase de licitação.

Além destes, foram também produzidos quatro relatórios com insumos para a elaboração dos balanços quadrimestrais do PAC – Transportes, produzidos pela Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – SEPAC, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. São eles:

- Relatório para o 14º Balanço: apresentado à SEPAC em maio/2011, contendo informações sobre 284 ações, sendo 148 em rodovias, 30 em ferrovias e 106 em hidrovias;

- Relatório para o 15º Balanço (1º Balanço PAC 2): apresentado à SEPAC em julho/2011, contendo informações sobre 239 ações, sendo 145 em rodovias, 27 em ferrovias e 67 em hidrovias;

- Relatório para o 16º Balanço (2º Balanço PAC 2): apresentado à SEPAC em outubro/2011, contendo informações sobre 239 ações, sendo 145 em rodovias, 27 em ferrovias e 67 em hidrovias;

- Relatório para o 17º Balanço (3º Balanço PAC 2): apresentado à SEPAC em dezembro/2011, contendo informações sobre 239 ações, sendo 145 em rodovias, 29 em ferrovias e 65 em hidrovias .

Para avaliar o desempenho operacional da atividade, foram utilizados os indicadores cujas fórmulas, demonstrativos de cálculo e índices anuais atingidos no exercício são apresentados a seguir.

➤ Número médio de ações monitoradas no ano

- Fórmula de cálculo

$$NMAM = \frac{\sum_{i=1}^n a_i}{b}$$

onde:

NMAM = número médio de ações monitoradas no ano

a = número de ações monitoradas em cada balanço

b = número de balanços no ano

- Índice apurado em 2011

$$a_1 = 284 \quad b = 4$$

$$a_2 = 239$$

$$a_3 = 239$$

$$a_4 = 239$$

$$NMAM = 250,25 \text{ ações/ano}$$

➤ Número médio de ações monitoradas por técnico

- Fórmula de cálculo

$$NMAT = \frac{\sum_{i=1}^n a_i}{\sum_{i=1}^n c_i}$$

onde:

NMAT = número médio de ações monitoradas por técnico

a = número de ações monitoradas em cada balanço

c = número de técnicos diretamente envolvidos no monitoramento em cada balanço

- Índice apurado em 2011

a1 = 284	c1 = 34
a2 = 239	c2 = 32
a3 = 239	c3 = 30
a4 = 239	c4 = 30

NMAT = 7,9 obras por técnico

➤ Percentual de ações monitoradas

- Fórmula de cálculo

$$PAM = \frac{\sum_{i=1}^n a_i}{\sum_{i=1}^n d_i} \times 100$$

onde:

PAM = percentual de ações monitoradas

a = número de ações monitoradas em cada balanço

d = número total de ações do PAC–Transportes em cada balanço

- Índice apurado em 2011

a1 = 284	d1 = 284
a2 = 239	d2 = 239
a3 = 239	d3 = 239
a4 = 239	d4 = 239

PAM = 100,0%

➤ Número médio de obras em execução acompanhadas

- Fórmula de cálculo

$$NMAE = \frac{\sum_{i=1}^n e_i}{f}$$

onde:

NMAE = número médio de obras em execução acompanhadas

e = número de obras em execução acompanhadas em cada período

f = número de períodos

- Índice apurado em 2011

e1 = 68	f = 4
e2 = 71	
e3 = 93	
e4 = 89	

NMAE = 80,25 obras

➤ Número médio de obras em execução acompanhadas por técnico



- Fórmula de cálculo

$$NAET = \frac{\sum_{i=1}^n e_i}{\sum_{i=1}^n g_i}$$

onde:

NAET = número médio de obras em execução acompanhadas por técnico

e = número de obras em execução acompanhadas em cada período

g = número de técnicos diretamente envolvidos no acompanhamento em cada período

- Índice apurado em 2011

$$e1 = 68 \quad g1 = 25$$

$$e2 = 71 \quad g2 = 23$$

$$e3 = 93 \quad g3 = 26$$

$$e4 = 89 \quad g4 = 26$$

$$NAET = 3,21 \text{ obras/técnico}$$

➤ Percentual de obras em execução acompanhadas

- Fórmula de cálculo

$$PAAE = \frac{\sum_{i=1}^n e_i}{\sum_{i=1}^n h_i} \times 100$$

onde:

PAAE = percentual de obras em execução acompanhadas

e = número de obras em execução acompanhadas em cada período

h = número de obras em execução em cada período

- Índice apurado em 2011

$$e1 = 68 \quad h1 = 97$$

$$e2 = 71 \quad h2 = 97$$

$$e3 = 93 \quad h3 = 101$$

$$e4 = 89 \quad h4 = 100$$

$$PAAE = 81,2\%$$

➤ Total de relatórios produzidos

- Fórmula de cálculo

$$TRP = j + k$$

onde:

TRP = total de relatórios produzidos

j = número de relatórios com informações para os balanços

k = número de relatórios de obras em execução

- Índice apurado em 2011  
 $j = 4$   
 $k = 4$

TRP = 8 relatórios

#### ➤ ELABORAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE INDICADORES

Os resultados apresentados pela empresa contratada não foram considerados válidos pelos especialistas do Ministério dos Transportes e assim sendo o número de indicadores com informações coletadas reduziu-se a zero.

Para avaliar o desempenho operacional da atividade, foi utilizado o indicador cuja fórmula, demonstrativo de cálculo e índice anual atingido no exercício é apresentado a seguir.

#### ➤ Percentual de Indicadores Disponibilizados

- Fórmula de cálculo

$$PID = (m / p) * 100$$

onde:

PID = percentual de indicadores disponibilizados

m = número de indicadores com informações coletadas

p = número de indicadores previstos

- Índice apurado em 2011  
 $m = 0$   
 $p = 24$

**PID = 0%**

#### ➤ ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS DE TRABALHO DA CIDE DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

As principais tarefas desenvolvidas no período foram:

- Análise dos relatórios demonstrativos da execução orçamentária e financeira encaminhados pelos Estados e pelo Distrito Federal, relativos ao exercício de 2010, totalizando 1060 ações.

- Análise e publicação de 22 alterações de Programas de Trabalho de 2011 dos Estados e do Distrito Federal, englobando 343 ações.

- Análise e publicação dos Programas de Trabalho de infraestrutura de transportes para 2012, elaborados pelas 27 Unidades da Federação, referentes às obras ou serviços em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos e transporte multimodal, num total de 384 ações.

Para avaliar o desempenho operacional da atividade, foram utilizados os indicadores cujas fórmulas, demonstrativos de cálculo e índices anuais atingidos no exercício são apresentados a seguir.

- Total de ações examinadas nos relatórios demonstrativos da execução orçamentária e financeira relativas ao exercício anterior
  - Fórmula de cálculo

$$TARD = \sum_{i=1}^n q_i$$

onde:

TARD = total de ações examinadas nos relatórios demonstrativos da execução orçamentária e financeira relativas ao exercício anterior

q = número de ações examinadas de cada UF contidas no relatório demonstrativo referente ao exercício anterior

▪ Índice apurado em 2011

q1 = 28 (AC)	q10 = 66 (MA)	q19 = 24 (RJ)
q2 = 30 (AL)	q 11 = 17 (MT)	q20 = 44 (RN)
q3 = 17 (AP)	q 12 = 14 (MS)	q21 = 153 (RS)
q4 = 10 (AM)	q 13 = 30 (MG)	q22 = 05 (RO)
q5 = 185 (BA)	q14 = 118 (PA)	q23 = 22 (RR)
q6 = 23 (CE)	q15 = 18 (PB)	q24 = 17 (SC)
q7 = 32 (DF)	q16 = 47 (PR)	q25 = 13 (SP)
q8 = 2 (ES)	q17 = 43 (PE)	q26 = 06 (SE)
q9 = 77 (GO)	q18 = 14 (PI)	q27 = 05 (TO)

TARD = 1.060 ações

- Número médio de ações examinadas nos relatórios demonstrativos da execução orçamentária e financeira relativas ao exercício anterior por técnico

▪ Fórmula de cálculo

$$TARDT = \frac{\sum_{i=1}^n q_i}{r}$$

onde:

TARDT = número médio de ações examinadas nos relatórios demonstrativos da execução orçamentária e financeira relativas ao exercício anterior por técnico

q = número de ações examinadas de cada UF contidas no relatório demonstrativo referente ao exercício anterior

r = número de técnicos diretamente envolvidos na atividade

▪ Índice apurado em 2010

TARD = 1.060 ações

r = 7

TARDT = 151,4 ações por técnico

- Total de ações examinadas nas alterações dos Programas de Trabalho do exercício

▪ Fórmula de cálculo

$$TAEA = \sum_{i=1}^n s_i$$

onde:

TAEA = total de ações examinadas nas alterações dos Programas de Trabalho do exercício

s = número de ações examinadas nas alterações eventualmente solicitadas pelas UFs no exercício.

Índice apurado em 2011

s1 = 8 (AL)	s7 = 50 (GO)	s13 = 55 (RS)
s2 = 11 (AP)	s8 = 03 (MS)	s14 = 07 (RR)
s3 = 63 (BA)	s9 = 39 (MG)	s15 = 05 (SP)
s4 = 11 (CE)	s10 = 30 (PA)	s16 = 02 (SE)
s5 = 11 (DF)	s11 = 10 (PR)	s17 = 12 (TO)
s6 = 1 (ES)	s12 = 25 (PE)	

TAEA = 343 ações

- Número médio de ações examinadas nas alterações dos Programas de Trabalho do exercício por técnico

- Fórmula de cálculo

$$TAEAT = \frac{\sum_{i=1}^n s_i}{v}$$

onde:

TAEAT= total de ações examinadas nas alterações por técnico

s = número de ações examinadas nas alterações eventualmente solicitadas pelas UFs no exercício

v = número de técnicos diretamente envolvidos na atividade

- Índice apurado em 2010

TAEA = 343

v = 7

TAEAT = 49 ações por técnico

- Total de ações examinadas nos Programas de Trabalho para o exercício seguinte

- Fórmula de cálculo

$$TAPT = \sum_{i=1}^n x_i$$

onde:

TAPT= total de ações examinadas nos Programas de Trabalho para o exercício seguinte (2012)

x = número de ações examinadas nos Programas de Trabalho de cada UF para o exercício seguinte

- Índice apurado em 2011

x1 = 14 (AC)	x10 = 28 (MA)	x19 = 08 (RJ)
x2 = 08 (AL)	x11 = 08 (MT)	x20 = 20 (RN)
x3 = 13 (AP)	x12 = 03 (MS)	x21 = 51 (RS)
x4 = 03 (AM)	x13 = 13 (MG)	x22 = 02 (RO)

x5 = 38 (BA)	x14 = 13 (PA)	x23 = 03 (RR)
x6 = 12 (CE)	x15 = 06 (PB)	x24 = 37 (SC)
x7 = 04 (DF)	x16 = 12 (PR)	x25 = 09 (SP)
x8 = 01 (ES)	x17 = 25 (PE)	x26 = 03 (SE)
x9 = 38 (GO)	x18 = 05 (PI)	x27 = 07 (TO)

TAPT = 384 ações

- Número médio de ações examinadas nos Programas de Trabalho para o exercício seguinte por técnico

- Fórmula de cálculo

$$TAPTT = \frac{\sum_{i=1}^n x_i}{z}$$

onde:

TAPTT= total de ações examinadas nos Programas de Trabalho para o exercício seguinte por técnico

x = número de ações examinadas nos Programas de Trabalho de cada UF para o exercício seguinte

z = número de técnicos diretamente envolvidos na atividade

- Índice apurado em 2011

TAPT = 384

z = 14

TAPTT = 27,4 ações por técnico

Ao final do exercício foram incluídos excepcionalmente mais sete servidores visando fortalecer a equipe e atender os prazos.

### **3. Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos**

Não ocorreu no período.

## 4. Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

### 4.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2011</b>
2011				
2010				
...				
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2011</b>
2011	18.147.516,60	13.860.757,79	7.240.142,94	20.591.598,95
2010	10.421.036,44	1.173.602,47	18.961.140,41	23.544.983,08
<b>Observações:</b>				

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informa:

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2011</b>
2011				
2010				
...				
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2011</b>
2011	10.443.860	25.153.156	1.753.547	10.449.805
2010	4.602.883		946.510	26.912.647
...				-
<b>Observações:</b>				

Fonte: Serviço de Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal - SEOF/MT

## 5. Informações sobre Recursos Humanos

### 5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

#### 5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da UJ

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APRURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>	-	1.250	182	171
1.1. Membros de poder e agentes políticos		1	2	2
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	1.249	180	169
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão*		983	9	57
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		89	9	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		1	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas**		176	162	112
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>3. Total de Servidores (1+2)</b>	-	1.250	182	171

Fonte: SIAPE

\* Inclui 159 servidores com a situação de excedente à lotação

\*\* Incluídos aqueles requisitados de outros órgãos, que exercem cargo comissionado no MT, mas que na origem são vinculados ao regime celetista.

\*\*\* Não foi informado no quadro:

- 707 empregados reintegrados administrativamente das extintas RFFSA, GEIPOT e AGEF
- 19 empregados de outros órgãos no MT
- 10 empregados anistiados por decisão judicial

#### 5.1.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da UJ

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)**</b>	123
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	31
1.2. Exercício de Função de Confiança	22
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)***	70
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	25
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	25
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	26



4.1. Doença em pessoa da família	26
4.2. Capacitação	
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	21
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	1
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	20
5.5. Mandato classista	
<b>6. Outras situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	195

Fonte: Serviço de Movimentação e Lotação – SEMOL/MT

### 5.1.3 Quantificação dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da UJ

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)\*

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>	400	383	46	10
1.1. Cargos Natureza Especial	1	2	2	2
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	399	381	44	8
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		132	-	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		27	8	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		80	17	5
1.2.4. Sem vínculo		129	19	-
1.2.5. Aposentados		13	-	-
<b>2. Funções gratificadas</b>	214	200	7	15
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		196	7	15
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		3	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		1	-	-
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	614	583	53	25

Fonte: SIAPE

\* Inclui servidores com a situação de excedente à lotação

### 5.1.4 Qualificação do Quadro da UJ Segundo a Idade

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12\*

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	118	95	158	339	109
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	117	95	158	339	109
1.3. Servidores com Contratos Temporários	1				
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	59	94	163	275	106
2.1. Cargos de Natureza Especial					1
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	39	77	93	119	52
2.3. Funções gratificadas	20	17	70	156	53
<b>3. Totais (1+2)</b>	177	189	321	614	215

Fonte: Serviço de Cálculos de Remuneração - SECR/MT

\* Inclui servidores sem vínculo e cedidos a outros órgãos

### 5.1.5 Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Escolaridade

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12\*

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provedimento de cargo efetivo</b>	-	-	17	45	270	482	5	-	-
1.1. <i>Membros de poder e agentes políticos</i>						1			
1.2. <i>Servidores de Carreira</i>			17	45	270	481	5		
1.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>									
<b>2. Provedimento de cargo em comissão</b>	-	-	13	32	279	373	-	-	-
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>						1			
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>			1	4	112	263			
2.3. <i>Funções gratificadas</i>			12	28	167	109			
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	30	77	549	855	5	-	-

**LEGENDA**  
**Nível de Escolaridade:** 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Serviço de Cálculos de Remuneração - SECR/MT

\* Inclui servidores sem vínculo e cedidos a outros órgãos

## 5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

### 5.2.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da UJ Segundo o Regime de Proventos de Aposentadoria

Nada a informar neste quadro (A.5.6).

### 5.2.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela UJ

Nada a informar neste quadro (A.5.6 e A.5.7)

## 5.3. Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	136	145	131	130	1.062.126
1.1 Área Fim	31	35	34	36	258.365
1.2 Área Meio	105	110	97	94	803.761
<b>2. Nível Médio</b>	164	167	178	145	797.731
2.1 Área Fim	56	57	62	55	280.851
2.2 Área Meio	108	110	116	90	516.879
<b>3. Total (1+2)</b>	300	312	309	275	1.859.857

Fonte: Divisão de Treinamento e Capacitação de Recursos Humanos - DITC/MT

## 5.4. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES\*

EM R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações**	Benefícios Assistenciais e previdenciais	Demais despesas variáveis			

Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	-	217.765	26.723	-	-	-	-	-	-	244.488
	2010	-	107.484	10.748	-	-	-	-	-	-	118.233
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	60.694.612	5.973.122	32.474.072	3.655.490	11.230.251	23.213.872	1.469.916	-	36.857	138.748.193
	2010	49.776.825	5.784.640	30.925.215	2.944.411	10.063.902	9.213.125	1.401.771	232.842	33.315	110.376.045
	2009	33.629.512	5.966.380	21.039.324	1.812.811	4.181.271	1.441.721	642.097	1.382	56.773	68.771.271
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	-	113.938	11.432	-	-	-	-	-	-	125.370
	2010	-	102.887	11.432	-	-	-	-	-	-	114.319
	2009	-	137.183	11.432	-	-	-	-	-	-	148.614
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	-	7.376.306	550.612	-	-	-	-	-	-	7.926.918
	2010	-	8.270.584	698.061	-	-	-	-	-	-	8.968.645
	2009	-	8.181.691	678.639	-	-	-	-	-	-	8.860.330
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	-	782.938	-	-	-	-	-	-	-	782.938
	2010	-	735.869	-	-	-	-	-	-	-	735.869
	2009	-	714.039	-	-	-	-	-	-	-	714.039

Fonte: Serviço de Cálculos de Remuneração – SECR/MT

\* Inclui empregados públicos

\*\* Não foi possível detalhar a despesa por natureza do servidor. Valor total indicado no campo “Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão”

## 5.5. Terceirização de Mão de Obra Empregada pela Unidade Jurisdicionada

### 5.5.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.5.9 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Assistente Técnico Nível 01 (Contrato nº 030/2005-MT), com atividade acessória relativa ao atendimento telefônico a aposentados e pensionistas.	-	-	28 (até fev/2009)	-	-
Assistente Técnico Nível 02 (Contrato nº 030/2005-MT), com atividade acessória relativa ao atendimento de assuntos mais complexos, que não puderam ser tratada na central de atendimento deste Órgão. É aberta uma ordem de serviço, por funcionário do Nível 01, onde o funcionário de nível 02 localiza/agiliza a instrução de processos e documentos, até a conclusão da citada ordem de serviço, sendo a resposta repassada ao usuário por meio da central de relacionamento.	-	-	49 (até fev/2009)	-	-
Assistente Técnico Nível 01 (Contrato Emergencial nº 009/2009-MT), com atividade acessória relativa ao atendimento telefônico a aposentados e pensionistas.	-	-	28 (até ago/2009)	-	-
Assistente Técnico Nível 02 (Contrato Emergencial nº 009/2009-MT), com	-	-	49 (até	-	-

atividade acessória relativa ao atendimento de assuntos mais complexos, que não puderam ser tratada na central de atendimento deste Órgão. É aberta uma ordem de serviço, por funcionário do Nível 01, onde o funcionário de nível 02 localiza/agiliza a instrução de processos e documentos, até a conclusão da citada ordem de serviço, sendo a resposta repassada ao usuário por meio da central de relacionamento.			ago/2009 )		
Assistente Técnico Nível 01 (Contrato nº 052/2009 – MT), 01 (Contrato Emergencial nº 009/2009-MT), com atividade acessória relativa ao atendimento telefônico a aposentados e pensionistas.	28 (a partir de set/2009)	28 (a partir de nov/2010)	28 (a partir de set/2009)	88	60
Assistente Técnico Nível 02 (Contrato nº 052/2009 – MT), com atividade acessória relativa ao atendimento de assuntos mais complexos, que não puderam ser tratada na central de atendimento deste Órgão. É aberta uma ordem de serviço, por funcionário do Nível 01, onde o funcionário de nível 02 localiza/agiliza a instrução de processos e documentos, até a conclusão da citada ordem de serviço, sendo a resposta repassada ao usuário por meio da central de relacionamento.	9 (a partir de set/2011)	10 (a partir de nov/2010)	49 (a partir de set/2009)	53	04
Assistente Técnico Nível 03 (Contrato nº 052/2009 – MT) , com atividade acessória relativa ao atendimento de demandas referentes ao recadastramento de aposentados e pensionistas, com a elaboração de cartas, check-list de documentos recebidos e prestação de informação aos assistentes técnicos de Nível 01 quanto ao cumprimento do recadastramento anual por parte de aposentados e pensionistas .	14 (a partir de set/2011)	13 (a partir de nov/2010)	17 (a partir de set/2009)	27	10
Assistente Técnico Nível 04 (Contrato nº 052/2009 – MT), com atividade acessória relativa ao atendimento de demandas referentes aos processos e documentos de aposentados e pensionistas, com a elaboração de cartas citando pendências de documentos, check-list de documentos recebidos e prestação de informação aos assistentes técnicos de Nível 01 quanto à conclusão dos pleitos que tramitam no âmbito da CGRH	56 (a partir de set/2011)	34 (a partir de nov/2010)	26 (a partir de set/2009)	51	25
<b>Análise crítica da situação da terceirização no órgão</b>					
<p>Os Contratos nº 030/2005 (rescindido unilateralmente, pelo não cumprimento de suas atribuições por parte da CONTRATADA), 009/2009 (contrato emergencial) e 052/2009 (ainda vigente) tratam da prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, implantação, treinamento e operação gerenciada de Central de Relacionamento.</p> <p>Registre-se por oportuno que os citados contratos, em seus períodos de vigência, tratam de serviço comum e de natureza continuada, cuja manutenção contínua é imprescindível e sua interrupção poderá comprometer a continuidade de várias rotinas administrativas da CGRH/MT, uma vez que inexistem servidores de carreira em número suficiente para cobrir as atividades desenvolvidas e tendo em vista o fato de que a administração de uma central de relacionamento própria seria mais onerosa que a terceirização desse serviço, se levado em consideração o aporte tecnológico que esse serviço requer.</p>					

**QUADRO A.5.10 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS**

<b>Nome do empregado terceirizado substituído</b>	<b>Cargo que ocupava no órgão</b>	<b>Data do D.O.U. de publicação da dispensa*</b>
ADEMIR BIK	Assistente Administrativo	11/11/2010
ADRIANO MAGALHAES COELHO PINHO	Téc. de Adm. Nível Superior Júnior II	09/04/2010
ALDENIRA DE MOURA MINERVINA	Assistente Administrativo	18/02/2011
ALEXANDRE MESQUITA MOREIRA	Assistente Administrativo	18/02/2011
ANA CAROLINE GARCIA DA SILVA	Assistente Administrativo	26/01/2010
ANA LIA BARBOSA ALMEIDA	Assistente Administrativo	10/11/2010
ANA PAULA DA SILVA	Assistente Administrativo	14/07/2010
ANDREA MARCIA M DA COSTA	Assistente Administrativo	10/08/2010
ÁTILA CUNHA LINO GONÇALVES	Assistente Administrativo	18/02/2011
CARLA GRASIELLA ALVES DA SILVA	Assistente Administrativo	12/11/2010
CHRISTOPHER ROGER C. DE ALMEIDA	Assistente Administrativo	24/08/2010
CHRYSTYANE ROCHA P. DOS SANTOS	Tec. Adm. de Nivel Sup. Junior II	30/06/2010
CLAUDIA GASPAREZZO DOS SANTOS	Assistente Administrativo	02/03/2010
CLAUDIANA LOPES DA SILVA	Assistente Administrativo	10/11/2010
CLEIDE MOURA DE CARVALHO	Assistente Administrativo	23/11/2010
CLEIDE TELIS LEANDRO	Assistente Administrativo	31/12/2010
CRISBEL SANTOS NETTO	Assistente Administrativo	31/01/2011

CRISTIANO FERREIRA DA SILVA	Assistente Administrativo	10/11/2010
DAIANA PEREIRA LIMA	Assistente Administrativo	12/11/2010
DARLLYS CRISTIAN CASTRO PEREIRA	Assistente Administrativo	06/10/2010
DEISY RAYANNY CRUZ DOS SANTOS	Assistente Administrativo	04/01/2010
ELAINE NASCIMENTO DE SOUZA	Assistente Administrativo	16/12/2010
ELENI LOPES DE OLIVEIRA	Assistente Administrativo	10/11/2010
ELISVANIA SOUSA MAGALHAES	Assistente Administrativo	10/11/2010
ERIKA CARDOSO ALCANTARA	Assistente Administrativo	10/11/2010
FERNANDO MACHADO S. S FUSARO	Assistente Administrativo	16/11/2010
FLAVIO FLORENCIO JACOME BARBOSA	Assistente Administrativo	09/11/2010
GEICILEA FERREIRA DOS REIAS	Assistente Administrativo	16/12/2010
GUILHERME DA SILVA SOUSA	Contínuo	23/04/2010
GUSTAVO MOSIMANN	Assistente Administrativo	18/02/2011
HELVECINO NERES DOS SANTOS	Assistente Administrativo	22/02/2010
IZABELA ALVES DE SOUSA	Assistente Administrativo	11/05/2010
JACKELINE DA SILVA VIEIRA	Assistente Administrativo	10/11/2010
JAQUELINE PEREIRA VIEIRA	Tec. Adm. Nivel Sup. Junior I	31/12/2010
JAQUELINE SANTOS SOUZA	Assistente Administrativo	04/06/2010
JOCILENE BOTELHO CORREA	Assistente Administrativo	18/02/2011
JOSE HARTUR SETUBAL DE LIMA	Téc. Adm. Nível Sup. Júnior I	05/03/2010
JULIANA MARTINS GREIN	Assistente Administrativo	18/02/2011
JULIANA SIMIONI M DE QUIMARAES	Assistente Administrativo	18/02/2011
JULIANO DE MORAIS CAVALCANTE	Assistente Administrativo	18/02/2011
KAMILLA VIEIRA DA SILVA	Assistente Administrativo	10/06/2010
LANEQUE ANDRADE SOUSA	Assistente Administrativo	11/11/2010
LANNE MARIA DE FREITAS	Assistente Administrativo	12/11/2010
LAYS FERREIRA DE VERAS	Assistente Administrativo	18/02/2011
LEIDIANE QUITINO CARDOZO	Assistente Administrativo	18/02/2011
LOURDES SOARES R. TADDEO	Assistente Administrativo	18/02/2011
LOYANE BARBOSA DURÃES	Assistente Administrativo	13/07/2010
LUCIANE MARQUES DE LIMA	Assistente Administrativo	09/11/2010
LUCIANO GABILAN SANCHES	Assistente Administrativo	18/02/2011
LUIZ FELIPE DINIZ BEZERRA	Assistente Administrativo	22/04/2010
LUZIA XAVIER DA SILVA	Assistente Administrativo	18/11/2010
LYS REJANE DOS SANTOS VALCEMAR	Assistente Administrativo	16/11/2010
MANOEL LEITE SALES	Assistente Administrativo	06/10/2010
MARA CRISTINA MAURA NAVIER N.	Assistente Administrativo	18/02/2011
MARCIA PATRICIA PEREIRA LIMA	Assistente Administrativo	12/11/2010
MARIA APARECIDA VIEIRA DE MOTA	Assistente Administrativo	11/11/2010
MARIA VIVIANE DE OLIVEIRA NASCIMENTO	Assistente Administrativo	07/07/2010
MARIANA PEREIRA XAVIER ALVES	Assistente Administrativo	22/11/2010
MARIO WROBEL	Assistente Administrativo	18/02/2011
MORGANA RAVENA FERREIRA BORGES	Assistente Administrativo	31/01/2011
NEUSA MARIA SILVA	Psicologa	05/07/2010
NILBERTO DIONÍZIO DO NASCIMENTO	Assistente Administrativo	18/02/2011
PATRICIA DA SILVA	Assistente Administrativo	10/11/2010
PATRICIA FIGUEREDO DE LIMA	Assistente Administrativo	18/11/2010
RAYANE MOURA CARVALHO	Assistente Administrativo	10/11/2010
REILA BEZERRA DE MELO	Assistente Administrativo	21/07/2010
ROSANA HENRIQUE DOS SANTOS	Assistente Administrativo	18/02/2011
SARAH LUANA AGUIAR	Assistente Administrativo	22/01/2010
SAULO DE CARVALHO B. CAVALCANTE	Assistente Administrativo	16/11/2010
SYRLEY GONÇALVES DOS SANTOS	Assistente Administrativo	13/08/2010
TAMARA HOLANDA DE FARIAS	Assistente Administrativo	13/04/2010
TELMA DEL REI	Assistente Administrativo	22/10/2010
TELMA SOUZA ARAUJO	Assistente Administrativo	12/11/2010
THAIAN TORRES FRANCI	Assistente Administrativo	02/11/2010
THAISE FRANÇA SIMÕES	Tec. Adm. de Nivel Sup. Junior II	13/08/2010
THIAGO GONCALVES DA SILVA	Assistente Administrativo	12/11/2010
TIAGO DE MELO EVANGELISTA	Assistente Administrativo	27/01/2010

VANDERLEIA DE FATIMA T. DA SILVA	Assistente Administrativo	16/11/2010
VANESSA GUALBERTO SOARES	Assistente Administrativo	11/11/2010
VANESSA INES BERNARDI	Assistente Administrativo	18/02/2011

Fonte: Serviço de Articulação de Informações – SEAP/MT

\* Data da dispensa do empregado

### 5.5.2. Autorizações Expedidas pelo MPOG para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Nada a informar neste quadro (A.5.11)

### 5.5.3. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela UJ

No que diz respeito à CGRL, temos a informar:

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: <b>MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES</b>													
UG/Gestão: <b>390004/0001</b>							CNPJ: <b>37115342/0004-00</b>						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	V	O	22/2007	03602646/0001-37	21/05/07	20/05/12	54	54					P
2009	L	O	49/2009	00478727/0001-89	14/10/09	13/10/12							P
2010	V	O	51/2010	38062485/0001-10	19/11/10	18/11/12	29	29					P
<b>Observações:</b> O Acórdão TCU nº 1.520/2006-P não é aplicável a este item.													
<b>LEGENDA</b> Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte:

### 5.5.4. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades Não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

No que diz respeito à CGRL, temos a informar:

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: <b>MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES</b>													
UG/Gestão: <b>390004</b>							CNPJ: <b>37115342/0004-00</b>						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	2	O	22/2007	03602646/0001-37	21/05/07	20/05/12	54	54					P
2007	14	O	27/2007	26428219/0001-80	24/05/07	23/05/12			1	1	10	10	P
2009	5	O	39/2009	38056404/0001-70	29/07/09	28/07/12			5	5	17	17	P

2009	5	O	40/2009	38056404/0001-70	29/07/09	28/07/12			19	15			P
2009	9	O	52/2009	01644731/0001-32	15/09/09	14/09/09			85	85			P
2010	7	O	43/2010	05496394/0001-34	03/11/10	02/11/12			66	50	24	15	P
2010	14	O	54/2010	26413146/0001-52	06/12/10	05/12/12	2	2	19	10	30	12	P
2011	14	O	06/2011	26413146/0001-52	28/02/11	27/02/12							P
2011	14	O	02/2011	26413146/0001-52	20/01/11	19/01/12							P
2009	10	O	21/2009	02602476/0001-67	01/06/09	31/05/12	13	13					P
2009	1	O	49/2009	00478727/0001-89	10/10/09	13/10/12							P
2009	6	O	55/2009	04248842/0001-18	01/12/09	30/11/12	33	33					A
2010	1-10-14	O	51/2010	38062485/0001-10	19/11/10	18/11/12	5	5	24	24			P
2010	12	O	16/2010	10811374/0001-40	07/05/10	06/05/12	18	18					P
2010	10	O	42/2010	03015651/0001-43	25/10/10	24/10/12	4	4					P
2010	9	O	29/2010	08454128/0001-37	23/08/10	22/08/12			1	1			P
2011	10	O	13/2011	00077362/0001-80	09/05/11	08/05/12	5	5					A
2009	14	O	17/2009	26413146/0001-52	31/03/09	30/03/12					1	1	P

**Observações:**

**LEGENDA**

**Área:**

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadista
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
14. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:

## 5.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH/MT está em processo de desenvolvimento de indicadores que possam auxiliá-la na gestão de pessoas no âmbito do Ministério dos Transportes. Assim, após determinar alguns indicadores que deverão ser utilizados na gestão de seus processos, a CGRH passa pelo processo de levantamento dos dados referentes aos exercícios de 2011 e 2012, para posteriormente estabelecer seus objetivos e metas. Posto isso, em se tratando do exercício de 2011, não há indicadores a serem informados.

**6. Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.**

Não ocorreu no período.



**7. Declaração atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010**

**QUADRO A.7.1. – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV**

DECLARAÇÃO
<p>Eu, Leonardo Martins Ribeiro Cruz, CPF 012576301-80, Chefe de Divisão do Serviço de Atos e Contratos, Portaria de Nomeação n.º 220, de 30 de agosto de 2011, publicada no D.O.U de 31 de agosto de 2011, Seção 2, N.º 168, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p>
<p>Brasília, 17 de fevereiro de 2012.</p>
<p><i>Leonardo Martins Ribeiro Cruz</i> Chefe de Divisão SIAACIOEX Matrícula Nº 1805534</p>
<p>Leonardo Martins Ribeiro Cruz (CPF 012576301-80) Chefe de Divisão do Serviço de Atos e Contratos</p>

**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
 SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS  
 COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
 SERVIÇO DE ATOS E CONTRATOS**

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins, que os contratos vigentes na Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD estão cadastrados no SIASG, exceto os abaixo listados:

Contrato	Empresa	Objeto	Vigência	Origem da Contratação
Termo de Compromisso	IMPrensa NACIONAL	Fornecimento pelo período de 06 (seis) meses de 41 exemplares das Seções 1, 2 e 3, do DOU.	04/08/2011 a 03/02/2012	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2011
20/2011	MUDANÇAS CINCO ESTRELAS LTDA.	Prestação de serviço de transporte terrestre de mobiliário e bagagem em território nacional.	21/06/2011 a 20/06/2012	Pregão Eletrônico nº 148/2010 da ABIN
Termo de Compromisso	IMPrensa NACIONAL	Publicação de matérias de caráter oficial, nas edições normais, extras e suplementares do DOU.	14/02/2011 a 13/02/2012	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2011
Termo de Compromisso	IMPrensa NACIONAL	Fornecimento pelo período de 06 (seis) meses de 41 exemplares das Seções 1, 2 e 3, do DOU.	30/01/2011 a 29/07/2011	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2010
Termo de Parceria	BANCO DO BRASIL	Regularmente a prestação, pelo Banco, dos serviços de abertura de contas específicas destinadas a abrigar os recursos retidos na forma da Instrução Normativa nº 03, de 15/10/2009, bem como	31/01/2011 a 30/01/2015	



		de 15/10/2009, bem como viabilizar o acesso do Órgão aos saldos, extratos e movimentações dos recursos das referidas Contas.		
07/2011	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A	Regular exclusivamente segundo a estrutura da tarifa de Baixa tensão o fornecimento de energia elétrica.	30/12/2011 a 29/12/2012	

Os Termos de Compromisso de fornecimento de Diário Oficial da União não são cadastrados pois não há opção no sistema para registro de “termos de compromisso”. Entretanto, os extratos de inexigibilidade de licitação foram cadastrados e devidamente publicados.

O Termo de Parceria com o Banco do Brasil não envolve dispêndio de recursos financeiros por parte do Ministério dos Transportes.

O contrato celebrado com a empresa “Mudança Cinco Estrelas” é oriundo de adesão à ata de registro de preços e não foi cadastrado em função dos valores da contratação ser diferente dos homologados no órgão gerenciador.

O contrato firmado com CEB Distribuição não pode ser cadastrado no SIASG devido à problemas técnicos no sistema, inviabilizando, assim, o seu registro.

*Leonardo Martins Ribeiro Cruz*  
 Chefe de Divisão SEAC/COEX  
 Matrícula SIAPE 1805534

**Leonardo Martins Ribeiro Cruz**  
 Chefe de Divisão

## 8. Informações sobre o Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, Relacionadas à Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

### 8.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			1
	Entregaram a DBR			1
	Não cumpriram a obrigação			0
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR			0
	Entregaram a DBR			0
	Não cumpriram a obrigação			0
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			582
	Entregaram a DBR			582
	Não cumpriram a obrigação			0

Fonte: Divisão de Cadastro – DICAD/MT

## 9. Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno

### 9.1. Estrutura de Controles Internos

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X*
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
<b>Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	

26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais: * (item-4) O Ministério dos Transportes adota o Código de Ética da Administração Pública					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, tendo como referência o Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

### 10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					X
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				*
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X **

<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p>					<p><b>X</b> ***</p>
<p><i>Considerações Gerais:</i></p> <p>* A legislação aplicável foi submetida à CONJUR/MT para manifestação quanto à sua utilização neste Órgão e até o momento não houve resposta.</p> <p>** Desde 2009 são fixados cartazes informativos nos sanitários e entrada de elevadores enfatizando a importância de economizar água, energia, copo descartáveis, papel toalha etc.</p> <p>*** Houve campanha de conscientização voltada para os servidores, em 14 de junho de 2011, em diferentes áreas deste Ministério, abordando temas como práticas ambientais sustentáveis no ambiente de trabalho. Em 09 de novembro de 2011, esta Pasta aderiu oficialmente à Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, programa governamental que visa a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis nos órgãos públicos.</p>					
<p><b><u>LEGENDA</u></b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					



# 11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário da UJ classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locado de terceiros

## 11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	<b>DISTRITO FEDERAL</b>		
	Plano Piloto	04	04
	<b>BELÉM</b>		
	Centro	05	05
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>09</b>	<b>09</b>
EXTERIOR	<b>PAÍS 1</b>		
	Cidade 1		
	Cidade 2		
	Cidade “n”		
	<b>PAÍS “n”</b>		
	Cidade 1		
	Cidade 2		
	Cidade “n”		
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>09</b>	<b>09</b>

Fonte:

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
390004	9701.21374.500-5	3	3	386.040,00	Não	Não		
390004	9701.21377.500-1	3	3	829.185,72	Não	Não		
390004	9701.21381.500-3	3	3	66.072,93	Não	Não		
390004	9701.21382.500-9	3	3	282.841.289,81	Não	Não		
390004	0427.00536.500-4	3	3	33.442,79	Não	Não		
390004	0427.00537.500-0	3	3	65.272,47	Não	Não		
390004	0427.00538.500-5	3	3	33.442,79	Não	Não		
390004	0427.00539.500-0	3	3	39.430,47	Não	Não		
390004	0427.00732.500-0	3	3	68.703,25	Não	Não		
<b>Total</b>							<b>Σ</b>	<b>Σ</b>

O Ministério dos Transportes já licitou o projeto para construir edificação no lote 09 da quadra no SGON/DF para seu uso (arquivo /depósito)

Há uma ação judicial de reintegração de posse pela União para a desocupação de parte da edificação situada nos Lotes 180/10/200/210 – Quadra 1 – SGON/DF.

Não há bem móvel fora do patrimônio.

## 12. Informações sobre a Gestão da Tecnologia da Informação

### 12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento da área</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
<b>Perfil dos Recursos Humanos envolvidos</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					Servidores (16) Terceirizados (60)
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					90%
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

### 13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do Governo Federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008

#### 13.1. Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

##### 13.1.1. Relação dos Portadores de Cartão de Crédito Corporativo na Unidade e Utilização no Exercício

QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Em R\$ 1,00

Código da UG 1	39004	Limite de Utilização da UG	102.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Adoniro Judison Barroso	084.556.001-87	30.000,00	2.829,90	26.473,71	29.303,61
Maria Ivanildes G. da Mota	226.313.131-00	20.000,00	2.824,43	11.256,37	14.080,80
José Maria da Cunha	114.366.461-20	8.000,00	0	0	0
Rubens carvalho da Silva	324.852.471-53	12.000,00	810,00	6.201,93	7.011,93
Allison Felipe de Souza Silva	837.662.351-68	16.000,00	0	854,93	854,93
Terezinha Vieira Firmino	153.332.721-15	10.000,00	0	405,40	405,40
<b>Total utilizado pela UG</b>			6.464,33	45.192,34	51.656,67

Fonte: SIAFI operacional

##### 13.1.2. Utilização dos Cartões de Crédito Corporativo da Unidade

QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
<b>2011</b>	22	6.464,33	34	45.192,34	51.656,67
<b>2010</b>	32	8.938,00	131	43.412,74	52.350,74
<b>2009</b>	18	7.037,00	55	31.078,48	38.115,48

Fonte:

## **14. Informações sobre as Renúncias Tributárias**

Não ocorreu no período.

As informações sobre as respectivas renúncias tributárias se encontram disponibilizadas nos relatórios de gestão individualizados da Secretaria de Política Nacional de Transportes e do Departamento do Fundo de Marinha Mercante, consolidando as informações sobre a gestão do Fundo da Marinha Mercante.

## 15. Informações Sobre as Providências Adotadas para atender às Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno

### 15.1. Deliberações do TCU atendidas no Exercício

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

Não ocorreu no período.

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	027.647/2007-6	1880/2011-Plenário	9	DE	Diligência 32821-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
<p>“ ...            9.7. com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, c/c o art. 45 da Lei nº 8.443/1992, determinar ao Ministério dos Transportes que, no prazo de 15 (quinze), contado do recebimento da notificação, <b>proceda à anulação da Portaria nº 195</b>, de 30/5/2001, do Gabinete do Ministro dos Transportes, publicada no Diário Oficial da União em 1º/6/2001, <b>que alterou ilegalmente a classificação funcional da Sra. Mirsa Teresinha de Galvão Roque de Souza</b> quando funcionária da extinta Portobras, <b>bem como</b> adote providências com vistas ao <b>ressarcimento das importâncias pagas a maior a essa servidora a partir de janeiro de 2009 até a atualidade;</b> ...” (grifo nosso)</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH					13034
Síntese da providência adotada:					
<p>De acordo com a determinação, foi publicada no DOU, em 29/08/2011, a Portaria MT nº 218, de 26/08/2011, republicada em 30/08/2011, a qual anulou a Portaria MT nº 195, de 30/05/2001, publicada em 01/06/2001, que alterava a descrição do emprego de Mirsa Teresinha de Galvão Roque de Souza.</p> <p>Após o ocorrido, foi interposto Recurso de Reconsideração contra o Acórdão nº 1880/2011-Plenário, nos autos do TC-27.647/2007-6, conhecido pelo Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO, com efeito suspensivo às deliberações 9.4 e 9.7, segundo o ofício nº 276/2011-TCU/SERUR.</p> <p>De acordo com a nova determinação, foi publicada, em 09/12/2011, a Portaria MT nº 330, de 08/12/2011, a qual revoga o disposto na Portaria MT nº 218 e reestabelece os termos da Portaria MT nº 195.</p> <p>Registre-se que o ressarcimento das importâncias pagas a maior à servidora foi suspenso, conforme determinado no ofício nº 276/2011-TCU/SERUR.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Providências permanecem suspensas.					

<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
COORDENAÇÃO DE PAGAMENTO DE APOSENTADOS E DE PENSIONISTAS					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	009.222/2001-8	Acórdão 2009/2011 - Plenário	9	DETERMINAÇÃO	OFICIO 5811/2011-CGRH/SAAD/SE/MT
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
9.1. aplicar a Robson de Souza Andrade multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional acrescida dos devidos embargos legais, a contar da data deste acórdão até a data do pagamento, caso não efetuado o recolhimento no prazo abaixo estipulado;9.2. fixar prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação para comprovação do recolhimento da dívida perante o Tribunal;9.3. determinar ao Ministério dos Transportes o desconto integral ou parcelado da dívida na remuneração da responsável, observado o percentual mínimo estabelecido no art. 46 da Lei 8.112/1990, caso não atendida a notificação;9.4. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso frustrada a providência determinada no item anterior.9.5. fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação desta decisão, para que o Ministério dos Transportes atenda à diligência determinada pelo acórdão 1.948/2009 – Plenário					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SECAP					
Síntese da providência adotada:					
Análise do processo, alteração da aposentadoria de integral para proporcional, emissão de carta à interessada comunicando da existência de débito, a qual apresentou recurso que foi julgado improcedente administrativamente.					
Síntese dos resultados obtidos					
Em que pese terem sido adotadas todas as providências determinadas pelo TCU, Entretanto, em face da ação nº 33212-55.2011.4.01.33000 impetrada pela servidor contra este Órgão, a aposentadoria da mesma voltou a ser paga de forma integral em por força das determinações constantes dos Ofício snº 4827/2011-AGU/PU/BA-JN/MT, fls. 01, e Ofício nº 4869/2011-AGU/PU/BA-JN, fls. 84, que o restabelecimento da aposentadoria da autora com proventos integrais, anteriormente até decisão ulterior,					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Excesso de demanda, falta de pessoal,superveniência da Ação nº 33212-55.2011.4.01.33000					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	013513/2010	537/2011 – 2ª câmara	9.4	DE	27145 – TCU/sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Regularização dos pagamentos indevidos no prazo de 15 (quinze) dias e 30 (trinta) dias para encaminhar					

comprovante da ciência a interessada. Ilegalidade da Concessão Inicial e Legalidade da alteração.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas.	14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>	
Regularização dos proventos de 29/30 avos para o percentual de 90%. Encaminhado ofício nº7943/2011 CGRH ao TCU informando da alteração da regularização dos proventos da aposentada e dando ciência do acórdão à interessada.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Atendida integralmente.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
4	000765/2008	1756/2008 – 2ª Câmara	9.2.1	DE	03213-TCU/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Encaminhar ato de aposentadoria no prazo de 60 (sessenta) dias pelo SISAC.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas.					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Trata-se de Decisão Judicial. Encaminhados Ofícios ao TCU nº 7738/7739/2011 da CGRH, informando do feito. Encaminhado novo Ato de Concessão de aposentadoria.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Atendida Integralmente					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
5	011182/2007-7	3107/2009 – 1ª Câmara		DE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Solicita comprovação da Contribuição e recolhimento junto ao INSS referente à atividade rural.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas.					14304



<b>Síntese da providência adotada:</b>
Carta nº 436/2011 /DIVAP, solicitando ao servidor aposentado a documentação e concedendo 15 dias para a ampla defesa. O interessado manifestou-se por meio da Manifestação/Contestação com pedido de atribuição de efeito suspensivo.
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
Encaminhado Ofício nº 7151/2011 ao TCU informando que o servidor aposentado após manifestação/ contestação por vias judiciais solicitou a antecipação de Tutela pra suspender as disposições do acórdão do TCU nº 3107/2009, mantendo-se, por conseguinte inalterada sua aposentadoria, esta deferida pelo juiz federal da 4ª vara – DF. Diante do exposto, continua inalterado o ato de aposentadoria do Senhor Heber Silva Viana. Atendida Integralmente.
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	015324/199	3946/2009	B	DE	12680 –TCU/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Encaminhar novo Ato Concessório de aposentadoria excluindo parcela de parcela de Hora Extra.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas.					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Encaminhado Novo Ato de aposentadoria excluindo irregularidade, parcela de Hora Extra. Encaminhado Ofício nº 6567/2011 ao TCU informando do Novo ato concessório referente à aposentadoria, visando à legalidade da aposentadoria.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Atendida Integralmente.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	024251/2006	522/2007 – 1ª Câmara	9.1	DE	0933/2009- TCU/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Cessar os pagamentos julgados ilegais encaminhamento novo Ato Concessório de aposentadoria excluindo as irregularidades.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas.					14304

<b>Síntese da providência adotada:</b>
Encaminhado Novo Ato de aposentadoria excluindo irregularidades existentes nos proventos. Encaminhado Ofício nº 6568/2011 ao TCU informando do Novo ato concessório referente à aposentadoria, visando à legalidade da aposentadoria.
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
Atendido Integralmente.
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	027245/2007	5961/2010 – 2ª Câmara	1.5.3	DE	23687/TCU/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Solicitar manifestação do servidor para apresentar opção a fonte pagadora.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas.					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Encaminhado Ofício nº 6291/2011CGRH ao TCU com a cópia da opção de órgão pagador dos proventos.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Recebimento de Ofício 789 e 820/2011 emitido pelo INSS, informando que os benefícios foram suspensos. Atendida integralmente.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão (Diligência)	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	05953/2008	0282/2008 – 2ª Câmara	B	DE	0282/2008 – TCU/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Encaminhar documentos e esclarecer quanto a discrepância entre a data da publicação e a data da vigência da aposentadoria.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas.					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Encaminhado Ofício nº 6289/2011CGRH ao TCU esclarecendo que a discrepância entre a datas, ocorreu em virtude do laudo da invalidez contar de 23/08/99 e o referido solicitar revisão médica.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					

Atendido Integralmente.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Ofício SEFIP</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
10	013329/2009	1334/2011		DE	1314/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Conclusões da investigação acerca do caso do servidor aposentado Enésio Martins de Souza, onde consta que o mesmo seria aposentado sendo celetista e continua recebendo aposentadoria com vínculo estatutário					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas.					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Encaminhado Ofício nº 5421/2011/CGRH ao TCU informando que em consulta ao INSS foi informado que naquele instituto não existe benefício em manutenção em nome do aposentado.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Atendido Integralmente.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
11	023383/2010	289/2011 – 2ª Câmara	9.3	DE	27178 – TCU/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Cessar o pagamento e dar ciência a interessada. Emitir novo ato de aposentadoria. Ilegalidade da Aposentadoria					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas.					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Encaminhado Ofício nº 2569/2009/CGRH ao TCU informando que foi disponibilizado no SISAC novo ato concessório referente a aposentadoria, excluindo as irregularidades verificadas. Encaminhado correspondência dando ciência ao acórdão a interessada. A Carta foi devolvida em virtude da destinatária está ausente e não ter procurado a agencia.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Atendido Integralmente.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	016014/2010	28129 TCU	a, b, c, d	DE	D/555 – Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Esclarecimentos e ou documentos relacionados às aposentadorias dos servidores					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas.					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Encaminhado Ofício nº 1869/2011/CGRH ao TCU esclarecendo sobre a inconsistência entre o fundamento legal (aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade) e a idade na data da aposentadoria. A divergência entre o tempo de aposentadoria informado e a soma dos tempos de serviço e averbações. Lançamento errôneo no ato SISAC e encaminhamento da Ação de Execução bem como, transitado e julgado.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Atendido Integralmente.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	008098/2004	1087/2005	9.1	DE	2721 – TCU/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Ilegalidade das Aposentadorias em virtude da utilização da contagem de tempo de estágio					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas.					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Encaminhado Ofício nº 1819/2011/CGRH ao TCU esclarecendo que foi disponibilizado no SISAC novo ato concessório, referente as aposentadorias dos ex-servidores do DNE, excluindo as irregularidades identificadas. Com relação a aposentada Eliana Maria Cesário de Melo, diante da possibilidade de revisão em sua aposentadoria impetrou o Mandado de segurança nº 2000.51.01.011669-0 na Vara Federal do Rio de Janeiro, que proferiu decisão favorável a interessada.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Atendido Integralmente.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Diligência TCU	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	021988/2009	02411/2009		DE	02411/2009 – TCU/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Encaminhar mapa de Tempo de Serviço e Cópia da Ação Judicial de Tempo de Serviço. Ilegalidade da Aposentadoria.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas.					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Ofício nº 6290/2011/CGRH enviado ao TCU informando que foi encaminhado Ofício 6288/2011 ao DNIT reiterando solicitação anterior no sentido de encaminhar cópia da justificação judicial de tempo de serviço prestado na prefeitura municipal de Humaitá.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Atendido Integralmente.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	TC 000.930/2011-3		1	DE	SEFIP-D/1287
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Encaminhar no prazo de 15 (quinze) dias cópia da documentação que embasou a concessão de pensão à beneficiária Maria das Graças de Miranda Oliveira.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Encaminhado o Ofício nº 723/2011-CGRH/SAAD/SE/MT, de 07 de fevereiro de 2011, contendo cópia da documentação que embasou a concessão de pensão à beneficiária.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Diligência integralmente atendida					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	TC 000.934/2011-9		1	DE	SEFIP-D/1284
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Encaminhar no prazo de 15 (quinze) dias cópia da documentação que embasou a concessão de pensão à beneficiária Flora Cajá Gomes.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Encaminhado o Ofício nº 722/2011-CGRH/SAAD/SE/MT, de 07 de fevereiro de 2011, contendo cópia da documentação que embasou a concessão de pensão à beneficiária.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Diligência integralmente atendida					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	TC 000.937/2011-8		1	DE	SEFIP-D/1289
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Encaminhar no prazo de 15 (quinze) dias cópia da documentação que embasou a concessão de pensão à beneficiária Maria Auxiliadora Cardoso Maia.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Encaminhado o Ofício nº 976/2011-CGRH/SAAD/SE/MT, de 22 de fevereiro de 2011, contendo cópia da documentação que embasou a concessão de pensão à beneficiária.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Diligência integralmente atendida					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	TC 013.982/2010-9	538/2011-2ª Câmara	9.1 e 9.3.1	DE	27143-TCU/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão civil da beneficiária Maria Antonia Firmo. Fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Encaminhado o Ofício nº 1061/2011-CGRH/SAAD/SE/MT, de 24 de fevereiro de 2011, informando que a beneficiária foi excluída dentro do prazo estabelecido.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Diligência integralmente atendida					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	TC 024.444/2010-3	181/2011-2ª Câmara	1	DE	27589-TCU/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Encaminhar no prazo de 60 (sessenta) dias novo ato de pensão civil em nome da beneficiária Tânia Maria Lobo de Medeiros.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Encaminhado o Ofício nº 1108/2011-CGRH/SAAD/SE/MT, de 28 de fevereiro de 2011, contendo o novo ato de pensão civil nº 10001506-05-2011-000053-8.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Diligência integralmente atendida					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
20	TC 029.825/2008-7		1	DE	27986-TCU/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Encaminhar no prazo de 30 (trinta) dias documentação comprovando a data de invalidez dos beneficiários Waldir Janachevitz de Coctovitz e Bruno Araújo Vivas.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Sector responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Encaminhado o Ofício nº 1207/2011-CGRH/SAAD/SE/MT, de 04 de março de 2011, contendo a documentação comprovando a data de invalidez dos beneficiários.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Diligência integralmente atendida					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
21	TC 023.027/2007-2	4737/2010-1ª Câmara	1	DE	26922-TCU/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Encaminhar cópia do Acórdão para ciência do beneficiário Alexandre Carlos Albuquerque de Barros.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Sector responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Encaminhado o Ofício nº 1339/2011-CGRH/SAAD/SE/MT, de 15 de março de 2011, solicitando o reexame da decisão constante do referido ato, uma vez que a data de invalidez do beneficiário é anterior à data do óbito do ex-servidor, e informando que foi encaminhada carta ao beneficiário para ciência do teor do referido Acórdão.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Diligência integralmente atendida					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					



Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
22	TC 029.787/2008-4		1	DE	27979-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Informar no prazo de 30 (trinta) dias se o instituidor Antônio Dionísio de Lima era ex-ferroviário e justificar o lapso temporal entre a data do óbito e a da vigência da pensão.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Encaminhado o Ofício nº 1554/2011-CGRH/SAAD/SE/MT, de 24 de março de 2011, informando que o ex-servidor pertencia ao Quadro de Pessoal marítimo deste Órgão (extinto Lloyd Brasileiro Patrimônio Nacional – LBPN) e justificando o lapso temporal entre a data do óbito e a da vigência da pensão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Diligência integralmente atendida					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
23	TC 024.451/2010-0	183/2011-2ª Câmara	1	DE	27590-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Encaminhar no prazo de 60 (sessenta) dias novo ato de pensão civil constando a data de invalidez do beneficiário José Firmo de Farias.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Encaminhado o Ofício nº 1653/2011-CGRH/SAAD/SE/MT, de 30 de março de 2011, contendo novo ato de pensão civil nº 10001506-05-2011-000101-1, constando a data de invalidez do beneficiário.					
Síntese dos resultados obtidos					
Diligência integralmente atendida					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
24	TC 024.442/2010-0	1647/2011-2ª Câmara	1	DE	28440-TCU/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Encaminhar no prazo de 60 (sessenta) dias cópia da documentação que embasou a concessão de pensão às beneficiárias Maria Becher e Jurema de Azevedo Reis.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Sector responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Encaminhado o Ofício nº 1936/2011-CGRH/SAAD/SE/MT, de 13 de abril de 2011, contendo cópia da documentação que embasou a concessão de pensão às beneficiárias.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Diligência integralmente atendida					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
25	TC 023.027/2007-2		1	DE	28579-TCU/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Encaminhar no prazo de 15 (quinze) dias comprovação de que o beneficiário Alexandre Carlos Albuquerque teve ciência do Acórdão 4737/2010-TCU-1ª Câmara.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Sector responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Encaminhado o Ofício nº 2141/2011-CGRH/SAAD/SE/MT, de 20 de abril de 2011, comprovando que o beneficiário teve ciência do Acórdão 4737/2010-TCU-1ª Câmara.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Diligência integralmente atendida					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada	
<b>Denominação completa:</b>	<b>Código SIORG</b>

Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
26	TC 021.333/2007-7		1	DE	30620-TCU/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Encaminhar no prazo de 15 (quinze) dias comprovação de que os beneficiários David Rosa Lemos e Jurema de Souza tiveram ciência do Acórdão 7338/2010-TCU-1ª Câmara.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Encaminhado o Ofício nº 2942/2011/CGRH/SAAD/SE-MT, de 30 de maio de 2011, comprovando que os beneficiários tiveram ciência do Acórdão 7338/2010-TCU-1ª Câmara.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Diligência integralmente atendida					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
27	TC 000.933/2011-2	4762/2011-1ª Câmara	9.2 e 9.4.2	DE	32558-TCU/Sefip
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Considerar ilegal o ato de concessão de pensão civil da beneficiária Terezinha Efigenia da Cruz Machado Teixeira, recusando o registro. Fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Encaminhado o Ofício nº 4328/2011/CGRH/SAAD/SE-MT, de 25 de julho de 2011, informando que a beneficiária foi excluída dentro do prazo estabelecido.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Diligência integralmente atendida					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
28	TC 011.897/2011-2	8607/2011-1ª Câmara	1.8	DE	39962-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Encaminhar em 60 (sessenta) dias novo ato de pensão civil em nome da beneficiária Maria das Graças Magno Hauck corrigindo o tempo de serviço do ex-servidor Jorge Henrique Hauck.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Encaminhado o Ofício nº 6597/2011/CGRH/SAAD/SE-MT, de 20 de outubro de 2011, contendo o novo ato de pensão civil nº 10001506-05-2011-000310-2 com a correção do tempo de serviço do ex-servidor.					
Síntese dos resultados obtidos					
Diligência integralmente atendida					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
29	TC 011.905/2011-5	8424/2011-1ª Câmara	9.4	DE	39316-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Encaminhar em 60 (sessenta) dias novo ato de pensão civil em nome do beneficiário Paulo Roberto da Silva corrigindo o fundamento legal do benefício.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Encaminhado o Ofício nº 6428/2011/CGRH/SAAD/SE-MT, de 13 de outubro de 2011, contendo o novo ato de pensão civil nº 10001506-05-2011-000120-8 com a correção do fundamento legal do benefício.					
Síntese dos resultados obtidos					
Diligência integralmente atendida					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
30	TC 011.899/2011-5	9171/2011-1ª Câmara	1.7.1	DE	42258-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Encaminhar em 60 (sessenta) dias novo ato de pensão civil, com as correções das falhas e omissões nas informações prestadas e cadastradas nos formulários de concessão de interesse de Jesuita Calvet Almeida e Ramon Silva Almeida.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Encaminhado o Ofício nº 7045/2011/CGRH/SAAD/SE-MT, de 08 de novembro de 2011, contendo o novo ato de pensão civil nº 10001506-05-2011-000124-0, com as devidas correções.					
Síntese dos resultados obtidos					
Diligência integralmente atendida					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
31	TC 002.780/2004-1		1	DE	130/2011-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Comunicar ao TCU no prazo de 60 (sessenta) dias se foram solucionadas as situações de acumulação irregular de pensões decorrentes de cargos públicos inacumuláveis, referentes às beneficiárias: Maria Soares da Silva, Vilma Clariano Pereira Becker, Maria do Carmo Reis, Maria do Socorro Monte Von Montfort, Norma Pontes Mendonça e Yara Ferreira Cerutti.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Encaminhados os Ofícios nº 6148/2011/CGRH/SAAD/SE-MT, de 03 de outubro de 2011 e nº 7367/2011/CGRH/SAAD/SE-MT, de 28 de novembro de 2011, contendo as ações executadas acerca da acumulação irregular das pensões das beneficiárias, acarretando na exclusão de seu benefício no Ministério dos Transportes ou no outro Órgão em que acumula a pensão.					

<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
Diligência integralmente atendida
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
32	TC 027.987/2007-8		1	DE	20/2011-TCU/GAB-MIN-RC
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes					2846
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Encaminhar no prazo de 15 (quinze) dias cópia integral do processo de pensão do beneficiário Orlando da Matta Lobato Neto, cópia da documentação de fundamentou a concessão da pensão e novo ato de pensão civil da beneficiária Alice Eduardo Pereira.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP					14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Encaminhado o Ofício nº 7884/2011/CGRH/SAAD/SE-MT, de 15 de dezembro de 2011, contendo a documentação solicitada e novo de pensão civil nº 10001506-05-2011-000131-3.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Diligência integralmente atendida					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

No que diz respeito à **SPO**, temos a informar:

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL					014165
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1		1793/2011	9.14	determinação	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL					014165
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Determinar aos seguintes órgãos e entidades que observem o cumprimento do art. 2º da IN - SLTI/MP 1/2002 e lancem seus empenhos por meio do Siasg, ao contrário do ocorrido no exercício de 2010 quando foram encontrados empenhos efetuados diretamente no Siafi: Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Cinemateca Brasileira, Datasus/MS, Departamento de Polícia Federal, Fundação Oswaldo Cruz, Fundação Universidade de Brasília, Fundação Universidade do Amazonas, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Fundo Nacional de Saúde, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Nacional do Seguro Social, Instituto Nacional de Meteorologia, Instituto Federal de Educação Científica e Tecnologia da Bahia, Instituto					

Federal de Educação Científica e Tecnologia de Brasília, Instituto Federal de Educação Científica e Tecnologia do Espírito Santo, Instituto Federal de Educação Científica e Tecnologia de Minas Gerais, Instituto Federal de Educação Científica e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Hospital da Lagoa, Hospital Geral de Jacarepaguá, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Cultura, Ministério das Comunicações, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Ministério dos Transportes, Ministério do Turismo, Universidade Federal do Pará e Universidade Federal da Paraíba;

**Providências Adotadas**

<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
COORDENAÇÃO-GERAL DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	014165

**Síntese da providência adotada:**

Com o propósito de dar cumprimento à determinação do TCU prevista no item 9.14 do Acórdão 1793/2011, bem como ao art. 2º da IN SLTI/MP nº 1/2002, foram encaminhados aos órgãos subordinados ao Ministério dos Transportes os seguintes Ofícios e Memorandos:

- 39252-Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes-DNIT – Ofício nº 879/2011/CGFC/SPO/MT de 30/08/11;
- 39251-Agência Nacional de Transportes Aquaviário-ANTAQ – Ofício nº 876/CGFC/SPO/MT de 30/08/11;
- 39250-Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT – Ofício nº 877/CGFC/SPO/MT de 30/08/11;
- 29209-VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S/A – Ofício nº 878/CGFC/SPO/MT de 30/08/11;
- Departamento do Fundo da Marinha Mercante-DEFMM – Memorando nº 370/CGFC/SPO/MT, de 30/08/11;

**Síntese dos resultados obtidos**

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

As unidades gestoras vinculadas passaram a empenhar no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais-SIASG.

**Unidade Jurisdicionada**

<b>Denominação completa:</b>	<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL	014165

**Deliberações do TCU**

**Deliberações expedidas pelo TCU**

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2		196/2011-Plenário	9.1 e 9.4	determinação	

<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL	014165

**Descrição da Deliberação:**

9.1. excluir a responsabilidade dos Srs. Wellington Lins de Albuquerque (CPF 048.452.692-87) e Carlos Eduardo Levischi (CPF 291.321.008-25);

9.4. aplicar ao Sr. Neudo Ribeiro Campos (CPF 021.097.782-53), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea —a, do RI/TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

**Providências Adotadas**

<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
COORDENAÇÃO-GERAL DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	014165

**Síntese da providência adotada:**

A Coordenação de Contabilidade/SPO/MT procedeu à atualização do débito e efetuou o devido registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI conforme 2011NL000025.

<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
Executada totalmente
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL					014165
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3		283/2011-Plenário	9.5	determinação	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL					014165
Descrição da Deliberação:					
9.5. alertar os órgãos setoriais de contabilidade dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Ciência e Tecnologia, da Cultura, da Defesa, da Educação, da Fazenda, da Integração Nacional, da Justiça, da Previdência Social, da Saúde, de Minas e Energia, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Meio Ambiente, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Trabalho e Emprego, do Turismo e dos Transportes quanto à necessidade de contabilização de despesas com contratos de terceirização de mão de obra referentes à substituição de servidores e empregados públicos, para fins de cumprimento do § 1º do art. 18 da Lei Complementar 101/2000.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE FINANÇAS E CONTABILIDADE					014165
Síntese da providência adotada:					
Com o propósito de dar cumprimento à determinação do TCU prevista no item 9.5 do Acórdão 283/2011, foram encaminhados aos órgãos subordinados ao Ministério dos Transportes os seguintes Ofícios e Memorandos:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 39252-Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes-DNIT – Ofício nº 211/2011/CGFC/SPO/MT de 29/03/11;</li> <li>• 39251-Agência Nacional de Transportes Aquaviário-ANTAQ – Ofício nº 208/CGFC/SPO/MT de 29/03/11;</li> <li>• 39250-Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT – Ofício nº 209/CGFC/SPO/MT de 29/03/11;</li> <li>• 29209-VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S/A – Ofício nº 210/CGFC/SPO/MT de 29/03/11;</li> <li>• 390004-Coordenação-Geral de Recursos Logísticos-CGRL/SAAD- Memorando nº 122/2011 de 29/03/2011.</li> </ul>					
Síntese dos resultados obtidos					
Executada totalmente					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL					014165
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4		2661/2009-Plenário	9.1.1	determinação	Ofício 1125/2011-TCU/SECEX-MG de 06/05/11



<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>		<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL		014165
<b>Descrição da Deliberação:</b>		
Incluir no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal-CADIN, o CPF 246.844.906-10.		
<b>Providências Adotadas</b>		
<b>Setor responsável pela implementação</b>		<b>Código SIORG</b>
COORDENAÇÃO-GERAL DE FINANÇAS E CONTABILIDADE		014165
<b>Síntese da providência adotada:</b>		
A Coordenação de Contabilidade/SPO/MT procedeu à inclusão no CADIN como Inadimplente o Sr. Marco Túlio Fleury de Carvalho CPF 246.844.906-10.		
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>		
Executada totalmente		
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>		

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL					014165
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
5		661/2011 -Plenário		determinação	Ofício 02/2011- GESFI/COFIN/SIPOF/STN/MF, de 09/09/11.
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL					014165
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Prestar esclarecimentos à Secretaria do Tesouro Nacional/STN, quanto a existência de contas correntes bancárias irregulares, identificadas pelo BACEN nas unidades vinculadas ao Órgão Superior 39000-Ministério dos Transportes.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Todas as Unidades Gestoras vinculadas ao Órgão 39000.					
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Por meio do Ofício nº 909/2011/CGFC/MT de 09/09/11 – foi enviado à Coordenação-Geral de Programação Financeira-COFIN/STN/MF, os esclarecimentos e posicionamento das referidas contas correntes bancárias existentes nas Unidades Vinculadas ao Órgão 39000. Estão sendo realizadas gestões junto às unidades que ainda não apresentaram as devidas justificativas.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Executada totalmente					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

No que diz respeito à **SEGES**, temos a informar:

Não ocorreu no período.

No que diz respeito à **SFAT**, temos a informar:

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionária			
Denominação Completa:			Código SIORG
SECRETARIA DE FOMENTO PARA AÇÕES DE TRANSPORTES - SFAT			74710
Deliberações do TCU			
Deliberações expedida pelo TCU			
Ordem	Processo	Acórdão	Comunicação Expedida
1/1	TC-018.918/2010-7	Nº 4293/2011 - TCU - 2ª Câmara	Ofício Nº 431/2011 - TCU/SECEX-1
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DE FOMENTO PARA AÇÕES DE TRANSPORTES - SFAT			74710
Descrição da Deliberação:			
Não há recomendações ou determinações, apenas um "Alerta" à Secretária de Fomento para Ações de Transporte - SFAT, não havendo portanto, providências a serem tomadas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Síntese da providencia adotada			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

## 15.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

No que diz respeito à SE, temos a informar:

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria Executiva					002846
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 008.108/2009-4	124/2011-P	9.2	DE	78/2011-TCU/SECEX-RR
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria Executiva					002846
Descrição da Deliberação:					
Reiterar determinações constantes do Acórdão nº 1907/2006-TCU-P, no tocante aos instrumentos de repasse efetuados com base na MP nº 82/2004 e sobre a instrução de tomada de contas especial, fixando prazo de 120 dias, a contar da ciência desta deliberação, para atendimento.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					

<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Secretaria Executiva	002846
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>	
O Ministério dos Transportes buscou cumprir a determinação do TCU e, por meio do Ofício nº 883/2010-SE/MT, de 18/11/2010, determinou ao DNIT a instauração dos processos de tomada de contas especial, sem, contudo, obter êxito. Considerando o potencial conflito federativo que a abertura de TCE contra quinze Unidades da Federação poderia gerar, expedientes foram encaminhados reiteradas vezes à Casa Civil da Presidência da República, com Exposição de Motivos Interministerial, propondo a edição de outro ato normativo com o objetivo de resolver a questão: EMI Nº 00025/MT/MF, de 30/12/2009; EMI 00002/MT/MF, de 16/04/2010 e EMI 0003/MT/MF, de 13/04/2011, sendo que esta última Exposição de Motivos encontra-se no Ministério da Fazenda, não havendo resposta até a presente data..	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
O próprio Tribunal de Contas da União reconhece a gravidade e a dificuldade de se encontrar a solução ideal, criada a partir do veto da referida MP. Isso pode ser comprovado no item 55 do Acórdão nº 2936/2010: Como se vê, o fato irrefutável é que ainda paira incerteza sobre a matéria em exame, razão pela qual, sem embargo da análise acima mencionada, devem ser consideradas, ainda, a seguinte alternativa: uma solução consensual entre União e Estados, mediada pela Presidência da República, que culminaria com a edição de um ato normativo que discipline a matéria. Ressalte-se que essa tem sido a alternativa buscada pelo Ministério dos Transportes desde 2009;	

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

Não ocorreu no período.

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 007.713/2011-8	9841/2011-1ª Câmara	9.3, 9.4 e 9.8	DE	44325-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários listados. Considerar ilegais as concessões de pensão civil dos beneficiários listados. Encaminhar no prazo de 60 (sessenta) dias, novos atos de pensão civil, com a correção das omissões constatadas nos formulários de concessão indicados no subitem 9.3.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP					14304
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Diligência parcialmente atendida pelos Ofícios nº 7899/2011/CGRH/SAAD/SE-MT, de 19 de dezembro de 2011 e nº 642/2012-CGRH/SAAD/SE-MT, de 03 de fevereiro de 2012. O não cumprimento se deve ao fato de ter sido necessário o encaminhamento de carta aos beneficiários concedendo um prazo de 30 (trinta) para contraditório e ampla defesa, visando parametrizar os benefícios com base na EC 41/2003.					

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

No que diz respeito à **SPO**, temos a informar:

Não ocorreu no período.

No que diz respeito à **SEGES**, temos a informar:

Não ocorreu no período.

No que diz respeito à **SFAT**, temos a informar:

Não ocorreu no período.

**15.3. Recomendações do OCI atendidas no Exercício**

No que diz respeito à **SE**, temos a informar:

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria Executiva			002846
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108655	8	201108655/013
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria Executiva			002846
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Nº OS: 201108655 – Nº Constatação: 018 – Nº Recomendação: 001 Com base no exposto nesta Constatação, recomenda-se que o Ministério dos Transportes – MT, em observância à necessária supervisão ministerial, e ao exposto no Ofício nº 883/2010-SE/MT, de 18/11/2010, encaminhado ao Diretor-Geral do DNIT, exija da Autarquia a imediata instauração dos respectivos processos de Tomada de Contas Especial, conforme relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 179/2008 e Nota nº 02/2009-CGAS/CONJUR/MT, e Nota Técnica nº 1.172/DITRA/DI/SFC/CGU-PR, de 14/5/2009.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria Executiva			002846
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Por meio do Ofício nº 634/SE/MT a Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes encaminhou o Plano de providências e anexos conforme estabelecido no item 6.2 do anexo I da Portaria CGU nº 2.546, de 27 de dezembro de 2010, contemplando todos os itens do relatório para os quais houve formulação de recomendação. Especificamente em relação à recomendação relacionada diretamente à Secretaria Executiva/MT, a Unidade apresentou o Ofício nº 628/2011/SE/MT de 16/09/11, enviado ao DNIT com expressa determinação para a imediata instauração das TCE's tratadas na auditoria.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Recomendação atendida			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria Executiva			002846
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201108655	9	201108655/013
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria Executiva			002846
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Nº OS: 201108655- Nº Constatação: 019 – nº Recomendação:001 Considerando-se as disposições inseridas na Portaria nº 94, de 18/5/2011, em especial a contida em seu art. 3º, recomenda-se que o Ministério dos Transportes encaminhe à CGU-PR o Relatório conclusivo sobre o Planejamento Estratégico, bem como a proposta para monitoramento e avaliação permanentes da implantação do PE/MT.			
Providências Adotadas			
<b>Sector responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria Executiva			002846
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Faço referência ao item 3.1.1.2 Construção (19) do Relatório de Auditoria nº 201108655, para encaminhar o relatório conclusivo do comitê criado pela Portaria nº 94, de 18/5/2011, com a finalidade de propor plano detalhado para estruturação do Planejamento Estratégico do Ministério dos Transportes – PE/MT.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Recomendação atendida.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

Não ocorreu no período.

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

#### QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes			2846
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108669	3.2.1.7	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes			2846
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
“3.2.1.7 INFORMAÇÃO: (12) Em decorrência da análise realizada nos processos disponibilizados, e considerando o tempo decorrido em que os servidores de matrículas nº 1800923 e 1729621 (periculosidade) e 0809809 e 1319845 (insalubridade) recebem os			

benefícios, faz-se necessário que a CGRH/MT confirme se tais servidores permanecem nos mesmos cargos e lotações indicados à época.”	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Serviço de Cálculos de Remuneração - SCR	14449
<b>Síntese da providência adotada:</b>	
As condições dos benefícios foram confirmadas.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Os benefícios foram mantidos.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes			2846
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
2	201108669	3.2.1.12	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Ministério dos Transportes</b>			<b>2846</b>
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
“3.2.1.12 INFORMAÇÃO: (17) Diante do exposto, conclui-se que os registros cadastrais dos servidores que recebem auxílio-transporte carecem de melhorias, devendo a Unidade seguir Orientação Normativa SIAPE, de 29.06.2006 e Orientação Normativa nº 04, de 08.04.2011. A Unidade deverá, ainda, confirmar se de fato tais servidores realizam os percursos informados, apresentando inclusive a folha de ponto de tais servidores devidamente assinadas pela chefia imediata.”			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Divisão de Benefícios - DIBEN			14301
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
No decorrer do ano de 2011, a DIBEN elaborou a Portaria n. 3296, que passou a disciplinar a inscrição, pagamento e utilização do auxílio-transporte no âmbito deste Ministério, estabelecendo exigências mais rigorosas para os beneficiários que declaram utilizar transporte regular rodoviário seletivo ou especial. Nessa esteira, e em atenção também ao comando estabelecido pela Orientação Normativa n. 4, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a DIBEN passou a exigir comprovação da efetiva utilização do transporte seletivo ou especial, mediante apresentação dos competentes bilhetes de passagem. Calha apontar, ainda, que os documentos enviados sofrem rigorosa análise, a fim de verificar se as datas e horários são condizentes com a jornada de trabalho, bem como afastar a possibilidade de apresentação de um mesmo bilhete por dois beneficiários distintos.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Logo no primeiro mês da implantação da nova política, os servidores e empregados que não encaminharam a comprovação da efetiva utilização do transporte rodoviário seletivo ou especial, sofreram em seu benefício os respectivos descontos, que alcançaram o montante de R\$ 88.956,12 (oitenta e oito mil, novecentos e cinquenta e seis reais e doze centavos). Vale notar, outrossim, que alguns beneficiários, incapazes de atender às novas exigências, optaram por pedir o cancelamento ou redução do benefício, o que também resultou em economia para o erário.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
O Ministério dos Transportes possui servidores e empregados distribuídos pelos mais diversos órgãos e estados da federação, o que torna extremamente complicada a tarefa de confirmar se os beneficiários efetivamente realizam os			

percursos por eles declarados.

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos			13034
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	SA 201108669/04	1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes			2846
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Justificar o fato dos pensionistas de matrículas nº 01680790, 02351480 e 01987127, estarem recebendo dois benefícios.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP			14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Encaminhada resposta constando as medidas adotadas e a exclusão de um dos benefícios recebidos em duplicidade.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos			13034
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	SA 201108669/06	1 a 8	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes			2846
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Encaminhar resposta acerca do atendimento dos Acórdãos 6072/2010, 7338/2010, 4390/2010, 933/2010, 4737/2010, 6325/2010, 6425/2009 e 3813/2010.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP			14304
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Encaminhada resposta constando as medidas adotadas em relação aos Acórdãos.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos			13034
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5			28391/DPPCE/DP/SFC/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Descrição da Recomendação:			
Encaminhar cópia do processo de pensão e o respectivo laudo/documentação que comprovou a doença especificada em lei do pensionista IZAURO BEZERRA DE OLIVEIRA.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP			14304
Síntese da providência adotada:			
Encaminhado o Ofício nº 6482/2011-CGRH/SAADSE/MT, de 14 de outubro de 2011, contendo cópia integral do processo de pensão do beneficiário.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

No que diz respeito à **SPO**, temos a informar:

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL			014165
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1		-	Solicitação de Auditoria nº 201108672/002 de 11/04/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL			014165
Descrição da Recomendação:			
Identificar os saldos remanescentes de entidades vinculadas extintas ou liquidadas e tomar, se for o caso, as providências necessárias para as devidas baixas destes valores no siafi.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL			014165
Síntese da providência adotada:			
Por meio do Memorando nº 152/2011/CGORC/SPO, de 14 de abril de 2011, dirigido a senhora Chefe de Gabinete do Secretário Executivo/MT, foi informado que para a efetiva inativação da Unidade Gestora 275063 – Extinta RFFSA, serão observados os princípios da macrofunção 020318 do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI, onde as contas contábeis serão automaticamente encerradas, por ocasião do encerramento do exercício.			



<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
Foram encerrados os saldos da UG 275063- Extinta RFFSA
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL			014165
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2		-	Memorando 087/2011-AECI/MT de 03 de agosto de 2011
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL			014165
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Solicita informar se os saldos remanescentes da extinta RFFSA foram transferidos na sua totalidade.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL			014165
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Por meio do Memorando 376/2011/CGFC/SPO/MT de 31 de agosto de 2011, foi informado que os saldos seriam encerrados no encerramento do exercício.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Os saldos foram encerrados e a UG inativada			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
.			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL			014165
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3		-	Solicitação de Auditoria nº 201108655/011 de 12/05/11
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL			014165
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Solicita informar se a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento-SPO, possui sistemática para atualização das informações gerenciais e de planejamento referente aos programas 0089,0167,0225,0750,0901,1461,1463 no SIGPLAN.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL			014165
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Por meio do Memorando nº 210/2011/SPO/MT de 17 de maio de 2011, foi encaminhado à Chefia de Gabinete da Secretaria Executiva/MT, as informações requeridas pela Controladoria Geral da União-CGU, conforme a SA/CGU nº 201108655/001.			

<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
Executada totalmente
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>
.

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL			014165
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4		-	Solicitação de Auditoria nº 201108672/001 de 07/04/11
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL			014165
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Solicita justificativa para a não utilização da totalidade dos créditos orçamentários nos seguintes programas: 26.121.0225.6058.0001; 26.122.0225.20BA.0111; 26.122.0750.2000.0001; 26.122.0750.8785.0001; 26.125.1463.6391.0101; 26.128.0225.4572.0001; 26.846.0225.09IX.0001; 28.846.0909.00DX.0035.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL			014165
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Por meio do Memorando 145/SPO/MT de 11/04/11, foi enviada a Secretaria Executiva deste Órgão as justificavas requeridas pela Solicitação de Auditoria 201108672/001			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Executada totalmente			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
.			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL			014165
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5		-	Memorando-Circular 003/2011/AECI/MT de 14/03/2011
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL			014165
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Encaminha Manual da CGU – denominado “Orientação e Apoio à Gestão, para análise e divulgação”.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SETORIAL			014165
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Procedeu-se a análise e divulgação Interna do referido Manual de Orientação.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			

Executada totalmente
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>
.

No que diz respeito à **SEGES**, temos a informar:

Não ocorreu no período.

No que diz respeito à **SFAT**, temos a informar:

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionária			
Denominação Completa:			Código SIORG
SECRETARIA DE FOMENTO PARA AÇÕES DE TRANSPORTES - SFAT			74710
Recomendações do OCI			
Recomendações expedida pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1/5	RA Nº 245294	1.2.2.1	Ofício Nº 2750/DITRA/DI/SFC/CGU-PR
Orgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Departamento do Fundo da Marinha Mercante			74723
Descrição da Recomendação:			
Implementar instrumentos adequados ao controle do fluxo e consolidação dos dados relativos aos projetos analisados pelo DEFMM.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Projetos			74892
Síntese da providência adotada			
<p>O “Sistema de Controle e Análise de Projetos” já está sendo desenvolvido junto ao SERPRO e o módulo 1 tem sua previsão de implementação para este exercício.</p> <p>O módulo contemplará a Recepção e consulta aos projetos via Internet e a Análise dos Pedidos de Concessão através das funções descritas a seguir.</p> <p>Pedidos de Concessão de Prioridade:</p> <p>Cadastros Postulantes e Representantes</p> <p>Atualização Cadastral de Estaleiros</p> <p>Submissão de Pedidos de Concessão</p> <p>Análise CGPRO</p> <p>Atendimento de Pendências</p> <p>Emissão de Parecer</p> <p>Tratamento de Solicitação de Alteração</p> <p>Registro do Resultado da Priorização</p> <p>Inserção e Análise da Carta Consulta</p> <p>Tratamento de Prazos da Contratação</p> <p>Histórico e Situação dos Pedidos</p> <p>Consultas Agrupadas e Relatórios</p> <p>O primeiro módulo será fundamental para dar transparência aos postulantes, aos conselheiros e aos órgãos de controle, de todo processo de concessão de prioridade.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			

O Sistema já se encontra em fase de testes e deve ser concluído até 12/2012.

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

Não houve nenhum fator negativo. O fator positivo foi um reestudo dos procedimentos adotados até então.

Unidade Jurisdicionária			
Denominação Completa:			Código SIORG
SECRETARIA DE FOMENTO PARA AÇÕES DE TRANSPORTES - SFAT			74710
Recomendações do OCI			
Recomendações expedida pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2/5	RA Nº 245294	1.2.3.1	Ofício Nº 2750/DITRA/DI/SFC/CGU-PR
Orgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE			74723
Descrição da Recomendação:			
Desenvolver mecanismos de controle que traduzam a finalidade estabelecida na LOA, bem como sejam capazes de orientar a política de fomento à marinha mercante, melhorando o suporte às decisões do CDFMM, com a indicação dos reflexos da priorização de cada projeto submetido ao Conselho.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE PROJETOS			74892
Síntese da providência adotada			
Conforme ofício nº 062/2011 – SFAT/SE/MT encaminhado à CGU, foi cogitada a possibilidade de apreciação do assunto pelo CDFMM na 17ª Reunião realizada em 12 de maio de 2011, entretanto, foi apontada a necessidade de complementações técnicas e procedimentais gerando a não apreciação do assunto na referida reunião. A fim de atender a estas necessidades, o DEFMM está preparando documento com procedimentos e esclarecimentos necessários aos Conselheiros para definição dos pesos de cada quesito e pontuação de cada projeto apresentado.			
Síntese dos resultados obtidos			
Ainda não foram obtidos resultados. Estudos em andamento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionária	
Denominação Completa:	Código SIORG
SECRETARIA DE FOMENTO PARA AÇÕES DE TRANSPORTES - SFAT	74710
Recomendações do OCI	
Recomendações expedida pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3/5	RA Nº 245294	1.3.2.1	Ofício Nº 2750/DITRA/DI/SFC/CGU-PR
<b>Orgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
SECRETARIA DE FOMENTO PARA AÇÕES DE TRANSPORTES - SFAT			74710
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Desenvolver ferramentas que permitam o controle da inscrição dos débitos em dívida ativa, bem assim o comportamento da inadimplência em cada SERARR, individualmente considerado e no DEFMM como um todo.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SECRETARIA DE FOMENTO PARA AÇÕES DE TRANSPORTES - SFAT e DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE			74710, 74723
<b>Síntese da providência adotada</b>			
O Controle de CE Pendente de Pagamento e Inscrição na DAU, está em desenvolvimento pelo SERPRO, com homologação prevista para segunda quinzena de maio, a qual poderá ficar prejudicada em decorrência da limitação de viagens introduzida pelo Decreto nº 7.446/, de 1º de março de 2011.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Foi implantada em Junho/2011.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Identificadas necessidade de ajustes a partir de inclusão dos processos.			

<b>Unidade Jurisdicionária</b>			
<b>Denominação Completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
SECRETARIA DE FOMENTO PARA AÇÕES DE TRANSPORTES - SFAT			74710
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedida pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4/5	RA Nº 245294	1.1.2.1	Ofício Nº 2750/DITRA/DI/SFC/CGU-PR
<b>Orgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE			74723
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Recomendação 001 – Fazer gestão junto à Coordenação-Geral de Modernização e Informática - CGMI para que agregue ao SICAP as facilidades necessárias à gestão do ressarcimento do AFRMM, minorando os riscos existentes quanto ao descumprimento da ordem cronológica para concessão do benefício e racionalizando o trabalho na Unidade.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>

COORDENAÇÃO-GERAL DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	74894
<b>Síntese da providência adotada</b>	
A 1ª fase do Módulo Ressarcimento no Mercante está em desenvolvimento, com homologação realizada em fevereiro/2011; identificada necessidade de altear a tabela de embarcação para captação da informação do período de propriedade; realizada reunião com ANTAQ para definir procedimentos de atualização de dados críticos nas tabelas de embarcação e afretamento; em desenvolvimento alterações na tabela de embarcação; mantida expectativa de disponibilidade do módulo em produção no primeiro semestre/2011, dependendo da aprovação e assinatura do contrato de produção com o SERPRO e desde que a limitação de viagem introduzida pelo Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, não impacte na condução dos trabalhos de levantamento de requisitos e homologação.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
A implantação do Módulo Ressarcimento, ainda que com atraso no cronograma, dispensa gestão junto a CGMI, visando ação no SICAP.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionária</b>			
<b>Denominação Completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
SECRETARIA DE FOMENTO PARA AÇÕES DE TRANSPORTES - SFAT			74710
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedida pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
5/5	RA Nº 245294	1.1.2.1	Ofício Nº 2750/DITRA/DI/SFC/CGU-PR
<b>Orgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE			74723
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Recomendação 002 – Fazer gestões junto à SOF para revisão do posicionamento quanto à discricionariedade na dotação dos recursos destinados ao ressarcimento das empresas brasileiras de navegação determinado pelo parágrafo único do artigo 17 da Lei nº 9.432/97			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante			74894
<b>Síntese da providência adotada</b>			
Registrado no SIOP – Alterações Orçamentárias, em 09/09/2011- Pedido de Suplementação para Ação 0095 - Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação – Nacional – no valor de R\$ 243.500.000.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Não há.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
SPO informou que PL não foi encaminhado ao Congresso com este pedido de suplementação.			

#### 15.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

No que diz respeito à **SE**, temos a informar:

Não ocorreu no período.

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

Não ocorreu no período.

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos			13034
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	SA 201108669/07	1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Descrição da Recomendação:			
Esclarecer o fatos de os servidores na situação funcional de Instituidor de Pensão, estarem com mais de um vínculo.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP			14304
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Diligência parcialmente atendida. Dos 95 (noventa e cinco) instituidores de pensão listados na referida Solicitação de Auditoria estão pendentes de regularização apenas 15 (quinze) instituidores. O não cumprimento integral se deve ao fato, de depender de manifestação de outros Órgãos quanto à solicitação de informação feita por este Ministério, para fins de análise de cada uma das situações apontadas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos			13034
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	060/2011DP/DPPCE	A, b, c	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Descrição da Recomendação:			

Apresentação da comprovação da Contribuição Previdenciária do tempo rural e Certidão referente ao tempo de serviço militar.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP	14304
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>	
Reiterado o pedido por meio de carta nº014/2012 da documentação para o servidor com intuito de atender a solicitação da Secretaria de Controle Interno. Aguardando resposta.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos			13034
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
3	029/2010-DP/DPPCE	a, b	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes			2846
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Anexar documento emitido pelo INSS informando a exclusão da aposentadoria do servidor pela Previdência Social, tendo em vista a opção em receber seus proventos por este órgão. Fazer correção ficha SISAC			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP			14304
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>			
Reiterado o pedido por meio de Ofício nº 6403/2011 junto ao INSS, quanto à exclusão do benefício nº 47.206.739/7 da folha de pagamento do órgão, a partir de maio de 2010. Aguardando resposta do INSS.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos			13034
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
4	025/2010- DP/DPPCE	a, b	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes			2846
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Anexar documento emitido pelo INSS informando a exclusão da aposentadoria do servidor pela Previdência Social, tendo em vista a opção em receber seus proventos por este órgão. Fazer correção ficha SISAC.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP			14304
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>			



Reiterado o pedido por meio de ofício nº 6297/2011 junto ao INSS, solicitando o comprovante de cancelamento do benefício da senhora Elita Dantas Dourado CPF nº 028.719.801-44 que optou por receber sua aposentadoria pelo Tesouro Nacional. Aguardando resposta do INSS.

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos			13034
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	026/2010-DP/DPPCE	a, b	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes			2846
Descrição da Recomendação:			
Anexar documento emitido pelo INSS informando a exclusão da aposentadoria do servidor pela Previdência Social, tendo em vista a opção em receber seus proventos por este órgão. Fazer correção ficha SISAC.			
Providências Adotadas			
<b>Sector responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP			14304
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Reiterado o pedido por meio de ofício nº 6296/2011 junto ao INSS, solicitando o comprovante de cancelamento do benefício do senhor José Claudion Galindo CPF nº 037.464.614-72, que optou por receber sua aposentadoria pelo Tesouro Nacional. Aguardando resposta do INSS.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos			13034
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	024/2010-DP/DPPCE	A,b	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes			2846
Descrição da Recomendação:			
Anexar documento emitido pelo INSS informando a exclusão da aposentadoria do servidor pela Previdência Social, tendo em vista a opção em receber seus proventos por este órgão. Fazer correção ficha SISAC.			
Providências Adotadas			
<b>Sector responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP			14304
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Reiterado o pedido por meio de ofício nº 6363/2011 junto ao INSS, solicitando o comprovante de cancelamento do benefício do senhor Paulo Martins Duarte CPF nº 032.621.387/20, que optou por receber sua aposentadoria pelo Tesouro Nacional. Aguardando resposta do INSS.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos			13034
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	058/2011 DP/DPPCE	A, b, c	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Descrição da Recomendação:			
Anexar documento emitido pelo INSS informando a exclusão da aposentadoria do servidor pela Previdência Social, tendo em vista a opção em receber seus proventos por este órgão. Justificar pagamento da VPNI art. 62-A e Fazer correção ficha SISAC.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP			14304
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Reiterado o pedido por meio de ofício nº 6365/2011 junto ao INSS, solicitando o comprovante de cancelamento do benefício do senhor Elvedino da Costa CPF nº 091.779.147-91, que optou por receber sua aposentadoria pelo Tesouro Nacional. Aguardando resposta do INSS.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos			13034
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	027/2010 DP/DPPCE	A, b	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Descrição da Recomendação:			
Anexar documento emitido pelo INSS informando a exclusão da aposentadoria do servidor pela Previdência Social, tendo em vista a opção em receber seus proventos por este órgão. Fazer correção ficha SISAC.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP			14304
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Reiterado o pedido por meio de ofício nº 6348/2011 junto ao INSS, solicitando o comprovante de cancelamento do benefício do senhor Rui Franco Brandão CPF nº 879.612.458-04, que optou por receber sua aposentadoria pelo Tesouro Nacional. Aguardando resposta do INSS.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada
------------------------

<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos			13034
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
9	084/2011DP/DPPCE	A, b	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes			2846
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Anexar documento emitido pelo INSS informando a exclusão da aposentadoria do servidor pela Previdência Social, tendo em vista a opção em receber seus proventos por este órgão. Fazer correção ficha SISAC.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP			14304
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>			
Reiterado o pedido por meio de ofício nº 6364/2011 junto ao INSS, solicitando o comprovante de cancelamento do benefício do senhor David da Rocha Lima CPF nº 296.299.851-87, que optou por receber sua aposentadoria pelo Tesouro Nacional. Aguardando resposta do INSS.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos			13034
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
10	069/2011DP/DPPCE	A, b, c	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes			2846
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Rever fundamento legal no requerimento do servidor, conforme Portaria. Esclarecer o pagamento dos ATS de 23%, tendo em vista que o servidor contava apenas com os períodos de 20/01/59 a 21/11/59 e de 19/06/90 a 08/03/99. Promover acertos SISAC.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP			14304
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>			
Solicitado por meio de carta nº24/2012 ao servidor Raimundo Bento Vieira Filho CPF nº 023.401.191-20, que encaminhe um novo requerimento de acordo com a fundamentação baseada no Art. 40, §1º, Inciso II da CF. Aguardando resposta. As demais recomendações foram atendidas.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos			13034
<b>Recomendações do OCI</b>			

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	085/2011 DP/DPPCE	A, b,c	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes			2846
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Esclarecer divergência entre o Mapa de tempo de Serviço e a Certidão. Rever o percentual dos cálculos dos proventos, conforme preceitua a EC 20/98. Fazer correção SISAC.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP			14304
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>			
Foram atendidas as recomendações conforme solicitado, e o processo será restituído a Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Pessoal.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos			13034
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	051/2011 DP/DPPCE	A, b, c,d	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Ministério dos Transportes			2846
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Rever contagem de tempo de serviço no órgão e total para aposentadoria. Anexar certidão referente ao tempo militar prestado no período de 18/10/63 a 25/03/65, esclarecendo e tempo efetivo de 03 anos, 08 meses e 10 dias. Fazer correção SISAC.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas - COAP			14304
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>			
Carta nº 91/2012 enviada para a pensionista Celina Aparecida, solicitando a Certidão de Tempo de Serviço Militar do ex-servidor, para atendimento aos demais itens da diligência.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			

No que diz respeito à **SPO**, temos a informar:

Não ocorreu no período.

No que diz respeito à **SEGES**, temos a informar:

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG

Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes			74709
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
1	201108718	012	OF:4712/DITRA/DI-SFC-CGU-PR
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes			74709
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Que a SEGES avalie o valor do Contrato nº 60/2009, firmado com a Empresa Opinião visando adequá-lo à realidade.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes			74709
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>			
Relativamente ao Contrato nº 60/2009, foram tomadas medidas que equivalem, na prática, a uma reavaliação do valor, conforme relatado detalhadamente no Ofício nº 86/2012/SEGES/MT, de 5 de março de 2012. O contrato foi aditivado por um ano (2010 para 2011) em prazo mas não em valor. Ainda assim o produto apresentado pela empresa não foi aceito pelo Ministério dos Transportes. O contrato foi finalizado em 2011 sem o atendimento ao seu objeto.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Foram dadas diversas oportunidades para que a empresa rerepresentasse o trabalho, o que atrasou a adoção das providências pelo gestor.			

No que diz respeito à **SFAT**, temos a informar:

Não ocorreu no período.

**16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela Unidade de Controle Interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.**

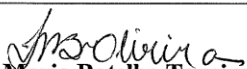
Não se aplica, tendo em vista que o Ministério dos Transportes não tem em sua estrutura regimental uma Unidade de Controle Interno.

## PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

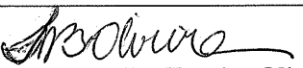
### 17. Declaração do Contador

QUADRO B.1.1. – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UJ.

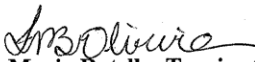
DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Secretaria Executiva - SE			390032
<p>Declaro que o demonstrativo contábil constante do Sistema SIAFI Gerencial, da Unidade Jurisdicionada 390032 – Secretaria Executiva reflete a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília - DF	Data	23/02/2012
Contador Responsável	 Ivana Maria Botelho Taveira Oliveira	CRC n°	DF-008435/O-3

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD			390056
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília - DF	Data	23/02/2012
Contador Responsável	 Ivana Maria Botelho Taveira Oliveira	CRC n°	DF-008435/O-3


<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
Coordenação- Geral de Recursos Logísticos - CGRL			390004
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Brasília - DF</b>	<b>Data</b>	<b>23/02/2012</b>
<b>Contador Responsável</b>	 <b>Ivana Maria Botelho Taveira Oliveira</b>	<b>CRC n°</b>	<b>DF-008435/O-3</b>

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH			390007
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Brasília - DF</b>	<b>Data</b>	<b>23/02/2012</b>
<b>Contador Responsável</b>	 <b>Ivana Maria Botelho Taveira Oliveira</b>	<b>CRC n°</b>	<b>DF-008435/O-3</b>



<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO			390002
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Brasília - DF</b>	<b>Data</b>	<b>23/02/2012</b>
<b>Contador Responsável</b>	 <b>Ivana Maria Botelho Taveira Oliveira</b>	<b>CRC n°</b>	<b>DF-008435/O-3</b>

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES			390041
<p>Declaro que o demonstrativo contábil constante do Sistema SIAFI Gerencial, da Unidade Jurisdicionada 390041 – Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES reflete a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Brasília - DF</b>	<b>Data</b>	<b>23/02/2012</b>
<b>Contador Responsável</b>	 <b>Ivana Maria Botelho Taveira Oliveira</b>	<b>CRC n°</b>	<b>DF-008435/O-3</b>

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
Secretaria de Fomento Para Ações de Transportes - SFAT			390042
<p>Declaro que o demonstrativo contábil constante do Sistema SIAFI Gerencial, da Unidade Jurisdicionada 390042 – Secretaria de Fomento Para Ações de Transportes - SFAT reflete a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Brasília - DF</b>	<b>Data</b>	<b>23/02/2012</b>
<b>Contador Responsável</b>	 <b>Ivana Maria Botelho Taveira Oliveira</b>	<b>CRC nº</b>	<b>DF-008435/O-3</b>

## OUTRAS INFORMAÇÕES

### 18. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade

#### 18.1. Considerações Relevantes no âmbito da SAAD.

É importante destacar algumas ações consideradas relevantes realizadas pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD, no âmbito da Comissão Permanente Disciplinar (CPD), da Coordenação de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias (CPADS) e a Comissão Permanente de Licitação (CPL).

No citado exercício, o Ministério dos Transportes contava com duas unidades para a coordenação de atividades disciplinares – a Comissão Permanente Disciplinar (CPD) e a Coordenação de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias (CPADS).

A Comissão Permanente Disciplinar (CPD) foi constituída por meio da Portaria nº 188, de 22 de setembro de 2009, do Subsecretário de Assuntos Administrativos, publicada no Diário Oficial da União, de 23 de setembro de 2009. Fruto da preocupação dos gestores desta Pasta, a unidade foi concebida a fim de aprimorar a condução dos procedimentos disciplinares, e minimizar a ocorrência de nulidades e reinstaurações dos procedimentos. Sua constituição representou um avanço institucional, na medida em que permitiu a especialização dos servidores nas atividades de apuração e o direcionamento para participarem nos cursos de capacitação oferecidos pela Controladoria-Geral da União. Demais disso, procurou-se tornar mais célere a apuração dos processos disciplinares, de forma a evitar a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal.

A origem da Coordenação de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias (CPADS) coincide com a extinção do Grupo Executivo – GE que, conforme Portaria do Ministro de Estado dos Transportes nº 971/2003, sucedeu os trabalhos da Inventariança do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), cujas tarefas foram encerradas por meio do Decreto nº 4.803/2003. Com a extinção do Grupo Executivo, foi editada a Portaria Ministerial nº 250, de 30 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União, de 01º de outubro de 2010, por meio da qual as competências destinadas a assegurar a continuidade do processo de liquidação das obrigações do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) foram atribuídas, transitoriamente, à Subsecretaria de Assuntos Administrativos. Dentre tais competências, encontra-se elencada, no texto da mencionada portaria, a prática dos atos necessários à instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares e adoção dos procedimentos necessários para o acompanhamento e a conclusão dos processos em andamento referentes àquela extinta autarquia.

Quantitativamente, a atividade correicional do Ministério dos Transportes, pode ser representada nos seguintes termos:

Informação	Quantitativo
Processos administrativos disciplinares – PADs instaurados no âmbito do MT em 2011	29
Processos administrativos disciplinares – PADs instaurados no âmbito do MT cujos relatórios das comissões foram concluídos em 2011	21
Processos administrativos disciplinares – PADs instaurados no âmbito do MT julgados em 2011	23
Sindicâncias investigativas instauradas no âmbito do MT em 2011	12
Sindicâncias investigativas no no MT cujos relatórios das comissões foram concluídos em 2011	07
Sindicâncias investigativas no âmbito do MT julgadas em 2011	07

Quantidade de suspensões aplicadas em 2011	00
Quantidade de advertências aplicadas em 2011	02
Quantidade de demissões aplicadas em 2011	01

Nessa sistemática de trabalho, o Ministério dos Transportes vem concentrando esforços na resolução dos procedimentos disciplinares com segurança jurídica, evitando gastos com procedimentos meramente formais e investindo substancialmente na qualificação dos servidores que atuam na área correicional. Cabe ressaltar que a criação da Corregedoria no Ministério dos Transportes encontra-se sob apreciação superior, cuja concretização em muito contribuirá para o trato dos procedimentos disciplinares.

### **18.1.1. Ações Realizadas pela Comissão Permanente de Licitação**

A Comissão Permanente de Licitação - CPL está subordinada à Subsecretaria de Assuntos Administrativo – SAAD, tendo como atribuições a elaboração de editais para contratação de materiais, serviços e obras mediante licitação, mapas e outros instrumentos licitatórios, assim como o apoio na divulgação necessária e obrigatória de resposta a recursos e impugnações relativos à licitação e auxiliar os trabalhos dos Pregoeiros.

O procedimento da licitação é iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa.

As licitações na modalidade Pregão são processadas pelos Pregoeiros, de acordo com o Decreto 3.555/00; Lei 10.520/02 e Decreto 5.450/05, nos termos do art. 4º do Decreto 3.555/00, a seguir transcrito:

*“Art. 4º A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.”*

Compete aos pregoeiros: i) coordenar o processo licitatório; ii) receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; iii) conduzir a sessão pública na internet; iv) verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório; v) dirigir a etapa de lances; vi) verificar e julgar as condições de habilitação; vii) receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; viii) indicar o vencedor do certame; ix) adjudicar o objeto, quando não houver recurso; x) conduzir os trabalhos da equipe de apoio e xi) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

As licitações nas modalidades convencionais são processadas pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, conforme previsto na Lei 8.666/93, cujos procedimentos constam no art. 38, a seguir transcrito:

*“Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente: i) edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso ;ii) comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 desta Lei, ou da entrega do convite; iii) ato de designação da comissão de licitação, do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite; iv) original das*

*propostas e dos documentos que as instruírem; v) atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora; vi) pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;vii) atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação; viii) - recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões;ix) despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente; x) termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso; xi) outros comprovantes de publicações; xii) demais documentos relativos à licitação.*

**Parágrafo único.** *As minutas dos editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.”*

### **18.1.2. Atividades da Coordenação de Despesas de Exercícios Anteriores – SAAD/MT - Exercício 2011**

A Coordenação de Despesas de Exercícios Anteriores – CDEA/MT desenvolveu estratégias de atuação nas pendências remanescentes do extinto Grupo Executivo-GE, procedendo ao levantamento e arquivamento de todos os processos de despesas de exercícios anteriores e a apuração dos processos consolidados na Cronologia de Pagamentos. A publicação da Cronologia no site do Ministério dos Transportes ocorreu em meados de agosto/2011.

Outra atividade desenvolvida por essa Coordenação, que demanda tempo e disponibilização de pessoal técnico, é a prestação de informações para subsidiar a instauração de procedimentos apuratórios, tomadas de contas especiais e a defesa da União junto à AGU nas ações judiciais impetradas contra o DNER/UNIÃO.

### **18.1.3. Coordenação de Tomada de Contas Especiais**

A Subsecretaria de Assuntos Administrativos toma suas decisões em relação às Tomadas de Contas Especiais com fundamento, entre outras normas, na Portaria nº 150/2010-GE, de 07/07/2010, publicada no B.E de 08/07/2010, onde consta:

- “1. A responsabilidade pela condução e tratamento das pendências constantes do artigo 4º, item “c” daquela Portaria: processar as tomadas de contas especiais em curso, bem como instaurar aquelas relacionadas a fatos ocorridos no âmbito da extinta autarquia”;
- “2. A responsabilidade pela condução e tratamento das pendências constantes do artigo 4º, item “d” daquela Portaria: “atender às demandas formuladas por órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo o Tribunal de Contas da União, relativas ao extinto DNER”, nos assuntos correlacionados ao item “c” acima transcrito, independentemente de outras tarefas que lhe sejam atribuídas.”

Ressalta-se que o instituto jurídico da Tomada de Contas tem assento originário no Decreto Lei 200/67, cujo artigo 84, reza:

- “Art. 84. Quando se verificar que determinada conta não foi prestada, ou que ocorreu desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte prejuízo para a Fazenda Pública, as autoridades administrativas, sob pena de co-responsabilidade e sem embargo dos procedimentos disciplinares, deverão tomar imediatas providências para assegurar o respectivo ressarcimento e instaurar a tomada de contas, fazendo-se as comunicações a respeito ao Tribunal de Contas.”

A espécie foi regulamentada, inicialmente, pela IN 16/1988, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, com as alterações posteriores promovidas pela Controladoria Geral da União, que a elevou à categoria de Manual, do qual se extrai o seguinte conceito:

- “Tomada de Contas Especial é um processo devidamente formalizado, com rito próprio, para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à administração pública federal e obtenção do respectivo ressarcimento. (art. 3º, caput, da IN/TCU nº 56/2007)”.
- “Tomada de Contas Especial é um processo devidamente formalizado, dotado de rito próprio, que objetiva apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o dano causado ao Erário, visando ao seu imediato ressarcimento. (art. 63 da Portaria Interministerial – MPOG/MF/CGU nº 127/2008)”.

O referido Manual, além de outros regramentos, procurou taxar os pressupostos legitimadores para a instauração de um processo de Tomada de Contas Especiais, a dizer:

- “Omissão no dever de prestar contas – a não apresentação das contas, por si só independentemente de qualquer outro fator relacionado à execução do convênio ou instrumento congênere, constitui pressuposto para a instauração do processo;”
- “Não aprovação da prestação de contas;”
- “Irregularidades verificadas na aplicação dos recursos que resultem em prejuízo ao Erário;”
- Prejuízos causados por servidor ou empregado público”;

Do rol taxativo pode-se inferir que o processo de Tomada de Contas Especial – TCE tem natureza investigativa, e visa à recuperação de ativos em favor da União. Nisto se avulta em importância, para, na mesma intensidade exigir do agente tomador das contas, qualificação suficiente a ensinar, prudência, sobriedade e zelo, que conduza a um justo juízo apuratório.

Os trabalhos realizados pela Coordenação de Tomadas de Contas Especiais (Portaria nº 282 de 27 de junho de 2011) revestiram-se de extrema importância para a consecução dos seus objetivos. Procedeu-se ao levantamento/localização dos 60 processos instaurados pela Inventariança, sendo 37 processos instaurados e concluídos pela Inventariança e 23 processos assumidos e concluídos pelo Extinto Grupo Executivo.

Referidos processos foram encaminhados à Secretaria Federal de Controle Interno/CGU para exame e sequência ao Tribunal de Contas da União, sendo 14 processos instaurados e concluídos, pelo Extinto Grupo Executivo, encaminhados a Secretaria Federal de Controle Interno/CGU para exame e sequência ao Tribunal de Contas da União. Arquivamento dos processos no Arquivo Geral da Subsecretaria de Assuntos Administrativos/CDEA.

Os demais processos a serem instaurados por esta Coordenação aguardam posicionamento da Secretaria Federal de Controle Interno/CGU, Coordenação de Despesas Exercícios Anteriores e Coordenadoria de Processos Administrativos e Sindicâncias.

## **18.2. Considerações Relevantes no âmbito da SEGES**

### **18.2.1 Atividade da Comissão Mista Brasil-Argentina (COMAB) e Delegação de Controle (DELCON)**

A Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES participa de Grupo de Trabalho instituído por meio da Portaria nº 62, de 8 de abril de 2011, com a finalidade de analisar a prestação de contas mensal e anual, bem como o Plano de Trabalho da DELCON previsto para o exercício fiscal, estabelecer os procedimentos a adotar para transferência de recursos àquela Delegação de Controle, ficar responsável pela liberação dos recursos financeiros objeto do Plano de Trabalho e finalmente submeter os atos normativos editados pela COMAB à área jurídica do Ministério dos Transportes com vistas a verificar se o teor destes atende aos preceitos legais nacionais e internacionais.

Visando atender as providências sugeridas pela CONJUR/MT no item 62, em especial em seus subitens “k” e “l” do Parecer nº 257/2011/CGAS/CONJUR/MT/CGU/AGU/ccc (processo nº 50000.036542/2011-50), aprovado pelo DESPACHO nº471/CONJUR-MT/AGU, de 04/08/2011, a SEGES tomou as seguintes providências:

- i.** Realizou, em conjunto com a ANTT, entre 23/10 e 28/10/2011, vistoria à infraestrutura concedida através do Contrato Internacional de Concessão de Obra Pública da ligação rodoviária internacional entre as cidades de Santo Tomé (República da Argentina) e São Borja (República Federativa do Brasil);
- ii.** Na mesma oportunidade, também em conjunto com a ANTT, realizou reuniões na sede administrativa do Centro Unificado de Fronteira e coletou documentos e informações visando realizar a avaliação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão;
- iii.** Encaminhou a DELCON/COMAB o relatório referente a Vistoria Técnica realizada em outubro/2011.



**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
GABINETE DO MINISTRO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Março/2012





# MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES GABINETE DO MINISTRO

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, Portaria-TCU nº 123/2011, Portaria CGU nº 2.546/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

Brasília, 03/2012

## LISTA DE TABELAS

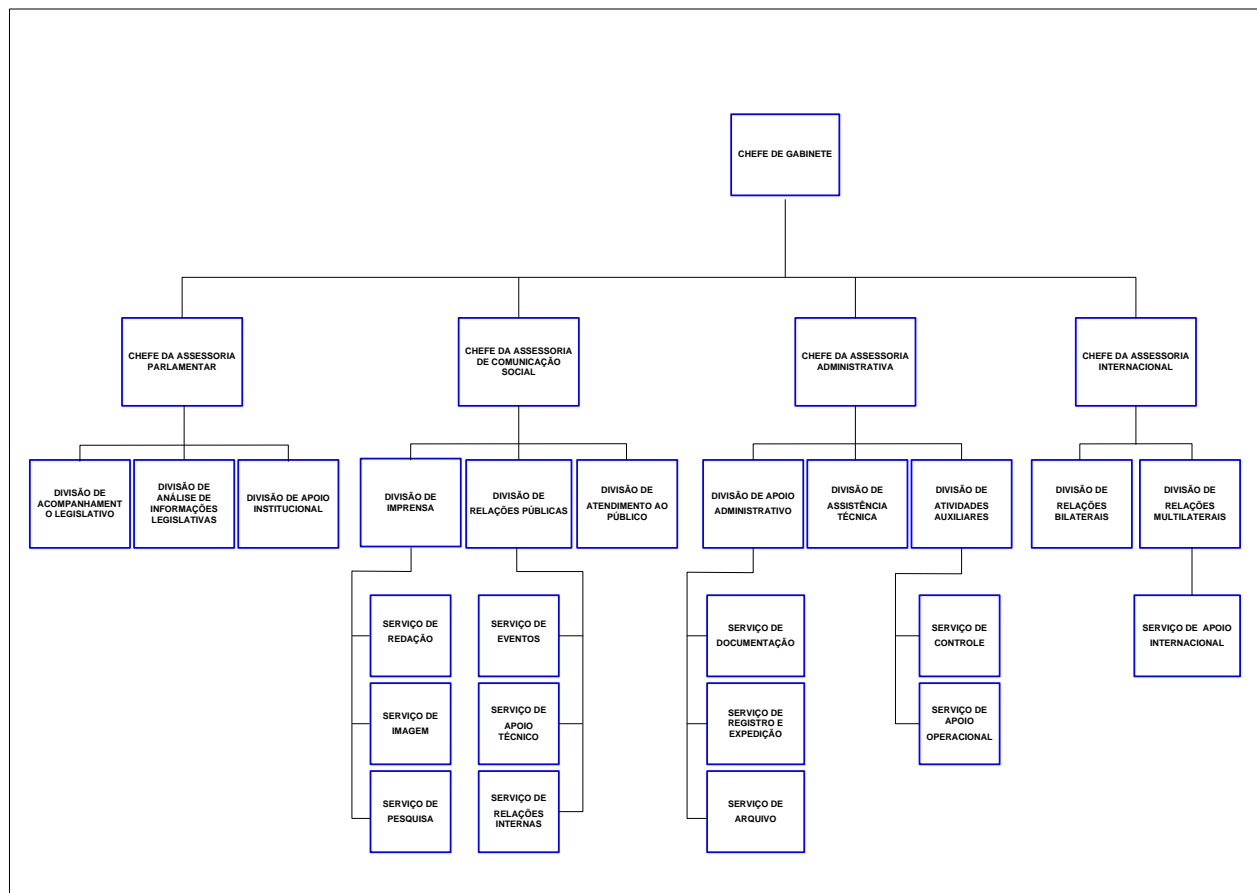
	Título	Página
Tabela I:	Atendimento aos Itens do Relatório.....	7
Tabela II:	Informações de Identificação .....	8
Tabela III:	Reuniões realizadas e acompanhadas pela ASPAR .....	12
Tabela IV:	Empresas contratadas para prestarem serviços de comunicação Social.....	15
Tabela V:	Documentos expedidos pelo GM .....	18
Tabela VI:	Atos enviados à Imprensa Nacional .....	19
Tabela VII:	Exposição de Motivos do Ministério dos Transportes .....	20
Tabela VIII:	Exposição de Motivos Interministerial .....	24
Tabela IX:	Tabela de Exposição de Motivos Interministeriais – Outros órgãos .....	24
Tabela X:	Despesa por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação .....	28
Tabela XI:	Força de Trabalho da UJ.....	28
Tabela XII:	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....	29
Tabela XIII:	Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ .....	29
Tabela XIV:	Quantidade de servidores da UJ por Faixa Etária.....	30
Tabela XV:	Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade.....	30
Tabela XVI:	Composição do Quadro de Servidores Inativos.....	31
Tabela XVII:	Composição do Quadro de Instituidores de Pensão.....	31
Tabela XVIII:	Composição do Quadro de Estagiários .....	31
Tabela XIX:	Cargos e Atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ.....	32
Tabela XX:	Estrutura de controles internos da UJ.....	32
Tabela XXI:	Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	34
Tabela XXII:	Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	34
Tabela XXIII:	Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	35
Tabela XXIV:	Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício..	36

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS .....	3
ORGANOGRAMA FUNCIONAL .....	6
INTRODUÇÃO .....	7
PARTE A – CONTEÚDO GERAL .....	8
1. Informações de identificação da unidade jurisdicionada.....	8
2. Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades.....	9
a) Responsabilidade institucional da unidade.....	9
b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	10
c) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade.....	28
d) Desempenho Orçamentário e Financeiro.....	28
3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos e recursos.....	28
4. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	28
5. Informações sobre a composição de Recursos Humanos.....	28
a) Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	28
b) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	31
c) Composição do Quadro de Estagiários.....	31
d) Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada.....	31
e) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada.....	32
f) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	32
6. Instrumentos de transferências vigentes no exercício.....	32
7. Modelo de declaração de dados no SIASG e SICONV.....	32
8. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei nº 8.730.....	32
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	31
a) Estrutura de controles internos da UJ.....	32
10. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	34
11. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	34
12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos: planejamento; recursos humanos; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; e contratação e gestão de bens e serviços de TI.....	34
13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nº 5.355/2005 e 6.370/2008.....	34
14. Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovam, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.....	35
15. Informações Sobre as Providências Adotadas para atender às Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno.....	35

15.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício.....	35
15.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	35
15.3 Recomendações do OCI atendidas no Exercício.....	35
15.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	36
16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.....	37
17. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR.....	37
RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	37
ANEXO I – DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	38

# ORGANOGRAMA FUNCIONAL



## INTRODUÇÃO

O presente relatório de gestão elaborado com observância ao disposto na Instrução Normativa – TCU nº 63/2010, Decisões Normativas TCU nº 108/2010, à Portaria TCU nº 123/2011 e Portaria CGU nº 2.546/2010, apresenta as atividades realizadas pelo Gabinete do Ministro de Estado dos Transportes, no exercício de 2011, agregado ao relatório da Secretaria Executiva desta Pasta, conforme dispõe o anexo I da mencionada decisão normativa.

Em que pese as informações orçamentárias sempre constarem nos Relatórios de Gestão dos exercícios anteriores apresentados pela Secretaria Executiva e outros órgãos que compõem a estrutura do MT, este relatório primará em apresentar informações sobre as atividades exercidas no Gabinete do Ministro - GM, que tem como principal meta atender aos preceitos regimentais a que está sujeito, nos termos do Decreto nº 4.721, de 5 de junho de 2003, publicado no DOU de 06/06/2003; republicado no DOU de 17/06/2003, que cria a estrutura regimental do Ministério dos Transportes, bem como na Portaria nº 399, de 14 de julho de 2004, publicada no DOU 15 de julho de 2004.

Alguns itens que compõem o relatório de gestão não se aplicam a esta Unidade. Abaixo é apresentado um quadro que demonstra os itens que foram respondidos, bem como os itens que não se aplicam à natureza da Unidade, devidamente justificados.

**Tabela I: Atendimento aos itens do relatório.**

<b>Item do Relatório</b>	<b>Situação de Atendimento</b>	<b>Justificativa</b>
1 - Identificação	SIM	
2 - Informações sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira	SIM	
3 - Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	NÃO	Não se aplica uma vez que o GM não movimenta créditos ou recursos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.
4 - Informações sobre o Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	NÃO	Não se aplica, uma vez que movimentação financeira no âmbito do Gabinete não gera restos a pagar e as demais movimentações serão apresentadas pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD, em relatório consolidado pela Secretaria-Executiva/MT.
5 - Informações sobre Recursos Humanos da Unidade	SIM	Em que pese a gestão de Recursos Humanos ser da Coordenação-Geral de Recursos Humanos.
6 - Informações sobre transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos	NÃO	Informação será apresentada pela unidade agregadora - Secretaria-Executiva/MT - uma vez que os contratos são centralizados e geridos pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD.
7 - Declaração Atestando Informações sobre Contratos e Convênios SIASG / SICONV	NÃO	Informação será apresentada pela unidade agregadora - Secretaria-Executiva/MT - uma vez que os contratos são centralizados e geridos pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD.
8 - Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.	SIM	
9 - Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno	SIM	
10 - Informações quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental	NÃO	Não se aplica ao GM uma vez que não compete a esta Unidade a aquisição de bens/produtos e contratação de obras e serviços.

11 - Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário	NÃO	Não se aplica ao GM uma vez que não há Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade desta Unidade.
12 - Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação	NÃO	Não se aplica ao GM, uma vez que a gestão de tecnologia da informação é realizada pela Coordenação Geral de Modernização e Informática – CGMI, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD.
13 - Informações sobre a Utilização de Cartões de Pagamento	SIM	
14 - Renúncia Tributária	NÃO	Não ocorreu no período.
15 - Informações sobre Deliberações do TCU e OCI	SIM	
16 - Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	NÃO	Não se aplica, tendo em vista que o Ministério dos Transportes não tem em sua estrutura regimental uma Unidade de Controle Interno.
17 - Declaração do Contador	SIM	Anexo I
Outras Informações Relevantes	NÃO	Todas as informações relevantes estão contidas no teor do Relatório de Gestão.
Anexos	SIM	

## PARTE A – CONTEÚDO GERAL

### RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

#### 1. Informações de identificação da unidade jurisdicionada

**Tabela II: Informações de Identificação**

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação ou Supervisão:</b> Ministério dos Transportes			<b>Código SIORG:</b> 002846
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora</b>			
<b>Denominação completa:</b> Secretaria Executiva			
<b>Denominação abreviada:</b> SE/MT			
<b>Código SIORG:</b> 002846	<b>Código na LOA:</b> 3900	<b>Código SIAFI:</b> 390032	
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão da administração direta do Poder Executivo			
<b>Principal Atividade:</b> Administração pública em geral			<b>Código CNAE:</b> 84.11-6-00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(61) 2029-7090	(61) 2029-7080	(61) 2029-7843
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:secretaria.executiva@transportes.gov.br">secretaria.executiva@transportes.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.transportes.gov.br/">http://www.transportes.gov.br/</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios Bloco R - Edifício Sede, 5º andar, Brasília-DF - CEP: 70044-900.			
<b>Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas</b>			
Nome		Situação	Código SIORG
Não se Aplica.		Não se Aplica.	Não se Aplica.
Não se Aplica.		Não se Aplica.	Não se Aplica.
<b>Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas</b>			
<b>Número de Ordem:</b> 01			
<b>Denominação completa:</b> Gabinete do Ministro			
<b>Denominação abreviada:</b> GM/MT			
<b>Código SIORG:</b> 002846	<b>Código na LOA:</b> 3900	<b>Código SIAFI:</b> 390032	
<b>Situação:</b> Ativa.			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão da administração direta do Poder Executivo			
<b>Principal Atividade:</b> Administração pública em geral			<b>Código CNAE:</b> 84.11-6-00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(61) 2029-7001	(61) 2029-7002	(61) 2029-7876
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:gabinete@transportes.gov.br">gabinete@transportes.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.transportes.gov.br/">http://www.transportes.gov.br/</a>			

<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios Bloco R - Edifício Sede, 5º andar, Brasília-DF - CEP: 70044-900.	
<b>Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>	
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas	
Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, publicada no DOU de 29/05/2003. Decreto nº 4.721, de 5 de junho de 2003, publicado no DOU de 06/06/2003; republicado no DOU de 17/06/2003. Portaria nº 399, de 14 de julho de 2004., publicada no DOU 15 de julho de 2004.	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
Não se Aplica.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
Não se Aplica.	
<b>Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
Não se aplica	Não se aplica
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
Não se aplica	Não se aplica
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
Não se aplica	Não se aplica

2 – Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades:

O Gabinete do Ministro tem como principal finalidade assistir ao Ministro de Estado em sua representação política e social, em assuntos técnicos, no planejamento, coordenação e execução da política de comunicação social, bem como exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Titular da Pasta.

Apesar de não deter atribuições finalísticas, o GM contribui sobremaneira para o alcance dos objetivos institucionais e, como poderá ser visto, as atividades realizadas, apesar de voltadas ao assessoramento ao Ministro, acabam por refletir no resultado da atuação de todas as áreas do Ministério.

#### a) Responsabilidade institucional da unidade

##### I – Competência Institucional

Tendo como principal atividade o assessoramento direto do Sr. Ministro, o GM se distingue das demais Unidades Jurisdicionadas, pelas competências definidas no Decreto nº 4.721, de 5 de junho de 2003, publicado no DOU de 06/06/2003, republicado no DOU de 17/06/2003, que aprova a estrutura regimental do Ministério dos Transportes.

Nos termos do artigo 3º, Seção I do Capítulo III, do Decreto nº 4.721, de 05 de junho de 2003, o Gabinete do Ministro possui as seguintes competências:

- “I - assistir ao Ministro de Estado em suas representação política e social, ocupar-se das relações públicas, do preparo e despacho de seu expediente pessoal;
- II – acompanhar o andamento dos projetos de interesse do Ministério, em tramitação no Congresso Nacional;
- III – providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional;



- IV - providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação do Ministério;
- V – exercer as atividades de comunicação social relativas às realizações do Ministério e de suas entidades vinculadas;
- VI – assistir ao Ministro de Estado nos assuntos de cooperação e assistência técnica internacionais;
- VII – Fornecer apoio administrativo aos expedientes de interesse do Ministério;
- VIII – Exercer outras atividades cometidas pelo Ministro de Estado.”

O Gabinete do Ministro, em virtude das atividades exercidas pelo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, no gozo de sua missão institucional, detém a tarefa de zelar pela continuidade dessas atividades, em tempo integral, e em todo o território nacional e no exterior.

Por não possuir ações e programas que gerenciem as atividades finalísticas do Ministério, o GM tem como principal meta executar os preceitos definidos em regimento para que, em harmonia com as demais áreas que integram o Ministério dos Transportes, possa disponibilizar uma estrutura facilitadora de informações e providências, onde o Sr. Ministro tenha condições de agir e decidir sobre todos os temas tratados na Pasta.

## II – Objetivos Estratégicos

As atribuições regimentais do GM se confundem com sua estratégia de atuação o que facilita o trabalho da Unidade, uma vez que a meta a ser alcançada é o reflexo da fiel execução dos ditames regulamentares.

No contexto, o GM conta com 4 (quatro) assessorias com autonomia para atuar dentro de suas áreas, são elas:

- Assessoria Parlamentar – ASPAR;
- Assessoria de Comunicação Social – ASCOM;
- Assessoria Administrativa – ASSAD e
- Assessoria Internacional – ASINT.

Essas assessorias são organizadas por Divisões e Serviços, e suas competências estão descritas na Portaria 399, de 14 de julho de 2004.

### b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Cada uma das Assessorias acima descritas possui objetivos e metas que variam de acordo com as respectivas áreas de atuação, conforme se observa a seguir:

**A Assessoria Parlamentar – ASPAR**, do Gabinete do Ministro do Ministério dos Transportes tem como atribuição regimental, nos termos da Portaria 399, de 14 de julho de 2004: *“planejar, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas com assuntos parlamentares, no âmbito do Ministério, em consonância com a Subchefia de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, bem como assessorar o Ministro de Estado e dirigentes das entidades vinculadas ao Ministério, quanto às atividades do Congresso Nacional”*.

A ASPAR conta com três divisões, e cada uma delas com as competências descritas nos artigos 6º, 7º e 8º da citada Portaria, senão vejamos:

*“Art. 6º Divisão de Acompanhamento Legislativo – DILEG;*

*I – acompanhar os projetos, proposições, pronunciamentos e comunicações dos parlamentares, no Congresso Nacional, inerentes à área de atuação do Ministério e das entidades vinculadas;*

*II – acompanhar as matérias de interesse do Ministério e de suas entidades vinculadas em tramitação no Congresso Nacional; e*

*III – assistir ao Ministro de Estado e às demais autoridades do Ministério quando em visita ou audiência pública no Congresso Nacional.*

*Art. 7º Divisão de Análise de Informações Legislativas – DIAL, compete:*

*I – analisar, sistematizar e sintetizar as diversas informações de interesse do Ministério e de suas entidades vinculadas no Congresso Nacional;*

*II – coordenar e elaborar pareceres sobre os projetos em tramitação no Congresso Nacional;*

*III – manter registro do perfil e tendências dos parlamentares;*

*IV – receber, encaminhar e controlar os pleitos de origem do Congresso Nacional;*

*V – analisar, providenciar respostas e controlar os requerimentos de informação e indicação de origem do Congresso Nacional; e*

*VI – controlar, no âmbito da Assessoria Parlamentar, as solicitações de audiências e convites de Parlamentares.*

*Art. 8º Divisão de Apoio Institucional – DIAI.*

*I – controlar o fluxo dos documentos que tramitam na Assessoria Parlamentar;*

*II – elaborar correspondências e pareceres, com base em ações técnicas do Ministério e de suas entidades vinculadas;*

*III – redigir, revisar e acompanhar a expedição de correspondências de interesse recíproco do Ministro e dos Parlamentares;*

*IV – manter arquivos de documentos oriundos do Congresso Nacional; e*

*V – controlar os bens móveis, materiais de consumo e serviços gerais no âmbito da Assessoria Parlamentar.”*

A ASPAR desempenha suas atividades no espaço físico do Ministério dos Transportes e mantém 2 (dois) servidores rotineiramente no Congresso Nacional, com a finalidade de acompanhar “*in loco*” todas as matérias em pauta nas Comissões e Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que afetam ou dizem respeito à Pasta dos Transportes, bem como os pronunciamentos dos parlamentares de ambas as Casas.

A ASPAR participa das reuniões mensais, conduzidas pela Subchefia de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Relações Institucionais, da Presidência da República, com o objetivo de discutir as matérias que estarão em Pauta no mês, tanto nas Comissões como nos Plenários das Casas Legislativas.

No acompanhamento sistemático das Comissões, três delas merecem atenção especial da ASPAR:

- Comissão de Viação e Transportes – CVT, da Câmara dos Deputados, órgão técnico responsável pelos pronunciamentos atinentes ao sistema nacional de viação, aos sistemas de transportes em geral, aos transportes rodoviário, ferroviário, aquaviário, intermunicipal, interestadual, de passageiros ou de cargas;
- Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, do Senado Federal, órgão técnico competente para opinar, dentre outros assuntos, sobre as matérias pertinentes a transportes de terra, água, obras públicas em geral, parcerias público-privadas e agências reguladoras e
- Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização - CMO, órgão técnico composto por Deputados e Senadores, tendo como principal atribuição examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais, bem como exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária.

**Tabela III: Reuniões realizadas e acompanhadas pela ASPAR.**

Reuniões realizadas e acompanhadas pela ASPAR	CVT	CI	CMO
Exercício de 2011	34	31	41

Uma das atividades decorrentes do acompanhamento sistemático dos trabalhos realizados pelo Congresso Nacional resulta na elaboração, pela ASPAR, de um Informativo Parlamentar, de periodicidade semanal, encaminhado, todas às segundas-feiras, via mensagem eletrônica, aos dirigentes do Ministério, de seus órgãos, bem como aos dirigentes das Agências Reguladoras vinculadas à Pasta dos Transportes e aos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

Este boletim informativo condensa os principais acontecimentos do Poder Legislativo, bem como declina sobre todas as matérias atinentes ao MT que se encontrarem em pauta na semana.

Às Sextas-Feiras, de acordo com o acompanhamento realizado, é elaborado o Resultado do Informativo Parlamentar, no qual constam os resultados das apreciações realizadas pela Câmara, pelo Senado e pelo Congresso Nacional, bem como são listados todos os pronunciamentos proferidos na semana e as novas proposições apresentadas.

Quando novas proposições são apresentadas pelo Congresso Nacional, cabe à ASPAR analisá-las e encaminhá-las aos órgãos competentes da Pasta dos Transportes ou aos vinculados, para apreciação e emissão de parecer técnico e ou jurídico. Os pareceres retornam à ASPAR, que após exame, procede o encaminhamento dos mesmos à Subchefia de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República para subsidiar a posição Governamental.

As principais proposições analisadas pela ASPAR são:

- Requerimentos de Informação
- Indicações
- Projetos de Lei
- Medidas Provisórias/ Projeto de Lei de Conversão

Os Requerimentos de Informação - RI apresentados pelos parlamentares do Congresso Nacional merecem da ASPAR maior atenção, na medida em que o seu não atendimento no prazo de 30 dias, a contar do recebimento oficial, importa na configuração de crime de responsabilidade do Ministro do Estado. Os RI são analisados e encaminhados por esta Assessoria aos setores responsáveis pela elaboração de resposta. Devidamente respondidos, compete à ASPAR a elaboração do Aviso Ministerial que encaminha a resposta técnica e ou jurídica à Primeira Secretaria de ambas as Casas do Congresso Nacional. No ano de 2011 foram apresentados ao Senado Federal 15 Requerimentos de Informação e na Câmara dos Deputados 104, totalizando 119.

As Indicações são proposições através das quais se sugere a um outro Poder a adoção de determinada providência, a realização de um ato administrativo ou de gestão ou ainda o envio de projeto de iniciativa exclusiva. Apresentadas pelos parlamentares do Congresso Nacional, as Indicações são recebidas por esta ASPAR por meio de ofício elaborado pela Casa Civil da Presidência da República. Após análise, são encaminhadas aos setores competentes do Ministério dos Transportes, das Agências e do DNIT, para a devida resposta quanto à sugestão apresentada pelo parlamentar. Compete à ASPAR o encaminhamento da resposta técnica e ou jurídica à Casa Civil. Das 79 Indicações formuladas pela Câmara dos Deputados sugerindo ações no âmbito da Pasta dos

Transportes, durante o ano de 2011, 26 já foram respondidas e encaminhadas à Casa Civil por meio de ofício elaborado pela ASPAR e subscrito pelo titular da Chefia de Gabinete.

Os Projetos de Lei, as Medidas Provisórias – Projeto de Lei de Conversão, as Emendas Parlamentares e os Substitutivos às matérias em tramitação no Congresso Nacional, afetas ao Ministério dos Transportes, são acompanhados metodicamente pela ASPAR desde a sua edição até o momento da sua promulgação/sanção ou veto presidencial.

No exercício de 2011, quanto aos Projetos de Lei, temos:

- Número de Projetos de Lei apresentados na Câmara dos Deputados: 119;
- Número de Projetos de Lei apresentados no Senado Federal: 10;
- Número de Projetos de Lei do Congresso Nacional apresentados pelo Poder Executivo: 5 e,
- Número de Projetos de Lei sancionados pelo Presidente da República: 37.

No que tange às Medidas Provisórias, 2011 apresentou os seguintes números:

- Número de Medidas Provisórias editadas: 36;
- Número de Medidas Provisórias promulgadas/sancionadas: 17.

À ASPAR compete, ainda, a recepção de toda a documentação enviada ao Ministério oriunda do Congresso Nacional. Após análise, são registrados os pleitos dos parlamentares e encaminhados aos órgãos, tanto do Ministério quanto dos entes vinculados. Cabe à Assessoria o acompanhamento dos pedidos e a elaboração das respostas com base nas informações técnicas e ou jurídicas, a serem encaminhadas pelo Gabinete do Ministro. Durante o exercício de 2011 foram formulados pelo Poder Legislativo 710 pleitos.

Cabe à ASPAR acompanhar o Ministro de Estado dos Transportes e as autoridades da Pasta e Órgãos Vinculados, quando em visita ao Congresso Nacional, seja para proferir palestra, seja para participar de Audiências Públicas, sempre atendendo convite ou convocação formulados por meio de Requerimentos dos parlamentares.

No exercício de 2011, registramos o acompanhamento de autoridades do Ministério dos Transportes e ou órgãos vinculados em 46 Audiências Públicas na Câmara, 18 no Senado Federal e 2 no Congresso Nacional - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Cabe esclarecer que no ano de 2011 a Assessoria Parlamentar recebeu a atribuição do registro e acompanhamento dos Pleitos formulados pelas Prefeituras Municipais, Assembleias Legislativas Estaduais, Câmara de Vereadores, bem como participou de todas as reuniões convocadas pela Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

As ações e o desenvolvimento das tarefas da Assessoria Parlamentar, seguem a orientação do Gabinete do Ministro. É importante afirmar que os objetivos da ASPAR são alcançados quando das respostas tempestivas a quaisquer questionamentos, quando do acompanhamento de Audiências realizadas no Congresso Nacional, quando do subsídio de posição governamental para Proposições em tramitação. Portanto, metas são traçadas e alcançadas cotidianamente.

**A Assessoria de Comunicação Social – ASCOM** tem como atribuição regimental, nos termos do artigo 9º da Portaria 399, de 14 de julho de 2004:

*“I – planejar, coordenar e executar a política de comunicação social para os públicos interno e externo do Ministério, em consonância com as diretrizes de Comunicação da Presidência da República; e*

*II – assessorar o Ministro e demais autoridades do Ministério em assuntos relativos à comunicação social, bem como programar, coordenar e administrar campanhas publicitárias que venha a ser executadas.”.*

A ASCOM conta com três divisões, cada uma delas com as competências descritas nos artigos 10 a 18 da citada Portaria, senão vejamos:

*“Art. 10. À Divisão de Imprensa - **DIMP** compete:*

*I - manter contato com jornalistas, fornecendo-lhes subsídios para a elaboração de matérias;*

*II - assistir as autoridades do Ministério em seu relacionamento com a imprensa, especialmente no que tange à organização de entrevistas; e*

*III - fazer cobertura jornalística dos eventos realizados no Ministério e nas entidades vinculadas.*

*Art. 11. Ao Serviço de Redação - **SERED** compete:*

*I - redigir, revisar, informar e opinar sobre a documentação oficial do Ministro de Estado e do Gabinete; e*

*II - manter atualizado o Manual de Redação, a fim de orientar as unidades do Ministério e de suas entidades vinculadas.*

*Art. 12. Ao Serviço de Imagem - **SEMAM** compete:*

*I - produzir vídeos, filmes, slides e demais impressões para mostras visuais das ações do Ministério;*

*II - registrar a presença de convidados em audiência e demais eventos solenes do Ministério; e*

*III - manter atualizado álbum de registros de filmes e vídeos de eventos que contem com a presença do Ministro.*

*Art.13. Ao Serviço de Pesquisa - **SEPEQ** compete elaborar roteiro de arquivo da documentação expedida, recebida e/ou produzida no Gabinete.*

*Art. 14. À Divisão de Relações Públicas - **DIREP** compete:*

*I - elaborar e executar planos e campanhas de relações públicas do Ministério;*

*II - organizar e/ou participar de promoções, eventos e cerimônias, no âmbito do Ministério, supervisionando o funcionamento do auditório;*

*III - elaborar e manter atualizada a lista de autoridades do Governo e do Ministério; e*

*IV - promover contatos com o público externo, prestando informações de interesse coletivo.*

*Art. 15. Ao Serviço de Eventos - **SEVENT** compete executar atividades relacionadas aos eventos programados pelo Ministério, sob a supervisão do Chefe de Gabinete.*

*Art. 16. Ao Serviço de Apoio Técnico - **SEAT** compete realizar trabalhos de apoio operacional de sua unidade.*

*Art. 17. Ao Serviço de Relações Internas - **SERIN** compete:*

*I - manter articulação com os serviços homólogos das entidades vinculadas; e*

*II - articular junto aos órgãos técnicos do Ministério, para efetiva participação dos setores nos eventos realizados.*

*Art. 18. À Divisão de Atendimento ao Público - **CDT** compete orientar o público interno e externo, a respeito das ações desenvolvidas pelo Ministério e entidades vinculadas.*

Assim, a Assessoria de Comunicação Social realiza as seguintes atividades:

- interface entre autoridades do Ministério de profissionais da imprensa no desempenho de suas tarefas (levantamento de pautas; entrevistas; divulgação de relatórios de gestão; reportagens,

captação de imagens fotográficas e de vídeo; cobertura de eventos especiais e atividades gerais constantes da agenda do senhor ministro, e demais autoridades do Ministério dos Transportes);

- cobertura de viagens; agenda oficial das autoridades em todo o território nacional; divulgação e publicação de informações de interesse do Ministério dos Transportes nos diversos meios de comunicação da imprensa nacional e regional; e
- demais atividades decorrentes do relacionamento com a mídia.

No ano de 2011, contou com as seguintes empresas terceirizadas contratadas para prestarem os serviços abaixo mencionados:

**Tabela IV: Empresas contratadas que prestaram serviços de Comunicação Social.**

<b>Empresa</b>	<b>Objeto</b>	<b>Valor Mensal (R\$)</b>
EBC Empresa Brasil de Comunicação Contrato N° 41/2010	fornecimento de Mídia Impressa	14.535,00
BG Press Fotojornalismo Contrato N° 05/2011	serviços fotográficos	(Valor Estimado) 4.833,00
Consultoc Contrato N° 11/2011	web clipping	1.750,00
Som e Letras Contrato N° 43/2006	monitoramento radiofônico	24.833,33
Clip & Clipping Contrato N° 024/2005	clipping televisivo	5.833,30
RRN Comunicação Contrato N° 27/2007	assessoria de imprensa	73.416,55

A gestão dos contratos acima relacionados foi subdelegada à servidora Dulce Raquel Zanetti da Silva, que, durante o ano de 2011, atestou as notas fiscais referentes à prestação dos serviços realizados.

Os Contratos firmados com as empresas Som e Letras e Clip e Clipping tiveram suas vigências encerradas em 10/08/2011 e 23/08/2011, respectivamente, e não foram objeto de licitação por parte deste Órgão, até esta data.

O Contrato n° 14/2009-MT firmado com a empresa LINK Bagg Comunicação, para a execução dos serviços de publicidade, teve a fiscalização da servidora Sheila Santos Portal, responsável pela área de publicidade da Assessoria de Comunicação do Ministério dos Transportes, e contemplou os seguintes serviços:

- a) Estudo, concepção, criação, execução interna, supervisão da execução externa e distribuição de campanhas, peças e materiais publicitários;
- b) Pesquisas de pré-teste e pós-teste vinculadas à concepção e criação de campanhas, peças e materiais publicitários;
- c) Elaboração de marcas, de expressões de propaganda, de logotipos e outros elementos de comunicação visual.

É de competência da área de publicidade, gerar as demandas, supervisionar, acompanhar a execução dos serviços contratados e verificar o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando não corresponderem ao desejado ou especificado, bem como atestar o trabalho e as respectivas notas fiscais para pagamento dos serviços, após a entrega do material ou serviço concluído.

## Ações de publicidade realizadas em 2011

Veiculação de campanha de utilidade pública de prevenção de acidentes visando mobilizar a sociedade para importância e a necessidade da educação e prudência no trânsito nas rodovias federais como forma de prevenir acidentes. Alertando para os conceitos básicos de responsabilidade ao volante. Esta campanha foi produzida e iniciou sua veiculação em dezembro de 2009 e continuou a ser veiculada no exercício de 2011, nos meios de comunicação televisão e revista, em mercado nacional, conforme descrito a seguir:

### Janeiro/2011

Foram veiculadas 70 inserções em TV aberta - Nacional e 13 inserções em revistas de interesse geral e segmentadas.

### Fevereiro/2011

Foram veiculadas 43 inserções em TV aberta - nacional e 6 inserções em revistas de interesse geral e segmentadas.

### Junho/2011

Continuidade da veiculação da campanha de Prevenção de Acidentes, no período de 20 a 26/6/2011, com um jingle de 30" e peças de internet (com 3 formatos distintos) nos estados de maior incidência de acidentes (conforme dados da PRF) - RS, SC, PR, MG e RJ, além do DF.

### Dezembro/2011

No período de 26 a 31 de dezembro/2011, veiculação dos filmes "Família" e "Sonhos", com 30" (cada) que foram criados e produzidos, conforme diretrizes estabelecidas pela Casa Civil, com uma abordagem mais chocante e com maior foco no excesso de velocidade e na imprudência. Veiculação - Em TV aberta, com cobertura nacional, programação diversificada em programas de jornalismo, shows, novelas, auditório e reportagem.

Dentro da estrutura da Assessoria de Comunicação está a Divisão de Relações Públicas – DIREP, que, em razão de suas atribuições, exerce as seguintes atividades:

- Planejar, coordenar e controlar a execução das atividades de cerimonial e relações públicas do Gabinete do Ministro;
- Zelar pela observância das normas do cerimonial público nos eventos a que compareça o Ministro de Estado dos Transportes;
- Promover articulação do Gabinete com Órgãos, Entidades e Organismos para realização de eventos a que o Ministro compareça;
- Recepcionar as autoridades a serem recebidas pelo Ministro;
- Organizar e supervisionar os eventos em que esteja presente o Ministro no âmbito do Ministério dos Transportes;
- Assistir ao Ministro em sua representação social, mediante a preparação de sua participação em eventos com a realização de visitas precursoras;
- Coletar dados para subsidiar os compromissos do Ministro;
- Propor ao Chefe de Gabinete a aprovação dos processos de concessão de passagens nacionais do Ministro e seus assessores;
- Preparar a agenda de viagens nacionais do Ministro, assessorando o Chefe de Gabinete na sua elaboração;
- Organizar a documentação necessária às viagens nacionais do Ministro, bem como providenciar o *check-in*, apoio de segurança, embarque e desembarque;
- Participar do planejamento, organização e acompanhamento de viagens do Ministro, bem como assessorá-lo em seus deslocamentos no Brasil;
- Registrar e responder convites formulados ao Ministro e ao Chefe de Gabinete;

- Organizar e manter atualizado banco de dados de autoridades do setor público e privado de interesse do Ministério.

À **Assessoria Administrativa - ASSAD**, conforme disposto no artigo 19 da Portaria 399 de 14 de julho de 2004, compete:

*“I - supervisionar os serviços de arquivo, protocolo, registro e controle de entradas e saídas de expedientes no âmbito do Gabinete do ministro; II - controlar as atividades relacionadas a pessoal, suprimentos, controle orçamentário e informática no âmbito do Gabinete do Ministro e III - centralizar, receber e acompanhar de forma consolidada os relatórios gerados pelo sistema de informações gerenciais dos órgãos específicos e singulares da estrutura do Ministério, relativos a planos, programas, projetos empreendimentos e operações especiais, objetivando prestar informações atualizadas para subsidiar as decisões do Ministro de Estado.”*

A ASSAD é responsável pela tramitação de todos os assuntos que chegam ao Gabinete do Ministro, sendo responsável, ainda, pela análise e encaminhamento daqueles que não integram o rol de atribuições das Assessorias: Parlamentar, Comunicação Social e Internacional.

A análise feita pela ASSAD busca proceder a definição, instrução e destinação do assunto, e no caso de retorno da instrução, confirmar, corrigir e adequá-lo, antes de ser submetido à apreciação do Sr. Ministro.

A ASSAD conta com três divisões, que possuem as competências descritas nos artigos 20 a 27 da Portaria acima citada:

*“Art. 20. À Divisão de Apoio Administrativo - **DIADI** compete orientar, supervisionar e executar as atividades de administração no âmbito do Gabinete.*

*Art. 21. Ao Serviço de Documentação - **SEDOC** compete:*

*I - analisar, classificar e cadastrar correspondências recebidas e expedidas, no âmbito do Gabinete; e*

*II - organizar e manter atualizado o sistema de arquivo da documentação oficial dirigida às unidades integrantes do Gabinete.*

*Art. 22. Ao Serviço de Registro e Expedição - **SEREX** compete:*

*I - executar a triagem e distribuição das correspondências recebidas; e*

*II - manter arquivo atualizado da unidade.*

*Art. 23. Ao Serviço de Arquivo - **SEARQ** compete controlar os expedientes, no âmbito do Gabinete do Ministro, emitindo relatórios sobre sua movimentação.*

*Art. 24. À Divisão de Assistência Técnica - **DIATE** compete:*

*I - promover a publicação e o acompanhamento dos atos oficiais assinados pelo Ministro; e*

*II - acompanhar, no Diário Oficial da União, matérias de interesse do Ministério.*

*Art. 25. À Divisão de Atividades Auxiliares - **DIAUX** compete:*

*I - planejar, organizar e controlar as atividades de administração de material e serviços gerais necessários às unidades do Gabinete, bem como elaborar e acompanhar a execução do orçamento; e*

*II - apoiar as unidades do Gabinete nas suas necessidades de patrimônio, transportes, comunicações, reprografia e instalações físicas.*

*Art. 26. Ao Serviço de Controle - **SECONT** compete controlar o estoque de material de expediente, bem como os bens patrimoniais à disposição do Gabinete, elaborando, periodicamente, o inventário.*

*Art. 27. Ao Serviço de Apoio Operacional - **SEAPO** compete desenvolver atividades de apoio, necessárias ao Gabinete do Ministro.”*



Como responsável por todos os assuntos que entram no GM, a DIADI faz uma triagem, para verificar se existe prazo, se é assunto novo ou se diz respeito a assunto já registrado no Sistema Integrado de Acompanhamento de Documentos e Processos - SICAP. Se for assunto novo é distribuído para registro no SICAP e encaminhado à assessoria responsável pela matéria. Se o expediente já foi cadastrado no MT, este é juntado a uma cópia dos antecedentes e encaminhado para registro no SICAP, em seguida, é distribuído às assessorias competentes para análise.

Ao cadastrar os documentos no SICAP, a DIADI extrai do assunto principal algumas palavras chave e as registra no sistema, com o objetivo de facilitar sua localização em futuras pesquisas.

Após análise pelas áreas competentes, a DIADI providencia os encaminhamentos por elas definidos, normalmente, através de memorandos, memorandos – circulares, cartas, ofícios, ofícios – circulares, papeletas, despachos e outros.

No exercício de 2011, foram expedidos pelo GM os seguintes documentos:

**Tabela V: Documentos expedidos pelo GM**

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>
Aviso	228
Carta	078
E.M	072
E.M Interministerial	006
Fax (com numeração	04
Memorando	1.528
Memorando Circular	027
Notas Técnicas	001
Ofício	2.719
Ofício-Circular	011
Despachos Numerados	536
Papeletas de Providência	2.070
<b>Total</b>	<b>7.280</b>

A DIADI é responsável, ainda, pelo encaminhamento das frequências, férias e licenças-médicas à Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH; recebimento e distribuição dos contra cheques e comprovantes de rendimentos de cada servidor, bem como organização das faturas telefônicas do GM.

Já a Divisão de Assistência Técnica –DIATE, compete promover a publicação e o acompanhamento dos atos oficiais assinados pelo Ministro, bem como acompanha, no Diário Oficial da União – D.O.U, as matérias de interesse do Ministério.

Os atos encaminhados à Imprensa Nacional são: portarias, despachos de afastamentos do país, julgamentos, extratos de convênio, retificações, entre outros.

A DIATE realiza o acompanhamento do Diário Oficial, de todos os assuntos que dizem respeito ao Ministério dos Transportes, ocasião em que, confirmada a publicação de determinada matéria de responsabilidade do GM, certifica no documento que deu origem à publicação: a data, número do diário, página e seção, em seguida devolve o assunto à Assessoria Administrativa para despacho conclusivo da tramitação no Gabinete.

Cabe ressaltar que após a publicação de um ato de nomeação é fornecido ao nomeado todos os documentos necessários ao seu cadastro funcional, para, após preenchimento, encaminhá-los à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do MT.

No exercício de 2011, foram enviados à Imprensa Nacional, para publicação, os seguintes atos:

**Tabela VI: Atos enviados à Imprensa Nacional.**

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>
<b>Despachos</b>	
despacho de afastamento do país	<b>72</b>
outros assuntos	<b>10</b>
<b>Portarias</b>	
Pessoal	153
PADs e /Sindicâncias	72
Interministerial	01
Regulamentares	129
<b>Total de Portarias</b>	<b>355</b>
<b>Julgamento</b>	<b>24</b>
<b>Extrato de Convênio</b>	<b>16</b>
<b>Total de atos publicados</b>	<b>477</b>

*Obs.: Tramitam ainda na ASSAD as Portaria Conjuntas – Ministério dos Transportes e a Procuradoria Geral Federal – para constituição de comissões disciplinares e das Portarias Interministeriais originadas em outros Ministérios. Tais informações são de responsabilidade da Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD, e serão inseridas no Relatório de Gestão consolidado pela Secretaria Executiva/MT.*

No mesmo período, foram registradas as seguintes tramitações de documentos e processos no âmbito do GM:

#### **Entrada de documentos**

Data	Quantidade
01/01/2011 a 31/12/2011	11.185

#### **Saída de documentos**

Data	Quantidade
01/01/2011 a 31/12/2011	8.359

#### **Documentos arquivados**

Data	Quantidade
01/01/2011 a 31/12/2011	485

#### **Documentos distribuídos**

Data	Quantidade
01/01/2011 a 31/12/2011	2.797

#### **Documentos encaminhados para guarda na biblioteca**

Data	Quantidade
01/01/2011 a 31/12/2011	075

#### **Entrada de processos**

Data	Quantidade
01/01/2011 a 31/12/2011	536

#### **Saída de processos**

Data	Quantidade
01/01/2011 a 31/12/2011	536

Outros atos registrados e encaminhados pelo GM são as Exposições de Motivo que, atualmente, tramitam pelo Sistema de Geração e Transmissão de Documentos Oficiais – SIDOF, com a finalidade de levar ao conhecimento do Sr. Presidente da República informações sobre determinados assuntos, proposições de medidas, bem como submeter à sua consideração projetos de atos normativos.

No exercício de 2011, foram registradas e enviadas as seguintes Exposições de Motivos:

**Tabela VII: Exposição de Motivos do Ministério dos Transportes**

<b>MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS - 2011</b>		
<b>EXPOSIÇÃO DE MOTIVO</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>SITUAÇÃO EM 31/12/2011</b>
EM Nº 00001/MT, de 18/01/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM Nº 00002/MT, de 18/01/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM Nº 00003/MT, de 18/01/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM Nº 00004/MT, de 18/01/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM Nº 00005/MT, de 18/01/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	CONCLUÍDO
EM Nº 00006/MT, de 18/01/2011	<u>DECRETO PESSOAL</u>	CONCLUÍDO
EM Nº 00007/MT, de 24/01/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM Nº 00008/MT, de 24/01/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM Nº 00009/MT, de 24/01/2011	<u>PROJETO DE LEI</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM Nº 00010/MT, de 24/01/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM Nº 00011/MT, de 17/02/2011	<u>PROJETO DE LEI</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM Nº 00012/MT, de 18/02/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM Nº 00013/MT, de 18/02/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM Nº 00014/MT, de 16/03/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM Nº 00015/MT, de 29/03/2011	<u>EM PARA MENSAGEM</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM Nº 00016/MT, de 29/03/2011	<u>EM PARA MENSAGEM</u>	NÃO CONCLUÍDO

EM Nº 00017/MT, de 20/04/2011	<u>DECRETO PESSOAL</u>	CONCLUÍDO
EM Nº 00018/MT, de 20/04/2011	<u>EM PARA MENSAGEM</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM Nº 00019/MT, de 16/05/2011	<u>DECRETO PESSOAL</u>	CONCLUÍDO
EM Nº 00020/MT, de 26/05/2011	<u>EM PARA DESPACHO</u>	CONCLUÍDO
EM Nº 00021/MT, de 15/06/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM Nº 00022/MT, de 15/06/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM Nº 00023/MT, de 27/06/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM Nº 00024/MT, de 27/06/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM Nº 00025/MT, de 14/07/2011	EM PARA MENSAGEM	NÃO CONCLUÍDO
EM Nº 00026/MT, de 18/07/2011	<u>DECRETO PESSOAL</u>	CONCLUÍDO
EM Nº 00027/MT, de 20/07/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	CONCLUÍDO
EM Nº 00028/MT, de 20/07/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	CONCLUÍDO
EM Nº 00029/MT, de 20/07/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	CONCLUÍDO
EM Nº 00030/MT, de 26/07/2011	<u>DECRETO PESSOAL</u>	CONCLUÍDO
EM Nº 00031/MT, de 26/07/2011	<u>DECRETO PESSOAL</u>	CONCLUÍDO
EM Nº 00032/MT, de 26/07/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	CONCLUÍDO
EM Nº 00033/MT, de 26/07/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	CONCLUÍDO
EM Nº 00034/MT, de 27/07/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	CONCLUÍDO
EM Nº 00035/MT, de 27/07/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	CONCLUÍDO
EM Nº 00036/MT, de 28/07/2011	<u>DECRETO PESSOAL</u>	CONCLUÍDO
EM Nº 00037/MT, de	<u>DECRETO PESSOAL</u>	CONCLUÍDO

28/07/2011		
EM N° 00038/MT, de 29/07/2011	<u>DECRETO PESSOAL</u>	CONCLUÍDO
EM N° 00039/MT, de 29/07/2011	<u>DECRETO PESSOAL</u>	CONCLUÍDO
EM N° 00040/MT, de 30/08//2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	CONCLUÍDO
EM N° 00041/MT, de 30/08//2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	CONCLUÍDO
EM N° 00042/MT, de 30/08//2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	CONCLUÍDO
EM N° 00043/MT, de 30/08//2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	CONCLUÍDO
EM N° 00044/MT, de 30/08/2011	<u>EM PARA MENSAGEM</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM N° 00045/MT, de 01/09/2011	<u>DECRETO PESSOAL</u>	CONCLUÍDO
EM N° 00046/MT, de 13/09/2011	<u>EM PARA MENSAGEM</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM N° 00047/MT, de 16/09/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	CONCLUÍDO
EM N° 00048/MT, de 16/09/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	CONCLUÍDO
EM N° 00049/MT, de 05/10/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	CONCLUÍDO
EM N° 00050/MT, de 05/10/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	CONCLUÍDO
EM N° 00051/MT, de 05/10/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	CONCLUÍDO
EM N° 00052/MT, de 05/10/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	CONCLUÍDO
EM N° 00053/MT, de 05/10/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM N° 00054/MT, de 05/10/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM N° 00055/MT, de 05/10/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	CONCLUÍDO
EM N° 00056/MT, de 13/10/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	CONCLUÍDO
EM N° 00057/MT, de 13/10/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	CONCLUÍDO
EM N° 00058/MT, de	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO

21/10/2011		
EM N° 00059/MT, de 21/10/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM N° 00060/MT, de 01/11/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM N° 00061/MT, de 01/11/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM N° 00062/MT, de 01/11/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM N° 00063/MT, de 01/11/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM N° 00064/MT, de 23/11/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM N° 00065/MT, de 24/11/2011	<u>DECRETO PESSOAL</u>	CONCLUÍDO
EM N° 00066/MT, de 24/11/2011	<u>DECRETO PESSOAL</u>	CONCLUÍDO
EM N° 00067/MT, de 13/12/2011	<u>EM PARA MENSAGEM</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM N° 00068/MT, de 15/12/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM N° 00069/MT, de 15/12/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM N° 00070/MT, de 15/12/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM N° 00071/MT, de 22/12/2011	<u>DECRETO PESSOAL</u>	CONCLUÍDO
EM N° 00072/MT, de 26/12/2011	<u>DECRETO SEM NÚMERO</u>	NÃO CONCLUÍDO

E, ainda, foram registradas e enviadas as seguintes Exposições de Motivos Interministeriais originadas no MT e em outros órgãos:

**Tabela VIII: Exposição de Motivos Interministerial – Origem MT.**

<b>EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS INTERMINISTERIAL 2011 – ORIGEM MT</b>		
<b>EXPOSIÇÃO DE MOTIVO</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
EMI Nº 00001/MT/MMA/MPOG, 23/02/2011.	DECRETO NORMATIVO	CONCLUÍDO
EMI Nº 00002/MT/MJ/MPOG/MD/MMA/MDA 23/02/2011	DECRETO NORMATIVO	NÃO CONCLUÍDO
EMI Nº 00003/MT/MF, 13/04/2011	PROJETO DE LEI	NÃO CONCLUÍDO
EMI Nº 00004/MT/MPOG, DE 05/09/2011	DECRETO NORMATIVO	NÃO CONCLUÍDO
EMI Nº 00005/MT/MP, DE 28/10/2011	DECRETO NORMATIVO	NÃO CONCLUÍDO

**Tabela IX: Tabela de Exposições de Motivos Interministeriais – Outros Órgãos**

<b>EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS INTERMINISTERIAL 2011 – OUTROS ÓRGÃOS</b>		
<b>SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA</b>		
<b>EXPOSIÇÃO DE MOTIVO</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
EMI Nº 17/SDH/SEPP/IR/SPMULHERES/MT/MC/MinC/MTur/MTE/MPOG/ME/MDS/MDA/MCIDADE/MS/MPS/MJ/MEC, de 28/04/2011.	DECRETO NORMATIVO	NÃO CONCLUÍDO
<b>MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE</b>		
<b>EXPOSIÇÃO DE MOTIVO</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
MMA 00007 2011 MT Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis-PROFAS	DECRETO NORMATIVO	NÃO CONCLUÍDO
<b>MINISTÉRIO DA DEFESA</b>		
<b>EXPOSIÇÃO DE MOTIVO</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
E.M. Interministerial nº 00017/SEP/MF/MT/MD, de 19/01/2011	<u>DECRETO NORMATIVO</u>	NÃO CONCLUÍDO
E.M. Nº 00020/MD/MT/MPA	<u>DECRETO NORMATIVO</u>	NÃO CONCLUÍDO
E.M. I.Nº 00328/MD/MPA/MT, de 12/12/2011	<u>DECRETO NORMATIVO</u>	NÃO CONCLUÍDO

<b>MINISTÉRIO DA JUSTICA</b>		
<b>EXPOSIÇÃO DE MOTIVO</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
EMI Nº 00129 - MJ/MD/MF/MRE/MT/CC-PR, de 10/06/2011.	<u>DECRETO NORMATIVO</u>	NÃO CONCLUÍDO
<b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b>		
<b>EXPOSIÇÃO DE MOTIVO</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
EMI Nº 97/2011 - MF/MT, de 13/07/2011	<u>DECRETO NORMATIVO</u>	CONCLUÍDO
EMI Nº 99/2011 - MF/MT, de 14/07/2011.	<u>DECRETO NORMATIVO</u>	CONCLUÍDO
EMI Nº 00132/2011 - MF/MC/MT/MI/MCidades/MCT/MME, de 16/08/2011.	<u>DECRETO NORMATIVO</u>	CONCLUÍDO
EMI Nº 00137/2011 - MF/MT, de 25/08/2011.	<u>MEDIDA PROVISÓRIA</u>	CONCLUÍDO
<b>INISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES</b>		
<b>EXPOSIÇÃO DE MOTIVO</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
EMI Nº 00132 MRE/MD/MF/MT/MIN, de 25/03/2011.	<u>PROJETO DE MENSAGEM</u>	NÃO CONCLUÍDO
EMI 00138 MRE/MD/MT, de 28/03/2011.	<u>DECRETO NORMATIVO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EMIº 00218 MRE/MT/MIN/GSI, de 16/05/2011.	<u>DECRETO NORMATIVO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EMI Nº 00236 MRE/MTE/MI/GSI, de 19/05/2011.	<u>PROJETO DE MENSAGEM</u>	NÃO CONCLUÍDO
EMI Nº 00258 MRE MD/MF/MT, de 20/05/2011.	<u>DECRETO NORMATIVO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EMI Nº 00285 MRE/MT/MI/GSI, de 09/06/2011.	<u>DECRETO NORMATIVO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EMI No 00405 MRE/MT/MTUR, de 15/08/2011.	<u>PROJETO DE MENSAGEM</u>	NÃO CONCLUÍDO
<b>MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO</b>		
<b>EXPOSIÇÃO DE MOTIVO</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
EMI Nº 00120/2011/MP/MME/MT/MEC, de 15/06/2011.	<u>DECRETO NORMATIVO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM Interministerial nº 00136/2011/MP/MRE/MT/MC/MME/MI/SEP-PR/SAC-PR/MF/MDIC, de 30/06/2011.	<u>DECRETO NORMATIVO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM Interministerial nº 00318/2011/MP/MT, de 08/12/2011	<u>DECRETO NORMATIVO</u>	NÃO CONCLUÍDO
EM Interministerial nº 00162/2011/MP/MT, DE 28/07/2011	<u>DECRETO NORMATIVO</u>	NÃO CONCLUÍDO.



Observação: A EM Interministerial nº 00318/2011/MP/MT, de 08/12/2011, Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério dos Transportes, e revoga o inciso V no art. 1º do Decreto nº 6.521, de 30 de julho de 2008, que prorroga, em caráter excepcional, o prazo de remanejamento dos cargos em comissão que menciona, e dá outras providências.

As atribuições da Divisão de Atividades Auxiliares – DIAUX, do Serviço de Controle – SECONT, e do Serviço de Apoio Operacional – SEAPO, ao longo do exercício de 2011, se desenvolveram de acordo com o Regimento do GM.

À **Assessoria Internacional – ASINT**, nos termos do disposto no artigo 28, da Portaria 399, de 14 de julho de 2004, compete:

*“I - subsidiar o Ministro na condução de assuntos pertinentes a organismos e fóruns internacionais, entidades e governos estrangeiros;*

*II - coordenar e supervisionar as atividades de caráter internacional, sempre em estreito entendimento com os demais órgãos do Ministério e entidades vinculadas, em estrita observância aos ditames da política externa brasileira; e*

*III - analisar as solicitações de afastamento do país de servidores do Ministério e entidades vinculadas, bem como se encarregar da tradução de expedientes que tramitam pelo Gabinete do Ministro.”*

A ASINT conta com três divisões, cada uma delas com as competências descritas nos artigos 29 a 31 da mencionada Portaria:

*“Art. 29 - À Divisão de Relações Bilaterais – **DIRB** compete:*

*I - analisar e acompanhar as negociações, ajustes e aplicação de acordos, convênios e outros instrumentos bilaterais de interesse setorial junto a organismos internacionais, prestando assessoria nas relações entre essas entidades, o Ministério das Relações Exteriores e os governos estrangeiros; e*

*II - participar da elaboração de programas e/ou projetos de cooperação técnica, científica e tecnológica, coordenando sua execução.*

*Art. 30 - À Divisão de Relações Multilaterais - **DIRM** compete:*

*I - acompanhar os entendimentos e as negociações de compromissos no que tange ao comércio de serviços de transportes, no âmbito dos organismos e fóruns internacionais multilaterais, de modo a consolidar a posição do Ministério dos Transportes perante essas entidades; e*

*II - participar ativamente das ações que visam à integração das Infraestruturas de transportes no Hemisfério Ocidental.*

*Art. 31 - Ao Serviço de Apoio Internacional - **SEAI** compete:*

*I - desempenhar atividades administrativas;*

*II - manter atualizado e organizado o arquivo internacional; e*

*III - preparar os expedientes relativos a afastamento do país.”*

No âmbito das relações bilaterais e multilaterais destacam-se as seguintes atividades:

### **Argentina**

- Novas travessias rodoviárias sobre o rio Uruguai: estudo de viabilidade a ser contratado em 3/2/2012, com prazo de conclusão até outubro de 2012.
- Ponte internacional Uruguiana/Paso de Los Libres sobre o rio Uruguai: licitação em análise pelo DNIT para contratação da obra de recuperação da metade da ponte, ficando a outra metade por conta da parte argentina.

- Ponte internacional sobre o rio Peperi-Guaçu, ligando a BR-282/SC e a Ruta 14, na Província de Misiones: Acordo para a construção da ponte assinado em 31 de janeiro de 2011, em tramitação no Congresso Nacional.

#### **Bolívia**

- Ponte internacional sobre o rio Mamoré, ligando as cidades de Guajará-Mirim-RO e Guayaramerín: em fase de reformulação os projetos básico e executivo de engenharia, bem como o projeto do posto único de fronteira, com vistas a baixar o custo das obras.

#### **Guiana Francesa**

- Ponte internacional sobre o rio Oiapoque, ligando as cidades de Oiapoque-AP e Saint-Georges de l'Oyapock: obra concluída, restando terminar as obras de construção das instalações de fronteira e do acesso à ponte, do lado brasileiro.

#### **Paraguai**

- Segunda ponte internacional sobre o rio Paraná, ligando Foz do Iguazu/Porto Meira-PR e Presidente Franco: projetos básico e executivo de engenharia em fase de reexame pelo DNIT, com vistas a baixar seu custo.

#### **Uruguai**

- Ponte Barão de Mauá sobre o rio Jaguarão, ligando as cidades de Jaguarão-RS e Rio Branco: projeto de engenharia para a recuperação da ponte em fase de elaboração.
- Segunda ponte internacional sobre o rio Jaguarão, ligando as cidades de Jaguarão-RS e Rio Branco: concluído o estudo de viabilidade, cujo relatório final está sendo analisado pela parte uruguaia. Estudos ambientais em fase de elaboração.

Além desses, a ASINT participa de reuniões para acompanhamento de projetos em estudo ou em execução, como a Hidrovia Uruguai-Brasil, integração ferroviária, corredores bioceânicos rodoviários e ferroviários, dentre outros.

Em relação à cooperação multilateral, a ASINT participa ou acompanha os assuntos tratados no escopo do Mercosul-União Europeia, da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), do Conselho da Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN/UNASUL) e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

No âmbito da cooperação bilateral, as atividades se concentram no fortalecimento institucional e visam à transferência ou absorção de experiências, tecnologias e conhecimentos específicos em transportes, através do envio/vinda de especialistas e da organização de workshops, seminários e reuniões de trabalho.

A cooperação prestada pelo Ministério dos Transportes se dá mediante o atendimento de demandas advindas da via diplomática, com atuações pontuais na América do Sul e eventualmente em alguns países da África e Ásia, com vistas à promoção do desenvolvimento socioeconômico dos países parceiros e à inserção do Brasil como centro difusor de conhecimento.

No que tange à cooperação científico-tecnológica estritamente vertical, o Ministério dos Transportes tem intensificado ações combinadas com diversos países que detêm expertise em diferentes campos do setor de transportes. Para tanto, são firmados instrumentos internacionais que permitem catalisar novos conhecimentos, métodos, técnicas e capacitação de especialistas/profissionais, culminando em ganhos de escala significativos.

No decorrer de 2011 a ASINT acompanhou o Ministro dos Transportes em audiências com 21 autoridades estrangeiras e suas delegações, que vieram tratar de temas tais como investimentos em grandes projetos brasileiros, em especial aqueles ligados à realização da Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016, implantação do Trem de Alta Velocidade e outros assuntos de interesse das partes.

Coube também à ASINT a tradução, elaboração e análise de textos de instrumentos internacionais, além de documentos diversos.

c) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade.

Não se aplica em nenhum dos subitens.

d) Desempenho Orçamentário Financeiro

Por não ser constituída como uma unidade orçamentária, o GM não executa créditos iniciais recebidos pela LOA ou créditos adicionais obtidos ao longo do exercício. Neste item serão apresentadas apenas as informações sobre as despesas com suprimentos de fundo e diárias; as demais constarão nas informações a serem consolidadas pela Secretaria-Executiva deste Ministério.

**Tabela X: Despesa por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação.**

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2010	2011	2010	2011
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimentos de Fundos	3.522,35	1.260,33	3.522,35	1.260,33
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Diárias	183.917,04	42.774,58	183.917,30	42.774,58
<b>Outros</b>				

Fonte: CGRL/SAAD

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Não se aplica uma vez que o Gabinete não movimenta créditos ou recursos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

4. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não se aplica.

5. Informações sobre a composição de Recursos Humanos.

a) Composição do Quadro de Servidores Ativos.

**Tabela XI – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2011	Egressos em 2011
	Autorizada	Efetiva		
<b>1 Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>	-	-	-	-
<b>1.1 Membros de poder e agentes políticos</b>	-	-	-	-
<b>1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)</b>	-	-	-	-
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		38	2	2
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	14	-	5
<b>2. Servidores com Contrato Temporários</b>	-	-	-	-
<b>3. Total de Servidores (1+2)</b>	-	<b>52</b>	<b>2</b>	<b>7</b>

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Humanos/MT.

**Tabela XII – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12**

Tipologia dos Afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1. Cedidos</b>	-
1.2. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
<b>2. Afastamentos</b>	-
2.1. Para o exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País.	-
<b>3. Removidos</b>	-
3.1 De ofício, no interesse da Administração.	-
3.2. A Pedido, a critério da Administração.	-
3.3 A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro.	-
3.4. A Pedido, independentemente do interesse da Administração por motivo de saúde.	-
3.5. A Pedido, independentemente do interesse da Administração por processo seletivo.	-
<b>4. Licença Remunerada</b>	-
4.1 Doença em pessoa da Família	-
4.1 Capacitação	-
<b>5. Licença não Remunerada</b>	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.3. Interesses Particulares	-
5.3. Mandato Classista	-
<b>6. Outras situações (Especificar o ato normativo)</b>	-
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro</b>	-

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Humanos/MT.

**Tabela XIII – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)**

Tipologias dos Cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos em 2011	Egressos em 2011
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>	-	-	-	-
1.1 Cargos Natureza Especial	-	01	02	01
1.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	54	-	17
1.2.1. Servidores de Carreira vinculados ao órgão	-	15	-	01
1.2.2. Servidores de Carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	09	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	29	-	15
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
<b>2. Funções Gratificadas</b>	-	-	-	-
2. 1. Servidores de Carreira vinculados ao órgão	-	19	-	02
2. 2. Servidores de Carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2. 3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	01	-	-
<b>3. Total de Servidores em cargo e em função</b>	-	<b>20</b>	-	-

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Humanos/MT.

**Tabela XIV – Quantidade de servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	-	-	-	-	-
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2 Servidores de carreira	06	02	03	09	05
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	02	-	01	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	11	13	11	12	08
2.3. Funções gratificadas	01	01	02	09	05
<b>3. Totais</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>16</b>	<b>31</b>	<b>18</b>

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Humanos/MT.

**Tabela XV – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	01	04	23	20	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	03	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	01	15	41	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	01	03	11	03	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	<b>02</b>	<b>08</b>	<b>49</b>	<b>67</b>	-	-	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Humanos/MT.

b) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Tabela XVI - Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31 de Dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
<b>1 Integral</b>	-	-
1.2 Compulsório	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
<b>2 Proporcional</b>	-	-
2.1 Voluntária	01	-
2.2 Compulsório	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
<b>3. Totais</b>	<b>01</b>	<b>-</b>

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Humanos/MT.

Tabela XVII - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
<b>1. Aposentado</b>	-	-
1.2 Integral	-	-
1.3 Proporcional	-	-
<b>2. Em Atividade</b>	-	-
<b>3. Total</b>	-	-

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Humanos/MT.

c) Composição do Quadro de Estagiários

Tabela XVIII - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa do exercício (Em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	-	-	-	-	-
1.2 Área Fim	-	-	-	-	-
1.3 Área Meio	6	6	6	6	47.285,90
<b>2. Nível Médio</b>	-	-	-	-	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	4	4	5	5	21.494,80
<b>3. Total</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>68.780,70</b>

Fonte: Dados da Planilha de Controle de Lotação de Estagiários da Divisão de Treinamento e Capacitação de Recursos Humanos (DICT), ano de 2011.

Observações: 1) os dados abrangem contratos para estagiários de nível superior 6h (R\$ 520,00 p/mês) e 4h (r\$ 364,00 nível médio 6h (R\$ 290,00) e 4h (R\$ 203,00 p/mês). As quantidades apresentadas em cada trimestre referem-se a uma média do número de estagiários da Unidade em cada mês.

d) Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada.

Informação será apresentada pela unidade agregadora devido ao fato de os custos serem apurados de forma centralizada.

e) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada.

**Tabela XIX – Cargos e Atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ.**

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Técnico em Secretariado	06	05	-	03	01
Secretário Executivo	09	07	-	02	-
Assistente Administrativo	02	-	-	02	-
<b>Análise crítica da situação da terceirização no órgão</b>					

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Humanos/MT.

f) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.

Não há, no âmbito do Gabinete, indicadores gerenciais sobre a área de pessoal. Informação será apresentada pela unidade agregadora – Secretaria-Executiva/MT – uma vez que os contratos são centralizados e geridos pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD.

6. Instrumentos de transferências vigentes no exercício.

Informação será apresentada pela unidade agregadora.

7. Modelo de declaração de dados no SIASG e SICONV.

Informação será apresentada pela unidade agregadora.

8. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.

Informação será apresentada pela unidade agregadora.

9. Estrutura de controles internos da UJ.

**Tabela XX: Estrutura de controles internos da UJ**

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		

<b>Aspectos do sistema de controle interno</b>	<b>Avaliação</b>				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
<b>Monitoramento</b>	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais:					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válida.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ</p>					



## 10. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.

Não se aplica ao GM uma vez que não compete a esta Unidade a aquisição de bens/produtos e contratação de obras e serviços.

## 11. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Não se aplica ao GM uma vez que não há Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade desta Unidade.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos: planejamento da área; perfil dos recursos humanos envolvidos; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas e contratação e gestão de bens e serviços de TI.

Não se aplica ao GM, uma vez que a gestão de tecnologia da informação é feita pela Coordenação Geral de Modernização e Informática – CGMI, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD.

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

Os dados informados neste item se referem às despesas com Cartão Corporativo dos supridos lotados nesta Unidade Jurisdicionada. Cabe ressaltar que, a Unidade Gestora, responsável pelas despesas do GM é a Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD cujas informações serão consolidadas pela Secretaria-Executiva/MT:

**Tabela XXI - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador** Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	390004	Limite de Utilização da UG	Valor		Total
			Saque	Fatura	
		102.000,00			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Saque	Fatura	Total
Jeannine Miranda Torres Klein	176066191-15	0	0	0	0
Terezinha Vieira Firmino	153332721-15	10.000,00	0	405,40	405,40
Alisson Felipe de Souza Silva	837662351-68	16.000,00	0	854,93	854,93
<b>Total utilizado pela UG</b>			0	1.260,33	1.260,33
<b>Código da UG 2: -</b>		<b>Limite de Utilização da UG: -</b>			
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
<b>Total utilizado pela UG</b>			-	-	-
<b>Total utilizado pela UJ</b>			-	-	-

Fonte: CGRL/SAAD

**Tabela XXI I- Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)** Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
<b>2011</b>	0	0,00	5	1.310,33	1.260,33
<b>2010</b>	0	0,00	13	5.745,45	5.745,45
<b>2009</b>	4	1.520,00	14	1.863,10	3.383,10

Fonte: CGRL/SAAD

14. Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovam, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

Não ocorreu no exercício.

15. Informações Sobre as Providências Adotadas para atender às Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno.

15.1. Deliberações do TCU atendidas no Exercício

Não ocorreu no exercício.

15.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não ocorreu no exercício.

15.3. Recomendações do OCI atendidas no Exercício

**Tabela XXIII- Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Gabinete do Ministro			002846
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201108655	2.1.1.1	Ofício nº 2750/DITRA/DI/SFC/CGU-PR, de 02/02/2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Gabinete do Ministro – GM			002846
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Em relação aos pagamentos da publicidade em mídia exterior recomenda-se, que o gestor/fiscal do contrato abstenha-se de atestar pagamentos de períodos de veiculação sem a regular comprovação no respectivo processo de pagamento.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ASCOM			
Síntese da providência adotada:			
Registramos que a ASCOM irá fiscalizar com mais rigor a comprovação de veiculação em mídia exterior, para tanto já foi encaminhado o Ofício nº 1705/ASCOM/GM/MT, de 6//9/2011, orientando a empresa Link/Bagg Comunicação e Propaganda quanto às peças que deverão compor o <i>checking</i> .			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

#### 15.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

**Tabela XXIV - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Gabinete do Ministro			002846
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	201108655	2.1.1.1	Ofício nº 2750/DITRA/DI/SFC/CGU -PR, de 02/02/2011.
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Gabinete do Ministro – GM			002846
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Recomendação 2: No que se refere à deficiência de comprovação das despesas de produção, que seja exigido da contratada (agência de publicidade), e incorporado aos autos do respectivo processo de pagamento, o demonstrativo das despesas de produção, com os respectivos comprovantes, a fim de que seja demonstrada a equivalência entre o valor faturado e o efetivamente gasto na produção do filme ou spot publicitário.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
ASCOM			
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>			
<p>Contestada pelo setor responsável. A relação contratual firmada por este ministério é com a empresa LINK/BAGG, não tendo esta Pasta ingerência sobre os contratos firmados pela agência com os demais fornecedores de serviços (empresas quarterizadas). A documentação exigida para liquidação da despesa é a nota fiscal da agência, a nota fiscal da produtora e o comprovante do respectivo serviço, documentação esta, constante do processo de pagamento do filme para a Campanha Estradas e Hidrovias – Norte.</p> <p>Desta forma, ainda que a redação da cláusula admita mais de uma interpretação, a mais condizente a natureza do contrato e demais dispositivos é a de que o “comprovante do respectivo serviço” equivale à prova da efetiva execução do mesmo, à entrega do que foi produzido, não se confundindo com a apresentação de todos os comprovantes referentes aos custos dispendidos na produção do serviço.</p> <p>O pagamento da Produção é por resultado, à contra apresentação do que foi efetivamente executado, com base num custo máximo pré-acordado segundo os preços de mercado, sendo, portanto, irrelevante os custos unitários porventura incorridos pela empresa “quarterizada”. Quaisquer acréscimos eventualmente necessários correm unicamente por conta da contratada, o que garante maior segurança no controle dos gastos públicos.</p> <p>Tal forma de proceder é própria de contratos de publicidade e, a despeito de conferir maior agilidade e segurança, impossibilita pedidos de reequilíbrio por parte das contratadas, comuns em contratos pagos por preço unitário.</p> <p>O procedimento adotado por parte da Assessoria de Comunicação Social – ASCOM com relação ao processo de comprovação das despesas de produção é absolutamente idêntico ao praticado nos demais órgãos que lidam com publicidade no serviço público federal, e está em conformidade com as orientações da Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal – SECOM.</p> <p>Portanto, ao gestor e ordenador de despesas cabe analisar se o serviço foi executado dentro do escopo aprovado pelo Ministério dos Transportes e pela SECOM, de forma satisfatória e na íntegra com a apresentação dos documentos fiscais de suporte.</p> <p>Cabe esclarecer que em nenhum processo de publicidade é exigida a apresentação de comprovação de cada despesa incorrida na execução de serviços pelas empresas “quarterizadas”, ou seja, aquelas que prestam serviços para as empresas terceirizadas. No caso de produção de filme publicitário, consta dos processos financeiros a nota fiscal da agência e da produtora que realizou o serviço, o detalhamento das despesas que é o orçamento inserido no início do processo e o comprovante de serviço que é a entrega do produto, no caso, o DVD com o filme pronto.</p> <p>O entendimento deste ministério encontra amparo no Acórdão 3341/2011 – 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União – TCU, onde o Ministro-Relator, no item 11 do voto, apreciando representação semelhante.</p>			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			

16. Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno, Caso Exista na Estrutura do Órgão, Apresentando as Justificativas para os Casos de Não Acatamento.

Não se aplica, tendo em vista que o Ministério dos Transportes não tem em sua estrutura regimental uma Unidade de Controle Interno.

17. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR.

Vide declaração do contador responsável, constante no Anexo I.

## RESULTADOS E CONCLUSÕES

De acordo com o conteúdo descrito ao longo do relatório, as principais ações desenvolvidas pelas unidades do Gabinete do Ministro, no exercício de 2011 atenderam de forma satisfatória a principal finalidade do GM que é a de assistir ao Senhor Ministro de Estado em sua representação Política e Social.

## ANEXO I – DECLARAÇÃO DO CONTADOR.

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
Gabinete do Ministro - GM			390035
<p>Declaro que o demonstrativo contábil constante do Sistema SIAFI Gerencial, da Unidade Jurisdicionada 390035 – Gabinete do Ministro reflete a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Brasília - DF</b>	<b>Data</b>	<b>23/02/2012</b>
<b>Contador Responsável</b>	 <b>Ivana Maria Botelho Taveira Oliveira</b>	<b>CRC nº</b>	<b>DF-008435/O-3</b>